



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Roberta Mociaro Zanatta

Abraão e Aventureiro: pensando o turismo de camping na Ilha Grande

Rio de Janeiro

2010

Roberta Mociaro Zanatta

Abraão e Aventureiro: pensando o turismo de camping na Ilha Grande



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rosane Manhães Prado

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

Z27a Zanatta , Roberta Mociaro
Abraão e Aventureiro: pensando o turismo de camping na
Ilha Grande / Roberta Mociaro Zanatta. – 2010.
101 f.

Orientadora: Rosane Manhães Prado
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Turismo – Ilha Grande, Baía da (RJ) - Teses. 2. Ilha
Grande, Baía da (RJ) - Teses 3. Antropologia – Ilha Grande ,
Baía da (RJ) - Teses. I. Prado, Rosane Manhães. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 572:379. 85 (815.32)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Roberta Mociaro Zanatta

Abraão e Aventureiro: pensando o turismo de camping na Ilha Grande

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 30 de agosto de 2010.

Banca Examinadora:

Dr^a. Rosane Manhães Prado (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Dr^a. Sandra Carneiro
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Dr^a. Bianca Freire-Medeiros
Centro de Pesquisa e Documentação de História
Contemporânea do Brasil da FGV

Rio de Janeiro

2010

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Eduardo e Maria (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à querida Rosane por ter me dado a oportunidade de compreender o “real” significado de fazer antropologia: “um grande pretexto para a vida!”; a Bianca Freire-Medeiros, Sandra Carneiro, Gláucia Oliveira da Silva e Myrian Sepúlveda dos Santos por fazerem parte de minha banca; às fiéis e dedicadas amigas Carolina, Juliana e Raíza; aos irmãos Eduardo, Márcia e Cláudia e aos que estiveram ao meu lado durante o mestrado: Denis e Maria Lúcia Vilela, Célia Costa, Thereza Fonseca, Renata Bessa, Daniel Fortes, Mário Wiedemann, Débora Herszenhut, Mariana Mendonça, Augusto Malbouisson, Márcio Ranauro, Patrícia Rangel, Daniele Amado, Mirna Aragão, Cecília e Lícia Matos, Andrea Ribeiro, Fernanda Monteiro, Alessandra Castaneda, Jefferson Almeida, Rafaela Uchoa, Maria Rosa Espinheira, Valnei Nunes, Karen e Cláudia Longue, e a todos os amigos que fazem parte da minha vida hoje e sempre!

RESUMO

ZANATTA, Roberta Mociaro. *Abraão e Aventureiro: pensando o turismo de camping na Ilha Grande*, 2010. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

A Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ), sobretudo após a desativação (1994) do presídio com o qual esteve identificada por muito tempo, tornou-se um destino turístico muito valorizado e recebe atualmente turistas nacionais e internacionais nas suas diversas praias/comunidades. Entre as variadas possibilidades e formas de turismo que ocorrem nessas diferentes localidades da Ilha, trato aqui do turismo de camping nas vilas do Abraão e do Aventureiro, como uma forma significativa de manifestação do turismo na Ilha Grande. A partir de pesquisa junto aos principais atores sociais envolvidos nessa atividade turística nos dois contextos, mostro: de um lado, o formato, as vivências e as implicações desse tipo de turismo em cada uma das praias; e de outro lado, as percepções referentes às escolhas e estratégias relacionadas ao turismo de camping tanto da parte das populações locais quanto da parte dos visitantes.

Palavras-chave: Ilha Grande. Turismo. Desenvolvimento local. Antropologia do turismo.

ABSTRACT

Ilha Grande (Angra do Reis, RJ) has become a touristic spot, and its different beaches/communities have been visited by Brazilian as well as international tourists, mainly after the closure (in 1994) of the prison with which the island used to be identified. Amongst the various possibilities and forms of tourism that occur in these different areas of the island I study the “camping tourism” in the villages of Abraão and Aventureiro, while considering it a significant form of tourism in Ilha Grande. Based on research about the main social actors involved in such touristic activity in both communities, I demonstrate: on the one hand, the format, the living and the implications of such kind of tourism in each one of these communities; and on the other hand, the perceptions related to the choices and strategies as well adopted in relation to “camping tourism” both by local populations and by visitors.

Keywords: Ilha Grande. Tourism. Local development. Tourism anthropology.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	O REFERENCIAL DA ANTROPOLOGIA E OS CASOS ESTUDADOS	19
2	TURISMO DE CAMPING NAS PRAIAS DO ABRAÃO E DO AVENTUREIRO ..	26
2.1	Trajectoria do Turismo de Camping no Abraão	28
2.2	Trajectoria do Turismo de Camping no Aventureiro	33
2.3	Turismo de Camping na atualidade do Abraão e do Aventureiro	41
3	TURISMO À “ROLA” E “TURISMO DE QUALIDADE”	46
4	TURISMO DE CAMPING – UMA QUESTÃO DE ESTILO?	67
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS	85
	APÊNDICE A – Lista de entrevistas realizadas	
	APÊNDICE A.1 - Visitantes Abraão	88
	APÊNDICE A.2 - Visitantes Aventureiro	90
	APÊNDICE A.3 - Moradores, donos de camping e/ ou funcionários de campings Abraão	91
	APÊNDICE A.4 - Moradores , donos de camping e/ ou funcionários de campings Abraão	93
	APÊNDICE B – Roteiro para entrevista	
	APÊNDICE B.1 - Visitantes	94
	APÊNDICE B.2 - Moradores, donos de camping e/ou funcionários de campings	95
	ANEXO A – Mapa da Ilha Grande	96
	ANEXO B – Recortes de jornal da série: “Que paraíso é esse?”, produzida pelo jornal <i>O Globo</i>	97

INTRODUÇÃO

A Ilha Grande¹, situada no município de Angra dos Reis, estado do Rio de Janeiro, é atualmente considerada um importante pólo turístico, que recebe turistas de todo o Brasil e do mundo. Na Ilha encontramos desde turistas que viajam acampando até milionários que lá vão passear com suas lanchas e iates; existem muitas opções de entretenimento e diversão para variados gostos e possibilidades de recursos financeiros. Desde 1994, quando foi implodido o Instituto Penal Candido Mendes, que ficava na Praia de Dois Rios, próxima ao Abraão – porta de entrada da Ilha Grande – o turismo tornou-se sua principal atividade econômica. A Ilha possui 106 praias², mas nem todas são povoadas; as praias que possuem as maiores comunidades são: Abraão, Provetá, Araçatiba, Bananal, Longa, Sítio Forte, Praia Vermelha e Aventureiro. Estas, que podem variar em número de habitantes, tipos de ocupação e de atividades de trabalho, mas que, à exceção de Provetá, que tem como sua principal fonte de renda a pesca, em maior ou menor grau têm o turismo como uma atividade rentável.

Embora o turismo de camping ocorra em diversas dessas praias/ comunidades da Ilha Grande, como Palmas, Parnaióca e Araçatiba, neste trabalho focalizo essa ocorrência apenas nas praias de Abraão e Aventureiro por considerar que são praias que apresentam realidades díspares e pelo lugar de destaque que o turismo de camping ocupa em ambas. O Abraão, com cerca de 3.000 moradores³, aproximadamente 100 pousadas, entre legalizadas e não legalizadas, 12 campings, restaurantes, agências de passeios turísticos de escunas, *cyber* cafês, e toda uma gama de possibilidades voltadas para o turista. A praia é visitada por turistas de variados perfis e faixas etárias. As construções são uma marca do lugar que constantemente tem obras em andamento (cf. MALBOUISSON, 2004). Já a Praia do Aventureiro, com um número bem menor de moradores, cerca de 150⁴, não dispõe de lojas, agências de passeios de barco e pousadas. Tem como meio de hospedagem campings, atualmente 18, aluguel de quartos e casas (as próprias casas dos moradores). Servem refeições nos campings, ou em cerca de 5 bares à beira-mar, e as atrações naturais são todas visitadas através de caminhadas,

¹ Ver mapa, anexo 1.

² Segundo o site: www.ilhagrande.org

³ Em 2000, segundo o Censo IBGE eram 1481 moradores. Em 2008 estima-se, segundo informações do responsável pelos agentes comunitários do posto de saúde do Abraão, que existem cerca de 3.000 moradores.

⁴ Segundo dados da pesquisa: “O Povo do Aventureiro: fortalecimento do turismo de base comunitária. Estudo da demanda turística na Vila do Aventureiro 2009.” Mendonça (no prelo).

trilhas e passeios de barco. O principal público que frequenta a praia é de surfistas e amantes da prática do camping e de caminhadas em trilhas.

As praias do Abraão e do Aventureiro abrigam toda uma diversidade de situações que podem ser pensadas a partir do atual cenário turístico que vem tomando conta da Ilha Grande há cerca de 15 anos, desde a desativação do Instituto Penal Cândido Mendes. Busco mostrar em ambas as praias o que caracteriza a trajetória deste tipo de turismo até a sua configuração atual; os diversos atores sociais envolvidos nesses dois contextos, desvendando: de um lado, as marcas locais e as percepções referentes às escolhas e estratégias relacionadas especificamente ao turismo de camping, tanto da parte das populações locais quanto da parte dos visitantes; e de outro lado, as vivências e implicações desse turismo de camping como uma forma de implementação do próprio turismo na Ilha Grande. Para tanto, considero algumas questões essenciais à compreensão da trajetória deste tipo de turismo, e as coloco em relação às duas praias estudadas na presente pesquisa: Como e quando começou o turismo de camping? O que é a cultura de camping e como ela se manifesta? Qual o destino dessa modalidade de turismo?

A metodologia de trabalho aplicada se baseou em dados obtidos durante períodos de trabalho de campo, dentro de uma perspectiva de caráter antropológico, e fundamentada em métodos qualitativos, abrangendo observação participante, entrevistas, análise de recortes de jornal; bem como em leituras de textos referentes ao objeto em questão. Vale ressaltar que, após pesquisa e leitura de artigos, dissertações e teses sobre a Ilha Grande, e mais especificamente sobre o Abraão e o Aventureiro, pude observar que existe muita coisa produzida, inclusive sobre turismo, mas não com enfoque específico no turismo de camping. No caso do Aventureiro, como se trata de uma área relativamente pequena, cerca de 1km de extensão de faixa de areia, e o meio de hospedagem predominante é o camping, que se estende praticamente por todas as casas da vila, os trabalhos ali produzidos tratam evidentemente do tema, mas não focam necessariamente nele. Já no caso do Abraão, também encontrei alguns trabalhos produzidos, mas que também não tratam especificamente do tema do turismo de camping.

Assim, acredito estar contribuindo para uma melhor compreensão das manifestações do turismo na Ilha Grande ao focar nesta dissertação os casos do turismo de camping no Abraão e no Aventureiro. Para isso, adoto uma perspectiva dialógica e processual, e tomo a ocorrência do turismo como um espaço de encontro, uma arena de acontecimentos e negociação, mesmo que em alguns momentos trate separadamente “visitantes” e “visitados” e que o ponto de vista dos visitados esteja mais presente. Procuro entender e refletir sobre os

processos e negociações pelos quais cada uma dessas comunidades passou até chegar a sua atual configuração em termos de turismo. Nesse sentido, recorro a Steil (2004) e a Grünewald (2001). Do primeiro, trago uma reflexão sobre dois momentos distintos da produção antropológica de estudos sobre o turismo nas décadas de 70 e 90, na qual fica expressa a passagem de um tipo de produção acadêmica que via a comunidade receptora do turismo como uma totalidade e quase que invariavelmente como prejudicada por seus impactos; a um outro momento no qual essa idéia de comunidade é relativizada pela ênfase nas fronteiras e contatos entre todos os atores envolvidos na ocorrência do turismo e cada caso passa a ser analisado levando-se em consideração as implicações do turismo de um modo mais amplo e podendo gerar consequências positivas. Do segundo, reporto-me ao caso dos índios Pataxó, do sul da Bahia, que demonstra como várias configurações podem levar a um determinado contexto no qual os atores sociais envolvidos são agentes ativos de um processo. Utilizo também os conceitos de “estrutura da conjuntura” e de “crise da estrutura” expressos em Sahlins (1990), e por mim aplicados aos casos estudados, para demonstrar como as estruturas culturais locais se configuram e re-configuram em face de diferentes eventos; como o evento do turismo pôde desencadear momentos de crise na estrutura local; e por fim, como essa estrutura vai se atualizar, mas com a prevalência do esquema cultural local. Outros trabalhos de autores como Wunder (2006) e Costa (2008) proporcionam um importante diálogo e servem como contraponto para a presente dissertação, por já terem, em outros momentos, abordado temas referentes à comunidade do Aventureiro, também tratados aqui.

Ao longo desta pesquisa, entrevistas e conversas com antigos moradores e freqüentadores destas praias foram fundamentais para que pudesse melhor compreender a trajetória deste tipo de turismo nas duas comunidades. Foram realizados períodos de trabalho de campo, entre novembro de 2008 e abril de 2010; totalizando 10 idas à Ilha Grande, 5 em cada praia estudada. Os períodos de permanência se deram na maior parte das vezes em finais de semana e feriados, mas também ocorreram durante a “baixa temporada” do turismo na Ilha e em dias de semana. No Abraão contabilizou-se um total de 19 entrevistas gravadas com moradores, donos de camping e/ ou funcionários de campings seguindo um roteiro de perguntas pré-estabelecido; e no Aventureiro, foram realizadas 13 entrevistas, seguindo os mesmos critérios. Em relação aos campistas⁵, as entrevistas também foram gravadas e

⁵ Campista é o modo como é designado o turista que viaja acampando, esse turista também é conhecido por mochileiro, mas como o termo mochileiro se refere a uma categoria mais ampla de viajantes, que não necessariamente acampa, nesta dissertação dou preferência ao uso do termo campista; embora em algumas citações, ou em referência a elas, use a denominação mochileiro.

seguiram um roteiro pré-estabelecido; no Abraão foram entrevistadas 16 pessoas e no Aventureiro 13 pessoas.⁶ Conforme fui freqüentando as praias e iniciando a abordagem junto aos protagonistas desse turismo de camping, me deparei com algumas questões que fizeram com que me comportasse de modo diferente nos dois contextos estudados. No Abraão, como já havia pesquisado lá anteriormente,⁷ entre os anos de 2002 e 2005, inicialmente como bolsista de extensão e posteriormente como bolsista de iniciação científica, minha entrada foi mais fácil do que na Praia do Aventureiro, a qual não conhecia até então. Sendo assim, no Abraão pude contar com o auxílio de amigos e conhecidos que indicaram possíveis pessoas a entrevistar e que ofereceram algum tipo de apoio e estrutura, o que contribuiu para que pudesse avançar na pesquisa sem grandes dificuldades. No entanto, a entrada nos campings foi cautelosa, pois precisava da colaboração de seus donos e administradores, tanto para a realização de entrevistas com eles próprios, como para que me autorizassem a permanecer ali por certos períodos do dia para entrevistar seus hóspedes. Como no Abraão o público é muito difuso, e no meio da rua, nas praias, em bares e restaurantes é muito difícil identificar e abordar pessoas que estão hospedadas em campings, a melhor estratégia que encontrei foi fazer as entrevistas nos próprios campings.

Houve inclusive um incidente em especial que me levou a fazer algumas reflexões sobre como os campings recebem públicos diversos e como seria fundamental a colaboração dos seus proprietários e funcionários. Numa ocasião, enquanto esperava o barco, um saveiro, que faria o traslado de Conceição de Jacareí, município próximo a Angra dos Reis, para a Vila do Abraão, conheci um casal que ia acampar, pois estavam com uma barraca de camping na bagagem, e que me concedeu uma entrevista. O casal se interessou pela pesquisa e disse que eu poderia visitar o camping no qual estariam hospedados – camping do Lúcio. No segundo dia deste período de trabalho de campo, ao passar em frente ao citado camping o casal me viu e acenou para que eu fosse falar com eles; como o portão estava aberto entrei e fui cumprimentá-los. Para minha surpresa em poucos minutos o próprio Lúcio me abordou dizendo: “Quem é você? Você não está hospedada no meu camping, aqui só recebo casais e você está sozinha, não pode ficar.” Logo argumentei sobre minha pesquisa e me desculpei por não ter pedido autorização a ele para entrar no seu camping. Ele entendeu e acabou sendo mais amigável, cedendo entrevista e permitindo que eu pesquisasse ali. Esse incidente

⁶ A lista com todos os entrevistados pode ser vista no anexo 3.

⁷ A pesquisa realizada como bolsista de iniciação científica, sob orientação de Rosane Prado, resultou na monografia de graduação (ZANATTA 2006), defendida pelo Curso de Ciências Sociais na UERJ.

despertou minha atenção para qual estratégia de abordagem seguir dali em diante. A partir daí, passei a procurar primeiro o dono do estabelecimento pedindo sua colaboração antes de abordar seus hóspedes, mesmo que já conhecesse algum deles.

Outro fato que me chamou a atenção é que não poderia entrevistar formalmente proprietários de locais nos quais funcionassem campings ilegais e pessoas instaladas nos mesmos, pois não eram oficiais, eram “fundos de quintal”, nos quais entendi que moravam pessoas, como hippies e alguns trabalhadores de barcos de turismo, muitas vezes com suas famílias, nas barracas de camping. Sendo assim, entendi igualmente que eles não gostariam de confirmar sua situação de ilegalidade. Por este motivo, no Abraão, só entrevistei tanto donos como campistas hospedados em campings “legalizados”, todos com a faixa “Camping Legal”, que pretende indicar que aquele estabelecimento atende às condições de segurança e infraestrutura necessárias ao funcionamento de um camping, aspectos que serão tratados em detalhe adiante.

Já o início de meu trabalho de campo na Praia do Aventureiro se deu de modo diferente do que no Abraão. Em um primeiro momento os moradores dessa praia me pareceram mais arredios. Um dos motivos se deve ao histórico de disputas em torno da questão da re-categorização da Reserva Biológica⁸ que abrange o território em que vivem e que os impede de fazer obras e reparos em suas casas, de plantar, caçar; impõe restrições para a pesca, e à própria presença deles ali, como será visto mais adiante. A Praia é muito procurada por pesquisadores de diferentes áreas⁹, o que me fez pensar que encontraria uma comunidade um pouco cansada de responder a perguntas e de conceder entrevistas. Por estas razões minha postura com relação à comunidade do Aventureiro foi diferente da do Abraão por receio de ter ali minha pesquisa rejeitada.

Assim, inicialmente li bastante do que já foi produzido sobre a comunidade, conversei com pesquisadores que lá já atuaram, como Gustavo Vilela, Teresa Mendonça e Helena Catão, e com visitantes dessa praia; comecei a freqüentá-la e a conversar com os turistas, mas ainda sem me apresentar para a comunidade como pesquisadora e sem chamar a atenção. Dessa maneira, só a partir da segunda vez em que fui ao Aventureiro, quando Luis, antigo e respeitado dono de camping local, e sua família já me reconheciam, assim como Fábio (23 anos), atual presidente da Associação de Moradores, filho de Vovô, outro respeitado morador

⁸ Sobre o tema já foram produzidos vários trabalhos: Vilaça e Maia (2006); Prado, et al (2007); Catão, Costa e Prado (2009); Hagino (2009).

⁹ Na área de ciências sociais/ humanas, ver: Costa (2004 e 2008); Mendonça, et al (2010); Catão, Costa e Prado (2009); Hagino (2009); Tenório (2006); Wunder (2006); Vilaça e Maia (2006).

do Aventureiro, foi que me senti segura para iniciar a pesquisa junto aos moradores. Foi a partir daí que comecei a ser aceita pelas pessoas da comunidade, que se mostraram muito gentis e prestativas comigo concedendo entrevistas e me acolhendo. No Aventureiro não enfrentei o problema com o qual me deparei no Abraão, o dos campings ilegais, pois todos os 18 campings do Aventureiro são autorizados a funcionar pela prefeitura de Angra dos Reis e pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA, órgão responsável pela administração das Unidades de Conservação da Ilha Grande). Como também não tive a necessidade de entrevistar seus visitantes somente nos próprios campings, pois como o meio de hospedagem predominante nesta praia é o camping era fácil identificar e abordar os campistas em quaisquer situações, como nas praias, passeios de barco, em bares e restaurantes.

Como estudante de ciências sociais, aprendi e confirmei nesta pesquisa que para tentar conhecer uma comunidade é preciso ir com cautela, sem querer que tudo se mostre para você no primeiro dia; o convívio social, a interação e criação de uma identificação mútua são essenciais para que não se caia em armadilhas de superficialidade. Não quero dizer que com isso se vá chegar à “realidade” vivida do lugar, ou à “verdade” sobre os fatos ocorridos naquela comunidade, mas sim que podemos entender melhor o que as “piscadas e piscadelas”, remetendo ao trabalho clássico de Clifford Gertz (1978), podem nos dizer.

Em relação à escolha do tema da presente dissertação, admito que me sinto muito próxima ao objeto estudado, pois me considero parte deste público que se hospeda em campings. O que nos diferencia é o olhar analítico sobre as relações que ali se dão e o exercício de “aproximação” e “distanciamento”, de minha parte. Assim, cabe esclarecer que a convivência direta proporcionada ao longo da estadia em campings foi fundamental para a realização desta pesquisa, pois trouxe experiências e informações que de outra maneira dificilmente seriam obtidas.

Mas cabe também reconhecer que o fazer antropológico está o tempo todo lidando com uma série de questões que vão se colocando à medida que o pesquisador se insere no seu campo de estudos. Por mais próximo que possa parecer ir até a Ilha Grande, por exemplo, saindo do Rio de Janeiro, existe todo um percurso físico e de imersão cultural que foge aos padrões cotidianos de um pesquisador como eu. Existe toda uma preparação para essa experiência, a comida que deve ser pensada com antecedência, pois não somos turistas se alimentando em restaurantes e estabelecimentos locais o tempo todo, até porque no caso de algumas pesquisas de campo esses estabelecimentos podem não existir. Enfim, existe todo um cronograma tempo/ espaço que deve ser seguido, pois já aprendemos algumas regras dessa socialização que foge aos requisitos “naturais” de nossa vida citadina. Tivemos antes que

“descobrir os caminhos” tanto para chegar ao lugar, como para viver nele e sermos aceitos por seus moradores.

Os estudos do turismo propiciam trabalhar ao mesmo tempo tanto com as comunidades receptoras do turismo, como com os próprios turistas e acima de tudo analisar o que este encontro produz. É um lugar de fronteira física e cultural, que o pesquisador só poderá compartilhar, apreender e interpretar à medida que avance em sua pesquisa. O contato proporciona uma experiência de compartilhamento que revela fatos, acontecimentos e pontos de vista a que de outra maneira não teríamos acesso. Fazendo uma analogia ao pensamento de Ingold sobre mapas (2000), aprendemos que os trajetos da pesquisa só podem ser de fato definidos à medida que os percorrermos. Condições climáticas, físicas e até mesmo jurídicas podem determinar o andamento da viagem, diferentemente do que se poderia esperar lendo um mapa convencional e estabelecido a priori. Nos dias de hoje em que se têm horários e cronogramas a cumprir, mapas diários de atividades, um ano todo mapeado por datas, comemorações e obrigações, muitas vezes não levamos em consideração que o tempo/ espaço de determinado lugar pode ter outros referenciais que não os do nosso próprio tempo/ espaço. Um colega ao voltar de uma expedição arqueológica na Amazônia relatou: “Lá a relação deles com o tempo/ espaço é totalmente diferente da nossa. Ir ali para eles de canoa pode levar 12h, as viagens são de dias e o perto deles é muito longe para nós!”

Outra questão com a qual é comum o pesquisador se deparar estudando um lugar de visita turística, são os variados perfis de visitantes. Desde os que acampam nos quintais dos moradores, ou alugam suítes em suas casas, como no caso do Aventureiro, até os que se hospedam em resorts, ou vão viajar com pacotes fechados que praticamente os isolam da comunidade local.

Alguns trabalhos mais recentes têm apontado inclusive para uma crescente dissociação entre os turistas e os residentes locais, através de uma série de mediadores e instâncias que se interpõem entre esses dois pólos. Ao fretarem seus próprios aviões, construírem suas complexas cadeias de *resorts* e hotéis, comprarem seus próprios produtos e vivenciarem situações familiares em paisagens que muito vagamente lhes parecem estrangeiras ou diferentes os promotores do turismo de massa acabam deixando poucos pontos de contato entre a comunidade local e os seus visitantes. (STEIL 2004, p. 6-7)

Já quem acampa tem mais “pontos de contato”, pois está dialogando o tempo todo com a comunidade local, como no caso da Ilha Grande, para se hospedar, comer e até mesmo se deslocar por trilhas e passeios de barco ou a pé. Esse campista se guia através de indicações de moradores e frequentadores locais que geralmente conhecem os caminhos e têm as trilhas e passagens registradas em um mapa mental que os orienta, mas não apenas cognitivamente,

esse “descobrir-caminho”, como sugere Ingold, se dá em meio a um contexto dinâmico e de vivência:

[...] o descobrir-caminho é entendido como desempenho habilidoso pelo qual o viajante, cujos poderes de percepção e de ação foram afinados através de experiências anteriores, ‘sente seu caminho’ rumo a seu objetivo, ajustando continuamente seus movimentos em resposta ao monitoramento perceptivo contínuo do seu entorno. (INGOLD, 2000, p. 2)

Seguindo nesta perspectiva, identifico na Ilha Grande dois tipos de viajante: o que quer “descobrir-caminho” por si só; e o que quer ser guiado. O guia atende àqueles que querem ir de um ponto a outro, mas com a segurança e o conforto de alguém que descubra o caminho por ele. Em uma entrevista com um guia local, perguntei qual público procurava mais o serviço de guias e ele me respondeu que eram estrangeiros, pessoas com família, geralmente hospedadas em pousadas. Perguntei então quanto aos hóspedes de campings, e ele me respondeu: “Ah, esses geralmente vão sozinhos, eles não contratam guias porque querem eles mesmos descobrir as trilhas”. Para mim esta fala é emblemática, pois situa esse turista como aquele que quer vivenciar a experiência do contato com outro ambiente que não o dele, que quer descobrir as trilhas que deseja percorrer.

Tim Ingold trabalha com a idéia de que o sujeito conhece enquanto caminha, para referir-se, contrariamente, à idéia de cultura herdada; a cultura para o autor deve ser pensada como em vivência, em processo. A noção de compartilhamento para o antropólogo, que vive como eu, tanto no Abraão como no Aventureiro, em meio aos mesmos caminhos dos moradores locais, ou o dos seus visitantes, é muito forte, pois muitas vezes “descobrimos-caminho” junto com nossos interlocutores. Fazemos parte do objeto estudado, por meio de um processo que é dialógico. No caso da Ilha Grande, quando pegamos um barco junto com a população local, e com os próprios visitantes, e o mar está ruim, chove muito e o barco quebra, construímos uma história juntos, uma memória em comum. Em viagens de barco, indo à padaria, ou tomando sol na praia, ouvimos histórias, descobrimos o que pensam, o que fazem e o que querem. O importante aqui é apontar para uma perspectiva multi-direcional, dialógica que não se restrinja a uma visão totalizante do outro.

Em descobrir-caminho comum, todo lugar guarda dentro de si lembranças de chegadas e partidas anteriores, assim como expectativas de como uma pessoa pode chegar até ele, ou de como chegar a outros lugares a partir dele. Assim, lugares envolvem a passagem do tempo: não são do passado, nem do presente, e nem do futuro, mas todos os três unidos em um só. Eternamente gerados pelas idas e vindas dos seus habitantes, figuram não como posições no espaço, mas como vórtices específicos numa corrente de movimento, de inúmeras jornadas realmente efetuadas. (INGOLD, 2000, p. 19)

O autor também trabalha a idéia de “mapear” dentro de um contexto narrativo, que revive o caminho percorrido oralmente, gesticulando, apontando situações e circunstâncias. É

uma recapitulação por meio de movimentos de inscrição, uma: “[...] reconstituição, através de gestos narrativos, da experiência de ir de um lugar para outro dentro de uma região.” (INGOLD, 2000, p. 14) Para ele, “descobrir caminho” equivale a “mapear”, como um vai e vem entre lugares, exprimindo a idéia de movimento, processo, o fazendo, dialógico – sempre por oposição à idéia de um mapa pronto, um caminho delineado previamente, um conjunto herdado de regras.

Seguindo nesta perspectiva, na tentativa de demonstrar como o “descobrir-caminho” ou o “mapear” estão o tempo todo presentes no fazer antropológico, no trabalho de Prado (2009), é possível estabelecer diversas relações entre o descobrir caminho/mapear e o “fazer antropológico”.

Além do que vim a observar diretamente na Ilha Grande e das referências que ali escuto com frequência em relação aos ‘nativos que saíram’, um episódio ocorrido em Angra dos Reis, antes mesmo de eu iniciar a pesquisa na Ilha, me deu a medida dessa peculiar migração. Foi quando, da janela de uma casa que fica situada num dos muitos morros que correspondem a bairros de Angra (Morro da Glória, Morro da Carioca, Morro do Carmo etc), alguém me explicou apontando para outros morros à volta: ‘Ali mora o pessoal da Longa; ali é o pessoal da Praia Vermelha; ali...’ E seguiu indicando as correspondências entre as praias de origem na Ilha Grande e os morros de Angra dos Reis, agora como que rebatizados por essas presenças. (PRADO, 2009, p. 403)

Para mim, este exemplo ilustra muito bem o que Ingold chama de “mapear”, os aspectos físicos e simbólicos de se re-viver o caminho oralmente, gesticular, apontar situações e circunstâncias em um contexto narrativo que pode ou não gerar inscrições físicas, como rascunhos, mapas e anotações. Neste caso, a recapitulação dos eventos se dá por meio de movimentos e gestos de inscrição do indivíduo, que acaba por indicar um fluxo de migrações da Ilha Grande em direção ao continente, Angra dos Reis.

Outras formas possíveis de mapear, quando pensamos o caso da Ilha Grande (RJ), por exemplo, seriam os vestígios arqueológicos como sambaquis e marcas em pedras de povos “amoladores-polidores” (cf. TENÓRIO, 2006; BASTOS e CALLADO, 2009). que lá viveram; ou, se preferirmos pensar em uma história mais recente da Ilha Grande, temos em Vila Dois Rios as ruínas do Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM)¹⁰, que já teve muitas outras denominações, dignas também de serem mapeadas. Na Vila do Abraão existem as ruínas do Lazareto, antigo ponto de quarentena para passageiros de navios recém chegados ao Brasil no final do século XIX e início do XX, que também teve outras funções, como instituição penal, e que hoje assim como o antigo IPCM é um ponto de visitação turística. Neste caso, pode-se pensar na idéia do mapa sendo a todo tempo re-feito enquanto revivido – não acabado, mas em construção. Para Ingold (2000), um mapa, em sua perspectiva

¹⁰ Atualmente as ruínas do Instituto Penal Cândido Mendes são parte de um Eco-Museu em Vila Dois Rios. Para saber mais sobre a história /memória desta instituição e sobre o Eco-Museu, ver Santos, 2006 e 2009.

cartográfica, fixa, pode indicar pontos de referência, mas não dá conta da história que compõe este cenário, das representações que as pessoas fazem por meio de suas narrativas, memórias e vivências.

O antropólogo “descobre-caminho” através do “mapear” junto com seus interlocutores, como no caso acima mencionado das migrações entre praias e o continente. Quantas vezes durante períodos de trabalho de campo “caminhos” foram indicados, referências apontadas com os dedos? Quantas vezes se perguntou como ir para Araçatiba e se ouviu: “Você segue por trás da igreja e vira à direita pelo quintal do Tenório, aí é só subir toda a vida e seguir a trilha que vai dar em Araçatiba, é a uns 40 minutos daqui.” A antropologia mapeia o tempo todo nesse sentido colocado por Ingold e se serve de mapas vividos, ou dados referidos a eles, para compreender seu objeto de estudo. Escrever sobre um lugar, sobre uma população, é uma forma de mapeá-los também. Levando em conta esse “mapear” passo ao capítulo inicial desta dissertação.

1 O REFERENCIAL DA ANTROPOLOGIA E OS CASOS ESTUDADOS

A antropologia é uma ciência relativamente nova, com pouco mais de 100 anos, ao longo de sua existência foram criados correntes de debates e temas de pesquisa como gênero, sexualidade, movimentos sociais, religião, entre outros, que sempre trouxeram consigo debates e preocupações pertinentes a cada assunto e período da história. Por exemplo, no ocidente, nos anos sessenta os movimentos estudantis, questões de gênero e sexualidade, emancipação da mulher e outros temas chamaram a atenção de pesquisadores e intelectuais. No que diz respeito aos estudos sobre turismo, várias avaliações sobre seu encontro com a antropologia, nos anos 70, apontavam para a “destruição” das comunidades que passavam a ser visitadas por turistas, essa era a tendência de grande parte dos trabalhos produzidos nesse período.

A partir das idéias expostas por Carlos Steil, em seu trabalho “Antropologia do turismo: comunidade e desterritorialização” (2004), é possível ver como o enfoque de estudos antropológicos sobre turismo muda da década de 70 para a década de 90.

[...] nos anos 1970 os estudos etnográficos sobre turismo estavam ordenados por uma estrutura narrativa implícita que via as comunidades hospedeiras como totalidades idealizadas a serem preservadas contra a ação de qualquer agente externo, especialmente do turismo, que se apresentava como um fator por excelência de desequilíbrio e desarmonia de uma economia local de trocas de bens simbólicos e materiais, que deveria permanecer isolada dos processos mundiais de modernização e racionalidade burocrática. Nesse contexto, a estrutura narrativa implícita via o presente como desorganização, o passado como nostálgico e romantizado e o futuro como o desaparecimento e assimilação da comunidade local, com suas tradições e sistemas de reciprocidade, dentro de um feixe de relações impessoais e de mercado. (STEIL, 2004, p. 1)

Já nos anos 90, as perspectivas antes apresentadas quase como catastróficas no sentido de deturpar a cultura das populações receptoras do turismo e de introduzir uma economia monetária de modo predominante, passam a ser vistas com mais cautela. A idéia generalizante que era formulada com relação ao fenômeno turístico que invadiu vilas, povoados e tribos, antes não explorados com este fim, vai ganhando contornos mais maleáveis uma vez que passam a ser analisadas caso a caso e que muitas experiências se mostram bem sucedidas em diversos aspectos.

A partir da segunda metade dos anos 1990, podemos ver se delineando uma outra estrutura narrativa, na qual o presente se apresenta como uma reinvenção da tradição, o passado já não aparece tão glorioso nem tão idealizado e o futuro está em aberto, de forma que vai depender fundamentalmente de como os nativos e os turistas vão lidar com os ganhos e perdas que esse encontro aciona. (STEIL, 2004, p. 2)

O autor analisa estes momentos distintos a partir de dois livros icônicos nos estudos antropológicos sobre turismo: o primeiro, uma coletânea organizada por Valene Smith e publicada em 1977, composta de ensaios e estudos de caso sobre localidades turísticas – *Hosts and Guests: the Anthropology of Tourism*; e o segundo livro, publicado 20 anos depois, *Tourism and Culture*, organizado por Erve Chambers. Este último, que segundo Steil:

[...] apresenta-se como uma revisão crítica da perspectiva inaugurada por este clássico dos estudos antropológicos sobre turismo, mostrando justamente a contribuição das pesquisas na área do turismo nesse período para a desconstrução de uma visão funcionalista e substancializada de comunidade. Na introdução de *Tourism and Culture*, seu editor, Erve Chambers, ao situar os trabalhos reunidos nesse livro em relação aos publicados em *Hosts and Guests*, afirma que ‘as pesquisas na área do turismo também começam a contribuir para alargar a visão de como as comunidades são realmente construídas, e de que maneira as identidades grupais e as tradições são inventadas e autenticadas, em parte como resultado de tentativas deliberadas de atrair o interesse dos turistas ou ainda apelar para imaginação dos *outsiders*. (CHAMBERS, 1997, p. 5, tradução Steil), (STEIL, 2004, p. 6)

Steil argumenta sobre estes dois momentos distintos, que comparados evidenciam uma mudança de paradigma em favor da não homogeneidade analítica, que leve em consideração as circunstâncias e particularidades de cada caso. Segundo o autor, a perspectiva do encontro, das identidades que se confrontam, se reforçam ou se redefinem, é algo que merece ser analisado com atenção, lembrando-se que o turismo é um fenômeno em constante expansão por todo o mundo. Seu processo de desenvolvimento por onde avança quase sempre se combina com processos de mudança social. Estes que em muitos casos são alavancados pelo próprio turismo gerando novas configurações locais.

Os estudos atuais, como vimos argumentando, têm se orientado por uma estrutura narrativa que procura perceber essa relação dentro de um universo de experiências de mediações concretas, onde se definem as identidades culturais de ambos: nativos e turistas. [...] Não se trata, portanto, de negar as transformações que o encontro opera, mas, antes, de direcionar o foco da análise para as fronteiras que se estabelecem entre os nativos e os turistas como um espaço de negociações e trocas culturais. [...] Nessa nova estrutura narrativa, as questões já não são qual o impacto do turismo sobre a comunidade local e de que forma esta pode resistir às transformações que vêm de fora, mas como os grupos locais e os turistas negociam suas identidades para dentro e para fora, nesse jogo de signos e símbolos que são eleitos e definidos como seus sinais diacríticos. (STEIL, 2004, p. 3)

Essa perspectiva de estudos direcionados a comunidades que passam por processos ligados ao turismo proposta em *Tourism and Culture*, e da qual compartilho, busca entender e refletir sobre os processos e negociações implicados na ocorrência do turismo para todos os atores sociais envolvidos. Para que se possa melhor compreender essa perspectiva processual e dialógica, cito o caso estudado por Grunewald (2001) sobre os índios Pataxó, que vivem no sul da Bahia.

Nesse caso dos Pataxó, a alternativa econômica que encontraram foi por via de um “acionamento” cultural que remeteu os índios, que hoje vivem em meio a todo um cenário

turístico que se estabeleceu ao longo da década de 70 com a construção da BR-101, a um passado de costumes e “tradições” muitas das quais não mais fazem parte do seu modo de vida. Um exemplo disto é pensar que o modo ou a finalidade com que eram realizados determinados rituais não fazem mais sentido, como no caso de danças para uma boa colheita ou caça, pois atualmente qual seria a finalidade destes se no caso dos Pataxó as áreas protegidas em que vivem também, como no caso da Ilha Grande, tiveram proibidas tais práticas¹¹? No entanto, o que se pode ver em Coroa Vermelha, no sul da Bahia, é uma gama de danças e rituais “encenados”, e artesanatos oferecidos para os turistas que visitam o lugar. Este último item, não necessariamente originado em sua tribo, uma vez que a sugestão para comercialização de tais peças surgiu de um chefe da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que: “[...] percebendo a situação penosa dos índios, resolve mostrar-lhes peças artesanais confeccionadas (principalmente colares) em outra área indígena (Xerente) onde havia trabalhado [...]” (GRÜNEWALD, 2001, p. 129)

Com esse exemplo, quero mostrar como as escolhas são feitas de acordo com os diferentes contextos e situações que se apresentam. Tanto no sul da Bahia como na Ilha Grande, pode ser que – se as leis ambientais não tivessem sido decretadas proibindo atividades cotidianas de índios lá e caiçaras¹² aqui, como a caça e o roçado – eles não tivessem se interessado pela possibilidade do turismo. Se as rodovias BR-101 e Rio-Santos não tivessem sido construídas muitos turistas poderiam nunca ter se interessado em conhecer Porto Seguro, ou a Ilha Grande. Assim, os índios re-aprenderam “modos de ser indígena”, “comercializáveis”, e os moradores da Ilha Grande, que passaram a se ver sem suas principais fontes de renda – os empregos nas instituições carcerárias que ali existiram por mais de 100 anos e a pesca, em parte pela interdição da legislação ambiental e em parte pela redução dos estoques naturais – tiveram que re-inventar seu modo de vida adaptando-se a atividades em sua maioria ligadas ao turismo. Ou seja, a decretação de leis, obras urbanísticas e fenômenos naturais, aliados a processos de desenvolvimento em áreas como a tecnologia de pesca e o turismo, podem dizer muito sobre a história e as características da comunidade estudada.

¹¹ “Com a criação do Parque Nacional Monte Pascoal, em 1961, os índios ficaram proibidos pelo então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal de caçar, coletar e estabelecer roças em suas terras, o que os colocou em sérias dificuldades de subsistência.” (GRÜNEWALD, 2001:128,129)

¹² Segundo Prado: “‘Caiçara’ é o termo pelo qual se designa o modo de vida dos nativos de uma faixa do litoral brasileiro. Assemelhando-se ao uso do termo ‘caipira’ aplicado para certos segmentos de uma região do interior, a idéia de caiçara refere-se a uma economia voltada para a subsistência, que inclui roça e pesca, e corresponde a marcas culturais peculiares. (...) Na Ilha Grande, caiçara é também o termo utilizado para aqueles que se consideram os ‘verdadeiros’ nativos da Ilha. (PRADO 2003:207)

Desta forma, para além das idéias opostas de que o turismo causa a destruição da cultura local, e de que o turismo traz a possibilidade de benefícios para o nativo, existe todo um diálogo propiciado pelo turismo, de um lado, incorporando-se novas práticas e, de outro, mantendo-se ou recuperando-se saberes e práticas nativas. O que acaba sendo constantemente adaptado/ re-inventado contextualmente de forma a dar novos contornos ao cenário, que passa a ser ao mesmo tempo “turístico” e “local”.

Seguindo nesta perspectiva, recorro a Marshall Sahlins para pensar como uma estrutura pré-existente pode a partir de determinados eventos passar por momentos de crise e se reconfigurar em função desses eventos, no caso aqui focalizado o turismo, mas ainda assim prevalecendo o esquema cultural local. Para Sahlins o evento pode ser traduzido culturalmente e seus significados vão muito além do próprio evento em si. Em seu livro *Ilhas de história*, a partir do evento da chegada do lendário capitão Cook às Ilhas Sandwich, no Havaí, se desenrola uma série de acontecimentos que culminam na morte do capitão. Só que o proposto por Sahlins não é apenas pensar a chegada ou a morte de Cook, mas sim o modo como isso foi vivido e representado dentro de toda uma cosmologia pré-existente à sua chegada, e como essa mesma cosmologia assume uma diferente leitura após sua morte, mas ainda assim de acordo com os referenciais originais, ou o que ele chama de estrutura de longa duração.

Para que se entenda como este evento, que ocasionou transformações significativas para os habitantes das Ilhas Sandwich, se deu, é preciso conhecer um pouco de suas crenças: “Lono é o deus associado à reprodução humana e ao incremento natural que retorna anualmente às ilhas junto com as águas fertilizantes do inverno; ele também é o rei antigo em busca de sua noiva sagrada.” [...] “Cook fazia o mesmo circuito da imagem de Makahiki e exatamente ao mesmo tempo.” (SAHLINS, 1990, p. 141-156) Mesmo sem saber sobre seus rituais e datas sagradas, a chegada de Cook às Ilhas se encaixou perfeitamente no mito ancestral protagonizado por Lono, Cook só não sabia que seu desfecho seria um combate fatal.

A chegada de Cook agregou novos significados à cultura local.¹³ Nesse caso exposto por Sahlins, tem-se uma estrutura pré-existente à chegada de Cook nas Ilhas Sandwich, com

¹³ As mulheres, que se ofereciam e eram ofertadas por seus irmãos e parentes aos tripulantes dos navios da frota de Cook, por exemplo, passaram a comer com eles alimentos, como a carne de porco, que para elas, segundo seus costumes, eram essencialmente masculinos e que não poderiam ser consumidos junto com os homens com quem tinham relações sexuais. O que era até então sagrado passa a ser mundano. Cook se beneficiava com a analogia atribuída a ele, pelos nativos, com Lono, e por isso: “(...) obsequiou os havaianos incorporando o papel de Lono até o desfecho final.” (SAHLINS 1990: 26) No entanto, Cook passaria de “Deus” a inimigo ao querer tomar como refém o chefe local; mais uma vez, sem saber, Cook se tornava parte na narrativa mítica da história de Lono, que confronta: “um deus, uma mulher e um homem”. O desfecho desse confronto pode variar, mas um dos três morre em todas as hipóteses para um renascimento “sagrado”, só que dessa vez quem

elementos rituais, interdições e todo um modo de vida dirigido à sacralização da fertilidade, expressa na figura do deus Lono. A partir do evento da chegada de Cook, tendo a ele sido atribuído o papel de Lono pelos habitantes das Ilhas, começam a ocorrer mudanças de hábitos e de costumes nesta sociedade havaiana; que mesmo com a morte de Cook passam a fazer parte de suas vidas:

O conceito do deus Lono não seria mais o mesmo que era antes do capitão Cook estar nele referenciado, nem podiam ser mantidas as idéias sobre as terras estrangeiras, os tabus e o divino em geral da forma como eram anteriormente. Enquanto a categoria dada é reavaliada no curso da referência histórica, as relações entre categorias também mudam: a estrutura é transformada. (SAHLINS, 1990, p. 50)

Um mesmo evento não é interpretado da mesma maneira por seus interlocutores, mas traz mudanças sensíveis a todos. “Não é necessário supor que todos os havaianos julgassem que Cook fosse Lono ou, para ser mais preciso, que o fato de ele ser Lono tivesse o mesmo significado para todos.” (p. 157) No entanto as conseqüências desse encontro mudaram os rumos da economia e dos costumes dos moradores das Ilhas Sandwich, que passaram a ter uma percepção diferente de seu próprio mundo, mesmo que referenciadas ao seu esquema cultural local, que prevaleceu.

A chegada do turismo, assim como o turismo de camping na Ilha Grande, também é vista de maneiras diferentes pelos moradores da Ilha e das duas praias em questão – Abraão e Aventureiro. Antes da avassaladora presença do turismo na Ilha, suas vidas eram estruturadas na roça, na caça e na pesca; e na presença das instituições carcerárias que lá existiram de 1894 até 1994, ano da implosão do Instituto Penal Candido Mendes. Até então a presença de visitantes não era comum na Ilha e não fazia parte do esquema cultural local, principalmente no Abraão, onde grande parte de seus moradores tinha ligações de trabalho com o presídio, ou eram amigos e parentes de seus funcionários, todos se conheciam e estavam atentos à presença de “estranhos”. Era quase uma certeza para os jovens virar policial, bombeiro, e funcionário do presídio. No caso do Abraão, o modo de vida local estava condicionado de certa forma ao ethos da vida policial, que prima por um certo tipo de disciplina, contra o uso de drogas, avessa a tudo que não fizesse parte de seus códigos locais. E no caso do Aventureiro, o modo de vida podia ser equacionado ao que se considera como “cultura caiçara” (ver nota 11).

A chegada do turismo foi um verdadeiro choque para muitos que idealizavam “o tempo do presídio”, trazendo tudo o que eles consideravam como diferente e difícil de

morreu foi Cook. “A transição é repentina e ocorre quando o rei começa a perceber Cook como um inimigo mortal. Esta é a crise estrutural, quando todas as relações sociais começam a mudar seus signos.” (SAHLINS 1990: 143)

absorver: um grande fluxo de pessoas “estranhas”; corpos semi-nús; outros idiomas e culturas; drogas; e um tipo de violência atribuída aos centros urbanos, como furtos e calotes, e diferente da que era ali praticada na época do presídio, como aquela relativa às práticas da própria prisão e em grande parte naturalizada pela população (cf. SANTOS, 2006 e 2009). Os elementos que estruturavam a vida na Ilha Grande mudaram com a decretação de leis ambientais a partir da década de 70, com a saída do presídio, e com o evento da conseqüente chegada do turismo.

No entanto este evento também possibilitou uma nova e promissora fonte de renda em substituição aos antigos empregos gerados pela presença do presídio. Aos olhos de muitos, a possibilidade de crescimento e renda que a atividade turística trazia era sedutora. Em pouco tempo esse crescimento tão ansiado veio, mas com ele veio também o que é visto como descontrole e a falta de planejamento adequado, e logo, o Abraão ficou em situação semelhante à da própria Angra dos Reis:

“No que diz respeito ao inchamento da cidade e à ocupação das áreas periféricas e dos morros acima, a conseqüência dramática é a falta de infra-estrutura para suportar esse crescimento repentino e não planejado. Isso se reflete de forma exarcebada no saneamento básico – lixo, água e esgoto são eternos temas de queixa, denúncia e uma das maiores dores de cabeça da administração de Angra. Nos morros, na ânsia de solucionar seu problema de moradia, as pessoas constroem à revelia da legislação e da fiscalização, acima das cotas permitidas, gerando situações de risco.” (PRADO, 1996, p. 142)

De uma estrutura anterior ao turismo, chegou-se a um outro momento – pós-chegada do turismo – passando por uma conjuntura na qual a roça, a caça, a pesca e o presídio perderam seu lugar de centralidade na cultura local. Segundo Sahlins, uma “estrutura da conjuntura” é “[...] um conjunto de relações históricas que, enquanto reproduzem as categorias culturais, lhes dão novos valores retirados do contexto pragmático.” (Sahlins, 1990, p. 160). A partir dessa perspectiva é possível ver que o próprio turismo, com a sua intensificação, passa a ser responsável por uma grande alteração no modo de vida local, sem falar nos momentos críticos em ambas as praias, decorrentes de: superlotação; falta de saneamento adequado; falta de estrutura para atender a tantos turistas. É o que Sahlins chamaria de “crise da estrutura”, quando as mudanças propiciadas a partir de um determinado evento resultam em conseqüências impactantes para o grupo humano em questão – crise cuja incorporação ou superação se dá, no plano prático e simbólico, em referência ao esquema cultural desses grupos.

No Aventureiro o modo de vida pré-existente ao turismo se baseava numa divisão do trabalho familiar, suas principais fontes de sobrevivência eram a roça, a caça e a pesca, o presídio trazia mais medo do que recursos para sua população. O evento da chegada do

turismo, se trouxe todos os impactos referidos e muitas mudanças, foi no entanto absorvido, conforme sugere Sahlins, transpondo-se aquela divisão do trabalho familiar e outras marcas da cultural local para a nova atividade que ali se desenvolveu.

Já no Abraão, onde a forte herança do “tempo do presídio” ainda impõe sua marca (cf. GOMES, 2006; PRADO, 2006; e SANTOS, 2009), a maioria dos campings continua a ser dos mesmos moradores locais, e o seu modo de lidar com o turismo é também referido a essa cultura policialesca. É comum no Abraão a repressão às drogas e à “baderna”, muitos donos de camping eram ligados ao presídio e ainda têm amigos policiais, que trabalham no Departamento de Polícia (DPO) local, e que se orgulham disso: “Se usarem drogas no meu camping, ou se não me respeitarem eu ligo pros meus amigos lá no DPO e eles vêm na mesma hora.” Dessa forma, aqui também se pode constatar que as mudanças e os novos arranjos de relações que o turismo trouxe consigo são absorvidos igualmente com a prevalência dessa lógica anterior.

Inspirada nas perspectivas dos autores acima referidos, passo ao segundo capítulo desta dissertação, que apresenta os processos de instauração do turismo de camping nas duas comunidades estudadas.

2 TURISMO DE CAMPING NAS PRAIAS DO ABRAÃO E DO AVENTUREIRO

Eu era do Grupo de Excursionistas da Guanabara e conheci a Ilha em uma excursão com o grupo em 1958 para escalar o Pico do Papagaio. Depois da excursão fiquei vindo aqui e comprei essa casa em 1968, foi muito barata. Nosso grupo fazia acampamentos de verão nas praias, mas no Abraão ficávamos numa casa. Nesse tempo não tinha camping nenhum na Ilha, as pessoas que vinham ficavam em casa de conhecido, de guarda do presídio. Em 1967 eu fiz um projeto para fazer abrigos nas praias, uns 8, e encaminhei para a Embratur. Alguns dos lugares eram: Caxadaço, Aventureiro, Provetá e Parnaióca. Seriam construídos com pedra, sapê e barro, com a finalidade de evitar o camping ilegal. Depois não deu certo, não teve verba, aí, mais ou menos em 1978, aluguei umas casas de pescadores e fomos fazer a volta à Ilha com um grupo de 12 pessoas e dois guias, um homem e uma mulher. Tínhamos um barco que ficava acompanhando o grupo com as bagagens e a comida. Nas praias onde não tínhamos como cozinhar a gente contratava uma pessoa do lugar, era o caso do Aventureiro, lá a Dona Zuleika cozinhava pra gente, era na casa dela que a gente acampava. Para passar por Dois Rios tínhamos que pedir autorização, a gente avisava que ia passar. Depois de algum tempo a Feema [a antiga Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, hoje incorporada pelo INEA] começou a implicar com a gente, disse que não podíamos passar na Lagoa do Sul e discutimos. Se passava preso foragido, guarda, morador, pescador, por que nós turistas não podíamos passar? Me encheram o saco e aí eu desisti de fazer, mas durou quase um ano. Na época divulgamos nos cadernos de viagem do JB e do O Globo, nós chamávamos um repórter para ir junto com o grupo e ele fazia uma matéria, assim nós divulgávamos, mas tinha que investir muito.

Trata-se do depoimento de Elias (61), conhecido proprietário do antigo restaurante e pousada Mar da Tranqüilidade, no Abraão, que nos dá uma visão sobre os primórdios do camping na Ilha Grande, que consiste numa perspectiva mista – de alguém que fala como um visitante, que ele foi um dia; e como um empresário do turismo e morador do Abraão, que ele se tornou depois.

Nessa fala, pode-se ver que tanto os moradores da Ilha Grande como seus visitantes, tiveram que se adaptar às rotinas das instituições carcerárias que ali existiam; assim como às interdições ambientais que passaram a vigorar a partir da criação do Parque Estadual da Ilha Grande em 1971 e da Reserva Biológica da Praia do Sul em 1981. Os visitantes também tinham que seguir certas regras, como identificar-se no Departamento de Polícia (DPO) na chegada à Ilha pelo Abraão, não poder passar pela Praia de Sul no Aventureiro, não poder ir nem por terra e nem por mar para a Vila Dois Rios, onde ficava o presídio. Ainda segundo Elias:

Durante a ditadura tinha a Lei de Segurança Nacional e você não podia nem andar na estrada que vai pra Dois Rios, tinha que passar no DPO antes e perguntar, era meio complicado, acho que isso foi até 1988. Nos presídios tinham presos políticos e se você tivesse com uma máquina fotográfica eles tiravam.

A percepção de moradores e visitantes naquele momento está ligada a vivências que oscilam entre: desfrutar de uma ilha com praias paradisíacas e de um modo de vida peculiar (traduzido de fora como “cultura caiçara”); e ao mesmo tempo, o encarceramento de

indivíduos isolados da sociedade mais ampla e privados de sua liberdade nessa mesma ilha paradisíaca. São realidades opostas em um mesmo ambiente. Trata-se de eixos de representação da Ilha Grande, que, se já foi equacionada com o “caldeirão do diabo”/presídio nos tempos das instituições carcerárias, sempre foi relacionada a belezas naturais e é equacionada com o “paraíso ecológico”/ natureza nos tempos atuais de áreas protegidas e consciência ecológica.

Tais representações da Ilha Grande estão também referidas às estruturas simbólicas que permeiam a vida local, ou seja, as culturas locais, e que devemos considerar na tentativa de compreensão dos processos de instauração do turismo de camping na Ilha. É o que farei a seguir, recorrendo aos conceitos acima mencionados de Sahlins, e com base na perspectiva dos “visitados”.

2.1 Trajetória do turismo de camping no Abraão



Vista de quem chega por mar à Vila do Abraão – jun. 2008 ¹⁴

A Ilha Grande tem um passado cheio de histórias que remetem ao tempo dos piratas, da escravidão, das grandes fazendas e principalmente das instituições carcerárias que ali funcionaram por cerca de um século (1894-1994). Com a construção do Lazareto, que inicialmente teve a função de local de quarentena para os passageiros dos navios que aportavam em terras brasileiras, entre o final do século XIX e início do século XX, a Vila do Abraão passou a ser o principal núcleo populacional da Ilha Grande. Conforme é apontado em *O ambiente da Ilha Grande*: “A partir da construção do Lazareto, entre 1884 - 1886, o Abraão passou a ser o principal ponto de desenvolvimento local, com grande movimento de embarcações.” (BASTOS e CALLADO, 2009, p. 326)

A construção do Lazareto foi um marco geral para a Ilha e principalmente para a Vila do Abraão, mas sua desativação e implosão em 1962, pelo então governador do Estado da

¹⁴ Esta e as demais fotos que virão são de minha autoria.

Guanabara Carlos Lacerda, foi um marco também para o início da prática do camping no Abraão; as pessoas passaram a acampar na própria Praia Preta, em frente às ruínas do Lazareto, conforme relatam alguns dos entrevistados e como conta o fotógrafo Custódio Coimbra, freqüentador da Ilha Grande há cerca de 40 anos:

A minha relação com a Ilha Grande é de fascínio. A primeira vez foi no início dos anos 1970. Eu era estudante. Acampeí na Praia Preta, ao lado do antigo Lazareto. A descoberta daqueles troncos de árvores, tomando literalmente as janelas das celas, com a foz de um pequeno rio saindo, ao lado, me deu a certeza de que estava em um lugar especial. Para quebrar aquele encanto, ganhei uma geral da PM, que revistou toda a barraca com uma truculência inexplicável. Conheci, no primeiro dia, a beleza e o clima policialesco da Ilha. (COIMBRA, 2007, p. 225)

Esse e outros jovens descobriram as belezas e encantos da Ilha, assim como sua “truculência” policial, que hoje, 16 anos após a implosão do Instituto Penal Cândido Mendes, última instituição carcerária que ali funcionou, ainda existe, conforme indicam os trabalhos de Gomes (2006), Prado (2006) e Santos (2006 e 2009). Entre 1962, data da implosão do Lazareto, e 1994, data da implosão do Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM), em Vila Dois Rios, muitos turistas começaram a descobrir a Ilha via o Abraão, e uma parcela destes acampando. Do início, de 1963 até 1971, segundo relatos obtidos durante a pesquisa, se podia acampar em qualquer lugar, no canto da praia, em frente às ruínas do Lazareto, mas com a criação do Parque Estadual da Ilha Grande em 1971 foi proibido o camping livre, ou “selvagem”, sem estrutura básica, como banheiros, água encanada e cozinha. A partir de então, logo que os campistas desembarcavam da antiga barca da Conerj¹⁵, tinham que apresentar seus documentos no Departamento de Polícia (DPO) e eram encaminhados para acampar na Praia Preta, próximo às ruínas do Lazareto. O que não acabava com o camping “selvagem”, pois apenas era delimitada uma área para esta modalidade de camping; o objetivo não era cumprir as determinações do Parque, que proibiam o camping selvagem, mas sim separar o campista da comunidade indicando como local próprio para a prática do camping a Praia Preta. Essa determinação durou até o verão de 1977 para 1978, conforme relata Creusa (54), moradora do Abraão há cerca de 15 anos e dona da pousada Guapuruvu:

A primeira vez que eu vim aqui foi em 1978. Eu peguei o último camping da Praia Preta. Quando você deixava a identidade no DPO eles diziam que você podia acampar na Praia Preta. Mas eles ficavam monitorando a gente. Era tudo estudante universitário, de oceanografia, arquitetura, era gente que mergulhava, gente com poder aquisitivo muito bom. Eu acampeí com o dinheiro das minhas primeiras férias remuneradas do trabalho. Nessa ocasião havia acampados com a gente na Praia Preta umas pessoas do Sul, uns franceses e mais um pessoal do Rio. Então nós começamos a nos organizar como se fôssemos uma comunidade, passamos a cozinhar juntos e fizemos roteiros diários de passeios para Lopes Mendes, Camiranga, Praia de Fora, você só não ia a Dois Rios. A gente nem sabia da existência da Parnaióca e do Aventureiro. Nesse camping de 1978 nós ficamos acampados por um mês e o camping da gente acabou com o carnaval, chegaram duas barcas, cada uma

¹⁵ Sigla da extinta Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro, hoje substituída pela Barcas SA.

com 1.000 pessoas, ai eu fui embora. Acho que foi ali que acabaram com o camping na Praia Preta.

Neste verão de 1978 o número de visitantes extrapolou o esperado, houve pequenos furtos e algumas confusões que resultaram na proibição de acampar na Praia Preta. A partir daí passou a ser permitido acampar somente em locais particulares com o consentimento de seus donos. Os turistas de camping passam a ficar dentro da Vila do Abraão. Renato (53), morador do Abraão há mais de 10 anos e guia local de turismo, relata ainda sobre o evento:

Eu vim a primeira vez aqui na Semana Santa de 1978, acampamos na casa de um pescador, Seu Nélio. Eu vim com amigos que já acampavam aqui. 1977 foi o último ano que foi permitido acampar na Praia Preta, veio gente demais, teve roubo entre os acampados. Ai deu uma pequena confusão e a polícia resolveu acabar com o camping de todo mundo, tirou a barraca e mandou embora, inclusive no barco Tenente Loreti¹⁶. E a partir desse ano nunca mais se pôde acampar na Praia Preta.

É interessante notar que, nas falas e relatos de moradores e antigos visitantes da Ilha, muitos sequer se lembravam do camping da Praia Preta; acredito que a separação do local de camping desses visitantes da Vila do Abraão tenha causado esse efeito de esquecimento ou mesmo de desatenção a essa fase inicial do turismo de camping ali. O fato é que a partir de 1978 as pessoas que iam acampar na Vila do Abraão tinham que ficar no quintal de algum morador disposto a recebê-las. Sendo assim, quem já vinha para a Ilha e conhecia algum morador pedia para ficar com os amigos em seu quintal. Os visitantes ao desembarcarem na Ilha, além de se apresentar no DPO com seus documentos, tinham agora também que dizer na casa de quem iam ficar. Sobre isso ainda é Renato quem conta:

Naquela época, em 1978, quando a gente chegava tinha que deixar a identidade no DPO até o dia de ir embora, tinha que dizer para a casa de quem que você ia, quantos dias ia ficar, que dia ia embora. Você podia ir para a Praia Preta, para Palmas, para Lopes Mendes, mas para Dois Rios não, você não podia nem passear na estrada que o cara da polícia falava: ‘Se eu te vir aqui na estrada de novo eu vou te prender.’ A polícia era ostensiva mesmo.

Mesmo com a mudança do local determinado para camping da Praia Preta para a casa dos moradores da Vila do Abraão, o controle policial continua a ser exercido no lugar. Nesse momento, ainda existe uma instituição carcerária em funcionamento na Ilha, que abriga presos comuns e políticos, o que explica tal controle. Mas isso permite ver, nos termos de Sahlins (1990 e 1991), a *estrutura da conjuntura* instaurada por esse turismo de camping embrionário no encontro com o esquema cultural do Abraão marcado por esse controle

¹⁶ A embarcação centenária, construída em 1910, serviu inicialmente para o transporte de presos e de suprimentos para as instituições carcerárias que funcionavam na Ilha Grande. Após a implosão do IPCM, em 1994, a lancha ficou a serviço somente do Corpo de Bombeiros da Ilha Grande. A população local tem um grande apreço pelo barco, que traz recordações para muitos moradores do Abraão do “tempo do presídio”. Seu Constantino, funcionário aposentado do antigo Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro (Desipe), cuida de sua manutenção há 15 anos. (<http://www.ilhagrande.org/tenente-loretti>, acessado em 17/07/2010)

policial. Equacionado com tal repressão pode-se reconhecer um tipo de rejeição ao novo, a um “outro” que vem de fora, um preconceito e uma prevenção com relação a esse turista, por muitos associado a consumo de drogas, a bagunça e a atos de “devassidão”, como tomar banho de mar nu, conforme alguns moradores relataram. Ao mesmo tempo, para alguns, esse tipo de visitante surgia como uma alternativa econômica, que demandava baixo, ou nenhum, investimento financeiro a princípio. Seu Renato (81), aposentado como funcionário público federal, técnico de comunicação, e que também prestou serviços ao presídio, foi indicado por diversas pessoas como o dono do primeiro camping do Abraão. Ele conta como foi a primeira vez que recebeu alguém em sua casa:

Eu morava no caminho do Bicão e aí apareceu um pessoal da revista *O Cruzeiro* querendo um lugar para acampar, aí eles ficaram lá comigo, montaram as barracas no meu quintal. Aí eu gostei do negócio e comecei a trabalhar com camping. Eu fui criticado, mas depois quem me criticou fez camping também, porque no camping vem muita gente boa.



Seu Renato na varanda de sua casa no Abraão – mai. 2010

Nessa época, década de 80, antes da construção da estrada Rio-Santos, para se ir do Rio até a Ilha o caminho era de trem da Central do Brasil até Mangaratiba e depois, de barco até o Abraão. Não existiam campings “oficiais”:

O cara batia na sua casa e perguntava se podia colocar a barraca no seu quintal e quanto era. Era tudo informal, depois é que a prefeitura veio legalizar. Se a pessoa pedisse, a gente servia refeição, um peixe frito, uma salada, um arroz, feijão. Era lucrativo, mas muito trabalhoso. (Sérgio, 72, dono do Camping das Palmeiras).

Entre os moradores que passaram a receber os campistas nessa fase, alguns deles acabaram abrindo campings, mesmo que ainda não oficializados; eram eles: Sombra dos Coqueirais; Seu Renato (mais tarde conhecido como Camping da Ilha); Palmeiras; Camping do Maluco; e Cantinho da Ilha, na época conhecido como Camping da Jussara. Mesmo as pousadas que existiam antes de 1994, ano da implosão do IPCM, eram apenas duas: Pousada Mar da Tranquilidade e Alpino. Havia ainda alguns quartos para alugar na casa da Dona Penha, que depois também transformou-se em pousada, mas a demanda turística na Ilha ainda era baixa e as opções eram poucas.

Foi somente na segunda metade da década de 90 que o turismo ganhou força na Ilha Grande, em especial no Abraão; o número de visitantes, de estabelecimentos comerciais e de meios de hospedagem disparou. O camping Cantinho da Ilha – antigo Camping da Jussara – foi herdado por seu atual dono, Robson (31), cuja mãe, a falecida Jussara, foi uma das primeiras mulheres a trabalhar com esse tipo de turismo no Abraão. Sobre esse período ele relata:

Até 1993, eu via pelo camping da minha mãe, a Jussara, eram sempre as mesmas pessoas, parecia que elas não falavam muito pra ninguém da Ilha para ficarem com aquela pérola escondida. Com a saída do presídio, em 1994, já em 1995 a gente teve um público que as estruturas não agüentavam. A gente não estava acostumado, vinham 30 pessoas e de repente passou pra 80. Ai foi um período meio conturbado; quando chegou em 1997 a Ilha encheu mais ainda, aí em 1999 a prefeitura [de Angra dos Reis] tomou conta e aí teve a campanha Camping Legal.

Nesta fala de Robson fica evidente como o turismo cresceu “desordenadamente” nos anos que sucederam à implosão do IPCM. De qualquer modo, fica claro como no Abraão existe, paralelamente aos ecos da *estrutura de longa duração* expressa na cultura do presídio, uma demanda de “ordem”, de ordenação, que se reflete, entre outros aspectos já mencionados, na campanha do Camping Legal à qual ele refere. Este período, pós 1994, será discutido adiante no capítulo 3 a propósito das visões sobre o turismo sintetizadas nas categorias “turismo à rola” e “turismo de qualidade”. Vejamos a seguir o caso do Aventureiro.

2.2 Trajetória do turismo de camping no Aventureiro



Vista do Aventureiro – nov. 2009

Diferentemente do que vimos com relação ao Abraão, no caso do Aventureiro, antes da desativação do presídio o turismo sequer parecia ser uma possibilidade. Diferentemente das vilas do Abraão e de Dois Rios, que eram englobadas pela presença do presídio e pelas práticas policiais a ele relacionadas, que marcavam a cultura local, no caso da vila do Aventureiro a existência das instituições carcerárias na Ilha Grande foi motivo de medo e tensão entre seus moradores por estarem numa rota de fuga dos detentos, dos quais alguns deles chegaram até a ser reféns. É o que indicam os estudos já existentes sobre a comunidade (cf. VILAÇA e MAIA, 2006; COSTA, 2004 e 2008; CATÃO, 2004); a reportagem da série “Que Paraíso é esse”, do jornal *O Globo*¹⁷: “Durante décadas, área esteve na rota de prisioneiros em fuga”; e é o que confirma ainda Fábio (23), morador do Aventureiro: “Antes

¹⁷ Ver anexo 2, 13/03/2006.

de acabar o presídio não vinha quase ninguém aqui, se aparecia alguém era um preso. Quando viam alguém, as crianças e as mulheres ficavam numa casa só e os homens iam atrás.”

As mulheres ficavam sozinhas cuidando de seus filhos, de suas casas e de suas roças, muitas vezes, por cerca de um mês, enquanto seus maridos pescavam embarcados¹⁸. Ao retornarem da pesca os homens ficavam por alguns dias em casa e retornavam para o embarque. O dinheiro deixado com as mulheres era pouco e muitas vezes não era suficiente para as necessidades da família, que tirava grande parte de seu sustento de sua roça, sendo assim a possibilidade de conseguir uma renda adicional vinha a calhar. Dona Angelina, uma das matriarcas da comunidade do Aventureiro, falecida em 2005, foi pioneira em atender aos poucos visitantes que apareciam. Sua filha Zuleika e sua nora Neneca passaram a ajudá-la e posteriormente estabeleceram seus próprios bares e campings. Outra matriarca, Dona Santinha, mãe de Luis e de Joana, que hoje trabalham com o turismo de camping, entre outros de seus filhos, também foi uma das primeiras a hospedar pessoas em seu quintal.

Essa parte da história da comunidade do Aventureiro, do início de sua relação com o turismo merece ser contada por quem a viveu. Dessa forma, começo com um trecho da entrevista cedida por Neneca (39), proprietária de um dos bares mais centrais da comunidade e uma das primeiras mulheres a trabalhar com o turismo. Ela conta como começaram a chegar as primeiras pessoas no Aventureiro:

Mesmo quando tinha o presídio sempre passava gente aqui, só que o pessoal acampava na praia, ninguém tinha camping e aqui não tinha a Reserva. [...] devia ser 76, 77. Era mais o pessoal que vinha de caminhada que passava aqui. Às vezes vinham pela trilha de Provetá e acampavam na praia, passava gente de lancha também, vinham uns conhecidos do pessoal de Angra, uns surfistas, mas o pessoal que vinha era muito pouco. Aqui ninguém fazia negócio de comida, só quem fazia comida era a minha sogra, Dona Angelina. Depois que o presídio foi desativado é que o pessoal começou a vir mesmo.

Neneca se refere aí à vizinha praia de Provetá, com a qual a população do Aventureiro mantém relações estreitas e à qual é ligada por uma trilha que permite o acesso de turistas e moradores quando o mar está revolto; e à Reserva Biológica da Praia do Sul,¹⁹ que veio a marcar fortemente a vida da comunidade, sobretudo pelas interdições da legislação ambiental com as quais a incorporação do turismo também teve que se confrontar, como continua a aparecer na sua fala a seguir.

Perguntada sobre como D. Angelina teve essa idéia de começar a fazer a comida, ela explica:

¹⁸ A pesca embarcada é um tipo de pesca que tem como característica longas viagens de barco com seus tripulantes (assalariados) embarcados por períodos que podem chegar a 30 dias consecutivos.

¹⁹ A Reserva Biológica da Praia do Sul foi criada em 1981. Para saber mais sobre a legislação ambiental vigente na Ilha Grande ver: <http://www.inea.rj.gov.br/unidades/pqilhagrande.asp>.

É que às vezes o pessoal vinha pra cá e perguntava se aqui tinha alguma coisa pra comer. Ai ela falava: “Ah, vou fazer uma comida para vocês.” Ai ela fazia a comida só que não cobrava por prato, ela fazia a comida e o pessoal sempre dava gorjeta pra ela. Depois que eu já tava namorando o filho dela eu ajudava ela e o pessoal começou a pagar, era 3 cruzeiros o prato. Depois a filha dela, a Zuleika, também começou a fazer, o pessoal vinha e pedia. Ai depois é que começou o camping, porque o camping mesmo foi só depois que entrou a Reserva, que não podia mais o pessoal acampar na praia.

Como já estamos vendo, o caso do Aventureiro mostra uma outra *estrutura de conjuntura* com a chegada do turismo e o encontro desse evento com o esquema cultural local, aqui marcado fortemente pela força das relações de parentesco e por uma divisão familiar do trabalho. Uma característica da trajetória do turismo de camping no Aventureiro é o fato de ter começado por iniciativa das mulheres. Além de terem sido as pioneiras no atendimento aos visitantes, também eram responsáveis pelos campings durante a constante ausência de seus maridos pescadores. Mesmo quando os homens deixaram a pesca e passaram a se dedicar ao turismo as mulheres continuaram, e continuam, a participar de forma fundamental na organização e administração dos negócios. São elas que cozinham, fazem a limpeza, que cuidam de tudo enquanto os homens vão a Angra ou se dedicam ao trabalho nos barcos. A fala de Dona Zuleika (49), outra das primeiras pessoas a trabalhar com o turismo, filha de Dona Angelina, ilustra bem essa questão. “Eu cuido de tudo, eu aqui em casa ‘viro motor’²⁰, coloco o óleo no motor, vou pra roça, serro um cano, varro um quintal, uma praia, tudo, tudo. Graças a Deus.”

Ela atende aos visitantes há cerca de 30 anos e tem o seu atual bar faz 25 anos. Conta sobre como começou a recebê-los e traça um panorama dos primeiros bares que existiram no Aventureiro, inicialmente com o intuito de atender à própria população local e posteriormente aos turistas.

O primeiro bar aqui do Aventureiro era do padrao do Luis, o Waldetário, que era marido da minha irmã Sebastiana, vendia vela, fósforo, cachaça. Ele mora hoje em dia lá na Monsuaba²¹. Depois foi o do meu cunhado, o do Mauro, vendia vela, fósforo, cachaça, óleo de cozinha. E depois foi esse aqui do lado, o do Sidney, era uma biroscazinha, mas só vendia pinga, agora já é da mulher dele. O meu cunhado, o Waldetário, bebia pra caramba, ai a mulher dele começou a falar, ele se aporrinhou, foi pra Provetá e se entregou pra virar crente na Assembléia de Deus, ai foi, e acabou o bar. Depois o meu cunhado, o Mauro, também parou de vender. Ai a mãe do Sidney começou a falar também, porque o pessoal de antigamente não gostava desse negócio de bebida alcoólica, que bebida era do demônio, eles eram muito católicos, a minha mãe começou a falar assim pra ele: ‘Pára com esse negócio que dinheiro de bebida não traz bom resultado para ninguém.’ Ai, de tanto ela falar ele foi lá e acabou. Ai eu coloquei o meu e comecei a vender lá na minha casa, nessa casa antiga que eu tinha, começou com 1 caixa de cerveja e com 1 pacote de bala. Ai como o pessoal ficava fazendo muito barulho a minha mãe me chamava a atenção, ai eu mudei de lugar e comecei a vender aqui, no começo era de bambu, ai eu fui dando uma reforma e esse bar tem 25 anos.

²⁰ Coloca o motor para funcionar.

²¹ Bairro da cidade de Angra dos Reis.

Com este relato é possível também perceber como o comércio voltado ao turista se instituiu nesta praia: o bar de Zuleika tem 25 anos e como ele foi um dos primeiros a atender aos visitantes, tem praticamente o mesmo tempo de existência da própria atividade turística no Aventureiro. Ainda segundo Zuleika, antes do presídio de Dois Rios ser desativado ela já recebia esporadicamente alguns turistas:

Eu comecei alugando a minha casa, eu tinha três quartos, eu ficava com um quarto pra mim e minhas filhas, que o meu marido naquela época pescava e ele chegava de mês em mês em casa. Eu fazia refeição pra eles e eles ficavam na casa alugada. O pessoal vinha pra cá, ficava aqui dentro de casa, não usava barraca, não tinha camping, não tinha nada aqui. Eles vinham de barco de Angra, gente conhecida da gente. Depois começou a vir um pessoal de São Carlos (SP) pra cá, mas eles vinham e armavam barraca na praia, mas eram poucas pessoas, eram umas 30, 40 pessoas, era o máximo, não passava disso. E o pessoal daqui também não queria receber ninguém que eles achavam que era pessoal que fazia bagunça, mas ai eles vinham pra cá, ficavam aqui no barzinho da gente. Ai depois que o presídio saiu é que o pessoal começou a vir mesmo pra cá. Nessa época eu cheguei a carregar um engradado de cerveja cheio sozinha, mas hoje em dia não agüento mais não. Eu trabalhava junto com a minha mãe, Dona Angelina, mas no tempo dela não vinha gente de fora assim não, até vinha gente de fora, mas era quando tinha festa, mas não era turista como é hoje, antigamente aqui pra nós não tinha turismo. Era só gente da Praia da Longa, de Provetá, Praia Grande, Praia Vermelha. Ai fazia uma festa e chamava os vizinhos, ai eles vinham a pé, comiam na casa de parente. Depois que acabou o presídio é que o Luis, o Ita e o Cristian começaram a trabalhar com camping também.

Nesta fala é possível notar que Zuleika se refere a dois tipos de visitantes: os de “fora”, de Angra dos Reis, de São Carlos – os externos à Ilha; e os que não são do Aventureiro, mas que pertencem a alguma comunidade da Ilha Grande – locais, porém visitantes. Assim, o bar de Zuleika atendia tanto aos visitantes “locais” como aos visitantes de “fora” da Ilha Grande. O bar é um estabelecimento comercial fundamental para o entendimento do início da atividade turística ali, pois é um espaço essencial de sociabilidade em vários planos: além de ser um ponto de compra de mercadorias, bebidas e alimentos, é um lugar de extrema importância do ponto de vista social. É um lugar de contato entre “visitantes” e “visitados”, de interação entre os vários atores sociais envolvidos no processo de recepção do turismo; de encontro entre moradores da própria comunidade, e deles com outros moradores de lugares distintos da Ilha Grande, de outras cidades e de outros países. Daí a importância de entender um pouco da história do turismo de camping no Aventureiro através do histórico de seus bares.

A possibilidade de trabalhar com o turismo foi uma alternativa econômica para a comunidade do Aventureiro, em especial para as mulheres, pois além de reforçar a renda familiar surgiu também como uma maneira de “ocupar o tempo” que antes era dedicado à roça e que hoje não é mais devido ao fato de praticamente não se ter mais roças no Aventureiro e em toda a Ilha Grande, por conta das sanções das leis ambientais vigentes. Joana (44), filha de Dona Santinha e neta de Dona Angelina, lembra como a avó ficava feliz

em ganhar um “trocadinho” atendendo aos visitantes. “A minha vó Angelina foi que começou a fazer prato feito, alugar quarto. Muitas vezes eu chegava na casa dela e tinha uma mesinha na varanda com duas, três pessoas, ela dizia: ‘Ah, chegou esse pessoalzinho aí pedindo uma comida e aí eu fiz e arrumei um trocadinho.’”

Joana destaca ainda:

Os homens pescavam e as mulheres às vezes não tinham nada para fazer, porque aqui é um lugar que não tem nada para você fazer, aí começou o turismo e eu sei que a maioria das mulheres lá de baixo trabalha. Em feriado a minha filha trabalha lá com a Neneca. A minha outra filha trabalha com o meu marido na barraca, todo mundo aí embaixo trabalha, arruma o seu dinheirinho, o seu trocadinho e ajuda o marido, a família em casa. Aqui não tem uma cooperativa, um artesanato para fazer, e aqui a maioria não tem roça, que tinha antes. Antigamente você ia na casa de uma, na casa de outra e ninguém tava, tava todo mundo pra roça, agora ninguém faz mais roça aqui, então quer dizer que a maioria das pessoas ficam paradas.

Quando Joana fala “lá de baixo” ela se refere aos moradores e comerciantes da faixa litorânea, em oposição “aos de cima” que, como ela, moram morro acima. A praia é referida aqui como o lugar de maior fluxo turístico e mais propício ao comércio. Essa questão será melhor desenvolvida no capítulo 3.

Algo que não se pode deixar de notar em relação ao Aventureiro, conforme também observado nos já referidos estudos realizados anteriormente, e que constitui a *estrutura de longa duração* segundo a qual a instalação do turismo ali veio a ser traduzida, é a presença forte dos laços de parentesco. Todos são primos, tios, sobrinhos, filhos, irmãos, parentes enfim²². A predominância da organização familiar nos negócios é evidente. Os campings e bares são administrados pelas próprias famílias proprietárias e quando precisam contratar alguém, na maioria dos casos, contratam um parente, como é o caso do filho de Joana, Alex, que é sobrinho de Luis e que trabalha em seu camping. Como vimos, as primeiras a atender os visitantes, Dona Angelina, Zuleika e Neneca, são parentes, mãe, filha e nora. Segundo Costa (2008):

[...] a partir das trinta e poucas residências e dos cento e poucos moradores do Aventureiro, podemos afirmar que todos pertencem a basicamente seis grandes núcleos familiares, que tem em alguns momentos algum grau de parentesco no passado: os descendentes de D. Angelina, que vivem no canto direito da praia, ao seu lado os irmãos Mário, Rubem e Verte, no morro a família de seu Jorge, logo abaixo a família de seu Roseno, no morro a família de seu Zé e no canto da praia a família de Luís (relacionado com a família de seu Zé, por parte de pai e de D. Angelina, por parte de mãe e com a família de seu Roseno, por parte de sua esposa, Janete). (p. 228)

Mesmo pessoas de “fora” assimilaram esse tipo de “divisão familiar do trabalho”, como o casal Laís (61), e Hamilton (62), que vieram do Rio de Janeiro, onde trabalhavam

²² No trabalho de Vilaça e Maia (2006), intitulado “O Povo do Aventureiro”, no qual é tratado esse aspecto da relevância das relações de parentesco, existe uma genealogia completa de seus moradores na época de sua pesquisa original (1984).

como psicóloga e paisagista, e que atualmente, aposentados, administram o camping do Seu Rubem. Eles também dividem as tarefas entre a família: Laís cozinha e limpa; Hamilton cuida do jardim e faz a manutenção da casa e do camping; em períodos de maior movimento o filho vem do Rio de Janeiro ajudar. Dessa forma, segundo essa divisão do trabalho, as famílias mais numerosas se saem melhor nas tarefas de manutenção do espaço e de atendimento ao público. Luis (46), também neto de Dona Angelina e irmão de Joana, é proprietário de um dos campings mais procurados pelos visitantes do Aventureiro, onde acontecem pequenos shows e festas em grandes feriados, como Ano Novo e Carnaval. Luis conta sobre os cuidados com o camping:

A gente fica o ano todo cuidando, mesmo quando não tem ninguém os meninos estão limpando, quando tem gente ficam o tempo todo limpando os banheiros, as mesas, as cadeiras, aqui a gente dá uma atenção. Isso daí é porque a família é grande, tem uma galera aqui em casa que mora aqui e cada um faz uma coisa. Tem outros moradores que trabalham na prefeitura, tem outras coisas, então mesmo que cheguem vários turistas eles não têm como atender assim.

Nessa fala de Luis fica claro como o fato de sua família ser grande ajuda na administração dos negócios. Como também destaca Costa (2008): “[...] o tamanho das famílias e a mão-de-obra disponível são determinantes, já que as tarefas são divididas no interior da família e uma família pequena tem que contratar algum morador, diminuindo consideravelmente seus ganhos.” (p. 286) O relato de Luis também evidencia um outro dado: nem todos os 18 donos de camping se dedicam somente ao turismo. Ainda segundo Luis: “Tem gente que trabalha na limpeza da praia, pro INEA, tem a professora, tem pessoas que têm outra renda, tem gente que vem pra cá só no feriado. Quem fica aberto direto é a Neneca, o Roseno, o Jorge, o Valdomiro, esses aí são direto, qualquer época do ano que chegar alguém eles vão estar aí para receber.” Apesar de hoje se dedicar exclusivamente ao seu camping e bar, nem sempre foi assim para Luis. Foi somente quando o presídio foi desativado em 1994 que a possibilidade de trabalhar com o turismo se concretizou para a comunidade do Aventureiro e também para ele. Antes disso, durante o período em que Luis ainda trabalhava com a pesca, quem cuidava do camping e atendia aos hóspedes quando ele não estava eram sua mulher, Janete, e sua mãe, Dona Santinha. Entre 1995 e 1996 Luis deixa a pesca para se dedicar somente ao camping:

Eu ficava no Aventureiro no defeso da pesca [período em que a pesca é legalmente interdita em prol da reprodução das espécies marinhas], que é no verão, depois eu voltava a pescar na baixa temporada de turismo. Depois eu já ia ficando e começava a pescar um mês depois, até chegar num ponto que eu não fui mais e fiquei só com o camping, porque o camping é mais lucrativo e você não sofre tanto como na pesca. Antes de acabar o presídio passavam sempre as mesmas pessoas, tinha um grupinho de umas 20 pessoas que visitavam aqui, sempre as mesmas, uma vez por ano eles vinham, eram conhecidos de alguém, uma vez ou outra traziam alguém que nunca tinha vindo para conhecer. Quando acabou o presídio é que as pessoas começaram a chegar mesmo, mas naquela época o camping era meio

clandestino, não era como hoje, não tinha nada. Quem vinha mais eram os surfistas, e eles traziam a namorada. Acampavam ‘à rola’²³, mas a gente foi tentando trazer eles para dentro do quintal porque na praia não tinha como eles usarem água, fazer uma comida legal e eles foram vindo e a gente foi cobrando. Se você tratar bem o turista ele vai repetir o seu camping direto.



Luis na entrada de seu camping no Aventureiro – nov. 2008

Com os depoimentos de Zuleika, Neneca, Joana e Luis, temos basicamente duas perspectivas: uma, por parte das mulheres que ficavam em casa enquanto os maridos pescavam embarcados, cuidando da casa, da família, da roça e da eventual recepção de visitantes; outra, por parte dos homens, que viviam entre a pesca e o turismo. Com tais relatos acredito que se pôde ter uma idéia sobre como aconteceu este processo de mudança do eixo roça-pesca para turismo na Praia do Aventureiro.

²³ “À rola” é uma expressão usada localmente para designar algo feito “de qualquer jeito”, sem cuidado, sem controle, sem uma ordem planejada.

Tendo feito, através da visão dos atores sociais locais, uma tentativa de entender como se estabeleceu a atividade turística de camping no Abraão e no Aventureiro, vejamos a seguir essa atividade no contexto atual das duas praias.

2.3 Turismo de camping na atualidade do Abraão e do Aventureiro

Sobre o atual cenário do Turismo de Camping no Abraão:

- Existem 12 campings autorizados pela prefeitura de Angra dos Reis;
- Todos os campings possuem água quente;
- Todos os campings oferecem estrutura básica de cozinha e área de convivência;
- Alguns campings como o Santana's, o Raio de Sol e o Palmeiras, estão em vias de fechar para ceder lugar a novos empreendimentos comerciais como uma padaria e uma pousada;
- O público atual é composto por visitantes que vão por conta própria e por grupos que vão através de agências de turismo;
- Os donos de camping se queixam da atividade dos ilegais, que colocam barracas em seus quintais sem autorização da prefeitura. Conflitos entre legais e ilegais.
- O acesso ao Abraão é fácil e relativamente rápido, cerca de 1 hora de barco saindo de Angra dos Reis, ou, 1h e 30min saindo de Mangaratiba. Existem vários horários de barcos diariamente.

Sobre o atual cenário do Turismo de Camping no Aventureiro:

- Existem 18 campings autorizados pela prefeitura de Angra dos Reis;
- Apenas o Camping do Luis têm água quente;
- Todos os campings oferecem estrutura básica de cozinha e área de convivência;
- Os donos de camping buscam fazer melhorias em sua infra-estrutura para melhor atender aos turistas;
- O público que vai ao Aventureiro viaja por conta própria, não foi percebida a atividade de excursões nesta praia;
- Os donos de camping que ficam no alto dos morros se queixam que os turistas preferem os campings da praia. Polaridade entre “praia” e “morro”.
- O acesso é difícil, cerca de 2h e 30min de barco saindo de Angra dos Reis. Quando o mar está revolto os barcos não saem. Não existem dias e horários fixos de saída e chegada de barco.

Uma das características em comum observadas nas duas praias, Abraão e Aventureiro, é o caráter familiar na administração dos campings, só que em cada uma isso se dá de diferentes maneiras. No Abraão, os terrenos geralmente foram herdados de familiares que nasceram na Ilha ou que lá estabeleceram residência para trabalhar no presídio ou em atividades ligadas a ele e à Vila do Abraão, como por exemplo nos correios. As pessoas que vieram morar por conta própria no Abraão e que fizeram campings são uma minoria e compraram seus terrenos na década de 80 e 90. Ainda nos campings desta praia pude observar que o número de pessoas contratadas para trabalhar nos campings é igual ou maior que o número de familiares envolvidos. Pode-se dizer que é um negócio familiar na medida em que foi passado de pai para filho, que o terreno já pertencia à família, ou que muitos dos donos de diferentes campings como Seu Renato, Robson e Sildo são parentes entre si. Já no Aventureiro as famílias se dividem nas tarefas de seus respectivos campings, a família toda trabalha, poucos moradores não são nascidos no Aventureiro e o terreno que cada família ocupa em geral pertence a essa mesma família há mais de uma geração.

Ao longo do trabalho de campo, conforme ia realizando as entrevistas, percebi que, enquanto algumas pessoas me diziam que não havia problema nenhum em transitar pelas praias da Ilha, a não ser por Dois Rios, na época do presídio, outras já diziam que era preciso conhecer alguém ligado ao presídio, ou ter autorização para passar, que era tudo muito controlado e que não se podia transitar livremente. Isso me intrigou mas, conforme fui trabalhando com as entrevistas, pude perceber que eram duas vertentes de discurso: uma, de conhecidos, filhos, parentes e amigos de funcionários do presídio e que tinham uma maior facilidade de trânsito; e outra, de turistas, de pessoas que queriam conhecer praias como Parnaióca²⁴ e Aventureiro, no lado oceânico da Ilha, mas que não tinham o “conhecimento” necessário para conseguir autorização para passar. Assim, é possível entender como para alguns não havia problemas para transitar pelas trilhas que ligam as praias da Ilha e que para outros isso fosse uma coisa muito difícil.

Da mesma forma foi possível caracterizar o perfil dos donos de camping nestas duas praias:

Abraão

²⁴ A praia da Parnaióca já foi considerada como uma das mais populosas da Ilha Grande com cerca de 300 moradores, mas devido a sua proximidade com Dois Rios, onde ficava o presídio, sua população foi indo embora com medo das constantes fugas de presos. Atualmente apenas três famílias permaneceram nesta praia: a de Silvio e Janete, que são proprietárias dos dois campings existentes nesta praia; e seu João Bulé, morador local, que trabalha como caseiro em uma casa de veranistas. Na Parnaióca existe uma cachoeira e um rio que atraem a atenção de muitos turistas que visitam a praia, além de ser muito visitada também por turistas hospedados no Aventureiro.

- Pessoas que já moraram na Ilha, que saíram do Abraão e depois voltaram, em geral aposentados com terrenos próprios herdados de família, que ali fizeram campings para complementar sua renda.
- Jovens que assumiram os negócios da família.
- Na maior parte dos casos os donos de camping já tiveram alguma ligação de trabalho com o presídio no passado.

Aventureiro

- Em geral pessoas que nasceram e moram na Praia do Aventureiro.
- Ex-pescadores cujas famílias trabalhavam em suas roças antes das leis ambientais proibirem este tipo de cultivo.
- Poucas pessoas de fora, que adquiriram terrenos de moradores que foram embora do Aventureiro.

Foram identificadas também algumas características ligadas às motivações para se trabalhar com o turismo de camping, semelhantes nas duas praias:

- Busca por qualidade de vida;
- Baixo investimento;
- Negócio familiar;
- Não precisar funcionar o ano todo;
- Ano Novo, Carnaval, Semana Santa e feriados prolongados, funcionam como uma poupança para o ano;
- Possibilidade de seleção de público;
- Poucos “funcionários”;
- “Ninguém quer ficar rico com camping.” (Seu Sildo)

Além das observações mencionadas acima foi possível traçar uma linha do tempo com decretos e acontecimentos significativos para as duas comunidades. Essa seqüência de eventos facilita o entendimento de muitas mudanças no modo de vida dos moradores da Ilha Grande.

1963 – Desativação do Lazareto (fato relevante para o Abraão);

- 1964 / 1965 – Início do Camping na Praia Preta e na Praia da Bica (fato relevante para o Abraão);
- 1971 – Criação do Parque Estadual da Ilha Grande – PEIG (fato relevante para a Ilha Grande);
- 1972 – Proibição do camping “selvagem” (fato relevante para a Ilha Grande);
- 1972 a 1976 – Praia Preta é delimitada como área de camping (fato relevante para o Abraão);
- 1977 – Excesso de pessoas, pequenos furtos e tumulto levam à proibição do camping na Praia Preta (fato relevante para o Abraão).
- 1978 em diante – Acampar passa a ser permitido só dentro do quintal dos moradores no Abraão.
- 1979 – Chegada da luz elétrica no Abraão;
- 1981 – Criação da Reserva Biológica da Praia do Sul – RBPS (fato relevante para o Aventureiro);
- 1982 – Criação da Área de Proteção Ambiental de Tamoios – APA Tamoios (fato relevante para a Ilha Grande);
- 1990 – Criação do Parque Estadual Marinho do Aventureiro – PEMA (fato relevante para o Aventureiro);
- 1994 – Implosão do IPCM em Dois Rios (fato relevante para a Ilha Grande);
- 1999 / 2000 – Início das Campanhas Camping Legal e Angra Legal (fato relevante para o Abraão e Aventureiro);
- 2000 – Denúncia junto ao Ministério Público sobre camping ilegal na Reserva Biológica da Praia do Sul²⁵ (fato relevante para o Aventureiro);
- 2006 – Interdição dos campings no Aventureiro por excesso de pessoas e falta de estrutura adequada;
- 2007 – Re-abertura dos campings no Aventureiro com limite de 560 visitantes.
- 2007 – Assinatura de decreto de ampliação da área de proteção ambiental na Ilha Grande, que passou a ter um total de 87% de sua área preservada (fato relevante para a Ilha Grande);
- 2010 – Em trâmite o processo de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no Aventureiro.

Neste capítulo procurei demonstrar como se instituiu o turismo de camping nas duas praias e como o esquema cultural de cada uma delas se projeta nas respectivas configurações

²⁵ Segundo moradores locais essa denúncia foi forjada, o que será melhor explicitado no capítulo 3.

atuais; é como montar um quebra-cabeça, no qual as peças são constituídas, muitas vezes, pela memória das pessoas. Foi dada ênfase aqui ao período de 1963, data da implosão do Lazareto no Abraão, até 1994, data da implosão do Instituto Penal Candido Mendes, em Dois Rios. No capítulo seguinte passo ao período pós 1994 até os dias atuais.

3 TURISMO À “ROLA” E “TURISMO DE QUALIDADE”



Cais de Turismo de Angra dos Reis - nov. 2008.

No capítulo anterior foi mostrado como se instaurou o turismo de camping nas praias do Abraão e do Aventureiro. Já neste, será analisado o período entre 1994 e 2010, os picos de visitantes nas duas praias e suas implicações, assim como a idéia de um “turismo de qualidade” em oposição a um turismo “desqualificado”, ou “à rola”, como chamam alguns moradores da Ilha Grande usando uma expressão local. Nesta parte, embora focalizando o ponto de vista dos “visitados” terei em mente o referencial sugerido por Steil e exposto anteriormente no sentido de considerar a ocorrência do turismo como espaço de negociações e trocas culturais envolvendo diferentes atores sociais.

Pelas observações feitas sobre ambas as praias, o turismo de camping pode ser pensado em dois momentos: no Abraão, um primeiro momento, em que é visto de forma pejorativa por uma parte dos moradores e comerciantes locais; e, um segundo, a partir dos

anos de 1999 e 2000, quando o número de campings e de estabelecimentos comerciais “ilegais” aumentava desordenadamente e a prefeitura de Angra dos Reis lançou a campanha Angra Legal, que teve como objetivo a legalização desses estabelecimentos em todo município de Angra dos Reis, mas voltada em especial para a Ilha Grande. A campanha Camping Legal vem como parte da campanha Angra Legal e tem como objetivo atuar especificamente junto aos campings do Abraão, que até então só funcionavam com alvarás e não precisavam ser legalizados como empresas e nem ter licenciamento ambiental. A partir desta campanha e com a legalização dos campings, as suas condições de infra-estrutura melhoraram e os preços praticados foram elevados; este tipo de turismo começa a ser visto da perspectiva dos donos de campings e estabelecimentos comerciais locais com possibilidade de melhores ganhos, como um tipo de “turismo de qualidade”.

Já no Aventureiro, em um primeiro momento, o turismo não foi percebido como uma fonte de renda capaz de substituir a atividade pesqueira, predominante até então nesta praia. Só após 1994, como já vimos, com a implosão do Instituto Penal Candido Mendes, é que começa a chegar um número cada vez maior de visitantes e, assim como no Abraão, a infra-estrutura local de água, esgoto e prestação de serviços, como alimentação e hospedagem, não estava preparada para receber esse número cada vez maior de pessoas em um curto espaço de tempo. Os problemas decorrentes da falta de estrutura para a recepção de tantos visitantes ocasionou uma série de problemas legais para a comunidade.

Em 2000, foi feita uma denúncia ao Ministério Público pelo ambientalista Gerhard Sardo, na qual alegava que a atividade de camping estava ocorrendo dentro da Reserva Biológica da Praia do Sul, onde é proibida a presença de pessoas a não ser para fins científicos. Consta no Aventureiro, e isso me foi dito por um morador local, que Gerhard, que se tornou *persona non grata* ali; ele teria feito amizade com a comunidade, começando a frequentar a praia e, sem que ninguém soubesse, teria montado uma barraca de camping na Praia de Sul, juntou o lixo que a maré traz ao redor da barraca, fotografou e apresentou a denúncia. Ao me relatar o fato esse morador, como outros tantos, se mostrou ressentido e traído com a atitude do ambientalista, que se diz também que nunca mais voltou ao Aventureiro após este episódio. No feriado da Semana Santa de 2001 independentemente do decurso do processo e sob a leniência da FEEMA, o fluxo de visitantes no Aventureiro era intenso. Alguns barcos lotados de passageiros a uma certa altura já não eram mais autorizados a atracar no Aventureiro, pois os campings já estavam lotados e a FEEMA impunha certo controle. Entre os anos de 2000 e 2006 a fiscalização da FEEMA no Aventureiro oscilou entre momentos de maior rigor e outros de quase ausência. Um novo incidente decorrente de ação

judicial ocorreu no carnaval de 2006, como será visto em detalhe mais adiante neste capítulo, quando a atividade de camping é proibida durante uma operação da campanha Angra Legal e só volta a acontecer em janeiro de 2007, sendo que a partir de então segundo certas regras, visando também, neste segundo momento, a um tipo de “turismo de qualidade”. Vale ressaltar que essa categoria – “turismo de qualidade” – é referida de fora, por administradores públicos e empresários, em relação ao Aventureiro, e, por vezes, incorporada ao discurso local, mas não é própria de lá. Já no Abraão, os donos de camping e de outros meios de hospedagem a utilizam em referência a um tipo de turismo que consideram “qualificado”, em oposição a um outro tido por eles como “desqualificado” – envolvendo juntamente a avaliação igual de um certo tipo de turista visto, entre vários atributos negativos, como sem recursos e sem educação; e incluindo dessa forma o turismo de camping numa classificação de tipos/ocorrências de turismo em categorias superiores e inferiores.

Tanto no Abraão quanto no Aventureiro o turismo de camping passou a ser valorizado e equacionado ao que é referido como “turismo de qualidade”, que pode ser interpretado também por melhorias de infra-estrutura, menor número de pessoas, maior gasto per capita, conforto, mais espaço, seleção de público e conformação às leis ambientais, tendo como atrativo a própria condição de área protegida, que abrange praticamente toda a Ilha.

Associado a essas mudanças há que ser também considerada, no caso do Abraão, a correlação das visões e práticas em relação ao turismo de camping com as posições ocupadas pelos proprietários dos meios de hospedagem na estrutura social local – apontando para a insatisfação dos “legais” para com os “ilegais”, o que será tratado adiante; e as avaliações já feitas por Prado (2003) a propósito da polaridade entre nativos e não nativos.

Para que se possa melhor compreender estes dois momentos e concepções do turismo de camping nas duas praias, as mesmas serão analisadas separadamente a seguir.

Abraão



Espera para embarque com destino ao Abraão - Angra dos Reis – abr. 2010

Tanto Abraão como Aventureiro tiveram um grande aumento do número de visitantes em um pequeno intervalo de tempo, o que causou impactos por falta de estrutura adequada. A Vila do Abraão enfrentou problemas em duas ocasiões por conta do excesso de visitantes: em 1978 quando foi proibido o camping na Praia Preta; e, em 1999, quando, diante da falta de controle sobre os estabelecimentos comerciais existentes, a prefeitura de Angra dos Reis deu início às campanhas Angra Legal e Camping Legal, que começaram a ser realizadas neste ano, e que acontecem até os dias atuais. Segundo a prefeitura de Angra dos Reis:

O principal objetivo do *Angra Legal* é garantir que hoje e no futuro os turistas possam desfrutar das belezas naturais do município da melhor forma, ou seja, com consciência ambiental. Para isso, o projeto visa controlar o turismo predatório, a partir de ações para coibir campings, pousadas e comércio irregulares. (<http://www.defesacivil.angra.rj.gov.br>, acessado em: 16/07/2010)

Entre os anos de 2002 e 2005, participei como bolsista de Extensão do projeto de educação ambiental “Ilha Jovem”, e posteriormente, até 2007, como bolsista de Iniciação Científica no projeto “Etnoecologia na Ilha Grande”, ambos sob orientação da professora Rosane Manhães Prado e realizados no Abraão. Assim pude perceber ao longo destes anos, após o início da atuação da campanha Camping Legal, que a visão predominante nesse período entre boa parte dos moradores e donos de estabelecimentos comerciais locais em relação ao turista que viaja acampando com uma mochila nas costas era negativa, equacionando-o com falta de recursos: eram os “duristas”, como muitos deles chamavam. Segundo Gerard (57), de origem francesa, que esteve pela primeira vez na Ilha na década de 80, e que hoje é dono da Pousada Tropicana, uma das primeiras do Abraão:

Os campings eram muito precários. Havia um tipo de preconceito em relação aos campings porque tinha muito som alto, muita bagunça, faziam barulho a noite toda. E como as pessoas que acampavam gritavam a noite toda e não deixavam ninguém dormir as pessoas daqui não gostavam e por isso havia um preconceito. Os turistas que ficavam em pousada e queriam descansar também não gostavam. Tinham muitos campings precários e sem controle, bastava ter um pedaço de terreno que já faziam camping. Enquanto os campings da Europa, onde eu morava, eram muito bem organizados, com banheiros, com tudo, aqui não era. A maioria eram jovens, hippies, pessoas que vinham passar o verão, que queriam pagar mais barato.

É de se notar como esse turismo é relacionado a um menor gasto financeiro por parte dos turistas. Malbouisson (2004) também fala sobre esse período em que este tipo de visão estigmatizante em relação ao campista era freqüente entre moradores e comerciantes locais do Abraão.

O público dos campings freqüentemente se enquadra no estigma de ‘duristas’, alvo das enfáticas reclamações acerca das ‘bagunças’ e da sujeira deixada nas praias e nas trilhas do Abraão. Essa atribuição é alimentada pela tendência dos preços dos campings serem mais baixos, sendo uma opção para visitantes com recursos limitados. De certo modo, desconhecer o perfil de um público que surge ‘não se sabe de onde’ durante épocas de férias, ânimos aquecidos e exacerbação de disputas de todo tipo – todos esses acontecimentos que marcam o verão – alimentam a desconfiança tanto de nativos quanto de pousadeiros. São freqüentes relatos de histórias ‘estranhas’, que acontecem nos campings, como de ‘bandidos escondidos’, ou casos de tráfico de drogas, principalmente naqueles localizados nas encostas, afastados da área mais movimentada do Abraão. (p. 53-54)

Na época, o que era referido como “turismo de qualidade” por certos segmentos era associado a ter recursos e poder ficar “bem instalado” em pousadas. Já em um outro momento, em 2008, quando retorno ao Abraão para realizar trabalho de campo para a presente pesquisa, me dou conta de que o discurso predominante entre os mesmos comerciantes passou a ser o do “turismo de qualidade”, mas agora aplicado tanto a pousadas como a campings. As queixas apresentadas acima por Malbouisson, em relação ao consumo de drogas e a “bandidos” escondidos em campings afastados, não foram mencionadas durante a minha pesquisa recente e foram poucos os relatos sobre campistas que fazem barulho à noite; o que indica o reconhecimento de um público considerado como mais “qualificado” nos

campings. Em conversas com antigos conhecidos, como o fotógrafo André Ilha, morador sazonal²⁶ do Abraão, foi possível compreender essa mudança de discurso em direção à idéia desse tal “turismo de qualidade” e o quê exatamente ele seria. Segundo André: “Agora o custo de vida por aqui aumentou muito. Já tem umas guaritas para o lado da Praia Preta, aqui está ficando com cara de Parque”. Esta fala a meu ver caracteriza essa nova fase do Abraão que parece especificar mais o significado de “turismo de qualidade” na correlação com: aumento de preços, melhoria de estrutura e delimitação de leis e regras destacando a condição de “Parque Estadual” como atrativo que deve ser restringido a um menor número de visitantes, mas ao mesmo tempo com um maior gasto per capita.

Apoiando a promoção desse “turismo de qualidade”, a prefeitura de Angra dos Reis promoveu a já referida campanha “Camping Legal”, ou seja, os campings que forem devidamente cadastrados e autorizados recebem uma faixa em sua entrada com o *slogan* da campanha: “Camping Legal – Prefeitura de Angra dos Reis”.



Fachada lateral de camping credenciado pela Prefeitura de Angra dos Reis

²⁶ Denomino como morador sazonal pessoas que passam vários períodos do ano na Ilha Grande e que muitas vezes possuem casas alugadas.

A campanha não agradou a todos; Alexandre (36), morador do Abraão há 10 anos, argumenta: “Só deveriam existir campings legais e não você oferecer como uma vantagem o camping ser legal. A prefeitura deveria fiscalizar e se responsabilizar por todos os campings serem legais; agora, criar um selo de legalidade é meio estranho não?” Outras pessoas acham que a campanha não funciona porque a fiscalização não abrange os campings não legalizados, o que prejudica os “legais” que pagam impostos.

Por que os fiscais não vão nos ilegais? Porque o endereço deles não consta na prefeitura; eu me dei mal porque legalizei, dá vontade de dar baixa na empresa e ficar ilegal também que aí eu não vou mais ser incomodado. Acho que a campanha Camping Legal não significou muita coisa não, porque tem muita gente que vai pelo preço, onde cobrar menos vai, e não se importa se o camping é legal ou não. (Lúcio, 62, aposentado, dono do Camping do Lúcio)

Tanto na fala de Lúcio como na de praticamente todos os donos de camping entrevistados a revolta em relação à falta de fiscalização dos campings não legalizados foi manifestada, existindo uma distinção entre campings “legais” e “ilegais”; o que “se quer” e o que “não se quer” para o Abraão. A própria palavra “legal” por si só carrega vários significados, fazendo referência não só ao que é legal no sentido formal/ jurídico mas também ao que é bom, a algo que se quer mostrar, ao que se quer ter associado a um comércio ou a uma pessoa marcados positivamente. Por outro lado, quando se fala de campings ilegais, por extensão está-se referindo ao que é visto como ruim, precário, o que não se quer.

Assim, é possível notar que existe uma distinção que separa tanto donos como hóspedes de campings “legais” e “ilegais” e os hierarquiza: financeiramente e moralmente. Os campings “ilegais” são associados à cobrança de preços baixos, que só podem ser praticados justamente porque são ilegais, pois não pagam impostos e não têm despesas com funcionários registrados. Do ponto de vista moral, os donos de campings “ilegais” são desqualificados pelos donos de campings “legais”, por estarem sendo desonestos com eles; assim como seus hóspedes, que também são desqualificados por se preocuparem apenas em pagar mais barato. Os “ilegais” se “escondem”, não têm anúncios na internet, placas e geralmente ficam no alto dos morros, ou em áreas de propriedade do Estado, que não poderiam ter estabelecimentos comerciais em funcionamento, o que reforça sua condição de marginalidade. Segundo um comerciante local: “Se você quiser vai encontrar camping até de cinco reais, mas não vale a pena. Lá é mais barato mas você vai ter dor de cabeça, não tem segurança e às vezes nem banheiro, no final sai mais caro! Vale a pena pagar um pouco mais e ter mais tranquilidade, segurança e conforto.” É neles também que se diz que “moram pessoas” e foi por essa situação de clandestinidade e essa marginalidade a eles atribuída que fui incentivada a não me hospedar ali e abri mão de entrevistar os seus donos e hóspedes.

Outra questão, citada pelos entrevistados que já tinham campings antes da campanha em 2000, é que quem começou sua atividade neste momento, como o Santana's, o Sossego e o Raio de Sol, se adaptou aos novos padrões e começou a funcionar dentro das regulamentações necessárias, e quem já tinha camping teve de se adaptar, como conta Robson (31), dono do camping “Cantinho da Ilha”:

Eu não achei muito boa essa campanha porque a prefeitura nunca tinha feito nada pela gente e nessa campanha eles só beneficiaram a quem chegou, porque quem ia começar naquela época já sabia a estrutura que ia precisar e já fez tudo certo e quem já estava teve que fazer várias obras para se adaptar e financeiramente foi difícil.

É interessante notar que naquele momento começava a haver uma tendência de os campings passarem a ter uma melhor infra-estrutura na Vila do Abraão. Nelson Palma (72), ex-proprietário de camping no Abraão e editor do jornal local *O Eco*, foi um pioneiro nesse sentido:

Eu quis fazer um camping classe A, recebia todas as classes sociais, tinha regras como: não podia fazer barulho, usar drogas... Essas regras estavam no site do camping na internet, então o cara já vinha pra cá sabendo disso. Eu me dei bem porque atingi um público que queria paz, sossego. Vários campings copiaram o meu, banheiro azulejado, área coberta, mesa para refeições.

Thiago (29), proprietário do Camping Santana's, adquirido há cerca de 1 ano de sua mãe Ana e de seu ex-padrasto, também argumenta neste sentido:

Fizemos o camping porque o investimento era menor do que uma pousada, mas queríamos tentar fazer um camping de qualidade, com boa estrutura, com um melhor cliente, focado em família, casal. E foi onde o Santana's evoluiu. Vimos que muitas pessoas acampam por prazer, que poderiam se hospedar em pousada, mas que ficavam em camping e que gastavam em passeios, comida, compras. A cozinha do camping sempre foi uma base para lanches, refeições rápidas, mas a maioria come fora. Não é um público que acampa porque só assim poderia viajar, são famílias que trazem filhos, que deixam barracas guardadas com a gente. O meu público retorna bastante. Os outros campings vendo o nosso acompanharam a tendência de melhorar a qualidade e a estrutura.

Atualmente, todos os campings legalizados que visitei no Abraão atendem a certos padrões, como banheiros azulejados e com água quente, cozinhas estruturadas, áreas cobertas, mesas para refeições, espaços de convivência e jogos. Segundo Sérgio (72), proprietário do Camping Palmeiras:

Os turistas estão cada vez melhores, antes camping era sinônimo de bagunça, de baderna, de gente sem dinheiro, mas hoje tá mudando. Hoje em dia quase ninguém cozinha mais no camping, ficam em média uns 3 dias e vão embora. A maioria dos hóspedes vem de São Paulo, pouca gente do Rio. Tenho pessoas que se hospedam aqui sempre, casais, pessoas de mais idade, não é muito garotada não.

Nesta fala alguns pontos merecem destaque, como cozinhar no camping, o tempo de permanência média, a procedência dos turistas e seu perfil.

Cozinhar ou não no camping parece uma questão sem muita importância, mas seu significado pode assumir dimensões importantes; trazer a própria comida tanto pode ser uma opção como também uma possibilidade de menores gastos e de maior permanência na praia em questão. Na fala da maior parte dos donos entrevistados, a cozinha do camping é uma base para lanches e refeições rápidas, e eles indicam que o consumo de seus hóspedes nos estabelecimentos locais é considerável, que comem em restaurantes e fazem passeios de barco. Assim, essa questão aparece como um indicador de consumo por parte dos campistas, consumo de um certo tipo que com certeza não poderia ser qualificado como “durista”.

Já em relação à permanência média, em ambas as praias, escutei o discurso de que o bom turista é aquele que quando acaba o feriado vai embora, que não é “desocupado”, como sugere Douglas (24), filho de um proprietário de camping no Abraão: “Quem fica geralmente é quem não tem o que fazer em casa, que vai ficando às vezes em condições precárias mas não vai embora.” O que também indica uma certa objetividade em relação ao que se espera do turista: que ele venha, gaste, se divirta e vá embora, como em uma festa na qual os últimos convidados, aqueles que não vão embora, se tornam inconvenientes e alvo de críticas. Nessa perspectiva, é preciso saber a hora de chegar e de partir.

Por fim, duas questões se cruzam: a procedência e o perfil dos visitantes. Em geral, paulistas, mineiros e pessoas que vêm do Sul são mais bem vistos pelos donos de campings locais, são citados como clientes educados, que consomem bastante e que dão pouco trabalho. “O turista bom é o paulista, o mineiro e o do sul”, diz Gilson (56), dono do restaurante “Casarão da Ilha” e ex-proprietário de camping no Abraão. Já as pessoas que vêm do Rio de Janeiro, dependendo do município ou bairro de residência, são encaradas como possíveis desordeiros, os lugares mais citados são: Ilha do Governador, Niterói, Angra dos Reis e Itaguaí. Em relação à Baixada Fluminense as opiniões em geral apontam para eles como “bons clientes”, embora as pessoas que vêm do estado do Rio de Janeiro sejam apontadas pela maioria dos entrevistados como as que gastam menos na Ilha. Os donos de camping em geral querem mostrar que seus hóspedes gostam de acampar e que para além do fator econômico existe todo um estilo de vida que os motiva a quererem acampar.

As pessoas às vezes ligam camping a pessoas sem dinheiro, mas eu recebo aqui no camping advogado, juiz... Eu tenho um cliente que eu vou buscar ele lá no campo de futebol porque ele vem de helicóptero, ele fala que para ficar no ar-condicionado ele não precisa sair da casa dele. (Robson, 31, dono do Camping Cantinho da Ilha)

Nesse sentido, Deise (54), proprietária do “Camping do Bicão”, e que trabalha com turismo de camping há cerca de 11 anos, argumenta:

A maioria dos meus hóspedes trabalha em escritórios, em empresas, eles vivem fechados entre 4 paredes. Então quando eles viajam eles procuram um turismo alternativo para que eles fiquem mais livres, essa sensação de liberdade, de contato com a natureza que o camping dá para as pessoas. Já em uma pousada você não tem essa liberdade de ficar com o pé no chão, de sentar na calçada e tomar uma cerveja, ao ar livre.

Como se pode ver nas falas desses proprietários de camping, aparece todo um sentido de valorização dessa escolha, seja pelo poder aquisitivo dos clientes – negando a idéia de que quem acampa é quem não tem recursos (o durista) –, seja por um estilo de vida igualmente valorizado. Acampar representaria para o turista a possibilidade de encontrar um ambiente diferente do que ele tem em sua cidade de residência.

Atualmente, com a especulação imobiliária, é muito difícil conseguir um terreno grande o suficiente para se fazer um camping, apenas as pessoas que já os possuem, em geral por herança, é que se interessam em fazer um novo camping. É o caso de Gilson (56), que hoje pensa em fazer um camping novamente junto com o irmão:

O terreno é nosso ainda e vou fazer de novo um camping. Só que agora com mais estrutura, mais moderno, porque camping hoje dá dinheiro e tem que fazer uma coisa organizada, com segurança. Hoje pra você acampar não é barato o equipamento, a não ser que seja com aquelas barraquinhas fajutas que com uma chuva acabam. Antes vinham aqueles garotões sem dinheiro, pagavam o camping com lata de sardinha, bujão de gás, miojo, macarrão; hoje o cara liga, reserva e deposita. Mudou muito e mudou para melhor com certeza! Com a campanha Camping Legal melhorou porque os campings foram obrigados a legalizar e por isso que aumentou um pouco os preços, porque os custos dos campings também aumentaram.

De novo, aparece aqui um discurso que valoriza o turismo de camping e todo o estilo de vida que traz consigo. Na fala de Gilson existe uma oposição entre passado e presente na qual o primeiro é tido como pouco lucrativo, um turismo realizado por jovens sem dinheiro. Os campings, sem uma estrutura que permitisse cobrar valores como os praticados atualmente, pois não ofereciam muito ao turista e dessa forma também não podiam cobrar muito – ofereciam o que tinham e em troca seus visitantes também retribuía com o que podiam. Já na atualidade a realidade que Gilson vislumbra é diferente, ele vê o camping como um negócio com possibilidade de maiores lucros. Ele pensa em abrir um camping “com mais estrutura, mais moderno” e espera também receber um turista que procure por este tipo de serviço e que esteja disposto a pagar por isso. Os campings passaram a um status de negócio rentável para os comerciantes locais, não sendo mais vistos como um tipo marginal de turismo nesta praia. Eles agora são mais uma possibilidade de “turismo de qualidade”.

Aventureiro



Espera para embarque com destino a Angra dos Reis - Aventureiro – jan. 2009

O Aventureiro, mesmo tratando-se de uma praia no lado oceânico e de difícil acesso na Ilha Grande, era um ponto na rota de fuga muito visado pelos fugitivos do presídio.²⁷

Segundo Costa:

O tipo de turismo realizado no Aventureiro nos campings, nos terrenos das casas, freqüentados por mochileiros seria totalmente inviável com a presença do presídio e das inúmeras fugas que ali ocorriam, além do que todo o aparato policial da Ilha Grande estava voltado para a vigilância dentro e fora dos muros da penitenciária, o que envolveria risco para os turistas que caminham hoje em dia pelas inúmeras trilhas da Ilha Grande e que poderiam ser tanto abordados por presos fugitivos quanto por policiais em busca dos mesmos. (COSTA, 2008, p. 262)

Mas, além da desativação do presídio, outros fatores também impulsionaram a atividade turística em toda a Ilha Grande.

²⁷ Ver mais sobre o tema em Catão (2004), Costa (2008) e Santos (2006). A reportagem do jornal *O Globo*, de 13/03/2006, também trata do assunto e pode ser vista no Anexo 2 desta dissertação.

O turismo acabou sendo uma alternativa econômica devido a vários fatores tais como: a redução da pesca a partir da década de 70; a implementação de Unidades de Conservação em toda a Ilha Grande, que proibiu a caça, o corte de árvores e o roçado, entre outras atividades, também a partir da década de 70; e a desativação e implosão do Instituto Penal Cândido Mendes, já em meados da década de 90, que foi como um “sinal verde” para o turismo. (ZANATTA, 2006, p. 4)

A comunidade do Aventureiro foi se adaptando à nova atividade econômica e em alguns anos ganhou fama entre jovens amantes de belezas naturais, surf e trilhas, e um número cada vez maior de visitantes começou a chegar. Conforme é relatado em Costa (2008) e Wunder (2006), no início os moradores deixavam que os visitantes acampassem em seus quintais sem cobrar nada, estes que em troca deixavam às vezes roupas, alimentos, pranchas de surf, ajudavam os moradores a puxar redes de pesca, era uma espécie de troca de favores. Com o passar do tempo o número de visitantes foi aumentando e as famílias do Aventureiro passaram a cobrar pequenas quantias para se acampar em seus terrenos. Alguns moradores que antes viviam da pesca passaram a se dedicar integralmente ao trabalho em seus campings: na alta temporada, período de férias escolares e feriados, atendendo aos turistas; e na baixa temporada, inverno e fora de feriados, fazendo reparos e pequenas obras de infra-estrutura em seus campings, ou fazendo a manutenção de seus barcos. É interessante observar que um fator de satisfação da população local em relação à atividade turística é a possibilidade de descanso e lazer nos períodos de baixa temporada. Também nesse sentido o turismo rende mais para eles do que as atividades tradicionais de pesca e roça que exerciam anteriormente.

[...] o turismo proporcionou uma significativa transferência de renda, que tem sido usada principalmente para bens duráveis de consumo e de investimento. As exigências de trabalho do turismo podem ser altas, mas somente durante períodos limitados de pico de visitação. [...] por opção a renda do turismo tem sido usada por alguns moradores da vila para maior tempo de lazer: o aumento de bens materiais significa que as atividades vistas como árduas e de baixa produtividade (agricultura) ou fisicamente difíceis e que envolvem altos riscos (pesca) têm sido reduzidas. (WUNDER, 2006, p. 156-157)

Ao contrário do discurso de alguns moradores e donos de comércio do Abraão, que em um primeiro momento discriminavam este tipo de turista e argumentavam que ele não traz grandes recursos, o povo do Aventureiro sempre acolheu bem esse visitante que entre outras coisas passou a trazer uma nova fonte de renda para o local. Como já me referi, nesta praia também se pode falar de dois momentos distintos do significado do turismo de camping, de maneira um pouco diferente do que no Abraão. Um primeiro, a partir da segunda metade da década de 90, no qual essa modalidade não era percebida como atividade comercial, mas como um tipo de camaradagem que rendia vantagens tanto para os visitantes quanto para os nativos. A atividade foi se consolidando, mesmo em confronto com as restrições impostas pela implantação da Reserva Biológica, e resultou em uma grande expansão dos campings nos

quintais das casas sem que houvesse planejamento e controle. O número de campistas começou a aumentar de maneira intensa e inesperada, o que teve como consequência a interdição de seus campings pela FEEMA e pela Prefeitura de Angra dos Reis através da operação Angra Legal, realizada no carnaval de 2006, como ainda será detalhado adiante. Esse evento ao meu ver fecha esse período de 1995 a 2006. E um segundo momento, a partir de 2007, quando a comunidade consegue autorização junto ao Ministério Público para reabrir seus campings, e o que já era referido como “turismo de qualidade” no Abraão – equacionado com maiores gastos per capita, entre outras características mencionadas –, passa a ganhar espaço também no Aventureiro. Para ilustrar este primeiro momento, no qual o turismo de camping ainda funcionava na base dessa tal “camaradagem”, destaco a entrevista que Costa (2008) realizou com João Paulo, um dos filhos de Luis, dono do camping de maior destaque do Aventureiro, ao indagar sobre como começaram a chegar os turistas depois de 1994:

Tomei até um susto, de repente. Vinha gente pra cá, ficava no nosso camping, mas a gente não cobrava nada não. Porque nunca veio ninguém pra cá. Aí acampava aí, saía, aí às vezes deixava comida que sobrava, deixava pra nós, roupa, aí começou a deixar a prancha, praticamente nossas pranchas era tudo que os caras deixavam aí. Aí cada vez foi vindo mais gente, vindo mais gente, aí começamos a cobrar, a cobrar, aí começou com a galera, que invadiu, né? Acabou nisso. (COSTA, 2008, p. 265)

Nesse primeiro momento os preços cobrados eram mínimos e a renda vinha por meio do grande volume de visitantes; e mesmo a frequência que os órgãos ambientais e a prefeitura de Angra consideravam como causa de danos à natureza sendo condicionada a períodos específicos, o “excesso de turistas” no Aventureiro culminou na proibição da atividade turística ao longo do ano de 2006, quando durante o carnaval a operação Angra Legal retirou os turistas de lá de forma truculenta com apoio da polícia florestal. A matéria publicada em 13/03/2006, na série “Que Paraíso é esse”, no jornal *O Globo*, intitulada “Acampamento fica proibido e turista tem que voltar para casa no carnaval”, traz o depoimento de um estudante que estava no Aventureiro no dia de sua interdição no carnaval de 2006:

O carnaval perdido, a humilhação e os transtornos da volta para casa ainda indignam o estudante de direito Yuri Mutz, de 18 anos, que foi retirado da Praia do Aventureiro, na Ilha Grande, na operação Angra Legal, do dia 25 de fevereiro. Ele e outros turistas tiveram que deixar o local depois que a liminar que permitia o acampamento foi caçada. Para o universitário, a ação foi constrangedora e faltou bom senso às autoridades. ‘Não esperava acordar sábado de manhã com um policial fardado na entrada da minha barraca, mandando que eu recolhesse as minhas coisas porque a liminar tinha sido caçada. Depois, foi só humilhação, com helicópteros da polícia sobrevoando a Ilha como se fôssemos prisioneiros prestes a fazer uma rebelião.’

Após este incidente o turismo de camping voltou a ser liberado em janeiro do ano seguinte, mas com uma série de restrições. Foi estipulado um limite de 560 visitantes, a

capacidade de cada camping passou a ser avaliada de acordo com o número de banheiros (15 pessoas por banheiro), os custos de transporte, estadia e alimentação também aumentaram consideravelmente, além de procedimentos de cadastramento e embarque para esta praia passarem a ser controlados pela Turis-Angra em feriados e durante o verão. É nesse momento também que parte de seus moradores, através da sua Associação de Moradores, decidem criar uma taxa diária, de 5 reais, embutida no valor das diárias de campings, quartos, e no traslado de barco, cobrada em feriados e durante o verão e repassada diretamente pelos respectivos proprietários para a Associação. O valor da taxa é utilizado para pagar as pessoas que trabalham nestes mesmos períodos na cabine de informações turísticas do Aventureiro, e como uma espécie de “caixa” da própria Associação, que deposita esse valor em uma poupança. Segundo Fábio (23), atual presidente dessa Associação, parte do dinheiro arrecadado já foi utilizada nos processos de legalização dos campings, para obras emergenciais no cais e para a limpeza da praia. No entanto, a cobrança dessa taxa não é informada na maior parte das vezes aos visitantes e é motivo de polêmica entre os próprios moradores, como fica expresso na fala de Joana (44), irmã de Luis e também proprietária de camping:

Eu achava que não era pra ter é nada, o turista já vem pra cá, já paga caro, só o barco é 50 reais, é caro pra caramba, por que você acha que no Ano Novo agora de 2010 veio pouca gente e que no carnaval não veio quase ninguém? Não é nem pelo tempo e nem pelas estradas, é pela passagem, o pessoal daqui pensa que turista é rico, milionário, não é não, tem gente que guarda o ano todo pra no fim do ano vir passear e curtir. O turista já paga o camping, paga pra chegar aqui, já consome no local comendo e bebendo, eu achava que não devia ter taxa.

Joana, assim como outros moradores do Aventureiro, acha que o turista já gasta muito para chegar até lá e que por esse motivo não deveria ter que pagar uma taxa.

No Abraão ainda não existe a cobrança de nenhum tipo de taxa e nem um estudo de capacidade de carga, cada camping coloca seu limite de pessoas, o que em alguns casos pode ser problemático se não houver bom senso por parte dos donos e administradores de camping. Muitas pessoas que trabalham com camping, em ambas as praias, disseram preferir não lotar o camping para evitar problemas como brigas, excesso de pessoas para uso dos banheiros e “calotes”.

Um pouco antes da proibição do camping no Aventureiro, em 2006, a situação da comunidade já era problemática, pois desde que foi criada a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, em 1981, administrada originalmente pela extinta Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) e depois absorvida pelo INEA, que sua população

estava sob ameaça de ser removida do Aventureiro, mesmo estando nesta praia há pelo menos 300 anos.

Sendo a Reserva Biológica uma categoria de Unidade de Conservação das mais restritivas quanto à presença humana em seu interior, não admitindo habitantes em sua área e nem mesmo visitantes que não sejam estritamente motivados pela pesquisa científica, tornou-se, portanto, ilegal a permanência daqueles moradores em seus limites. (CATÃO, COSTA e PRADO, 2009, p. 3)



O caso é tão impactante que além da manifestação contrária à remoção por parte dos próprios moradores, pesquisadores e “amigos do Aventureiro”, redigiram manifestos de apoio à permanência da comunidade e à re-categorização do território que abrange a comunidade do Aventureiro e a praia seguinte, denominada Praia do Demo, de Reserva Biológica (Re-Bio) para Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). A RDS permite a permanência de sua população e a exploração da atividade turística de maneira “sustentável”. Os manifestos são o “Argumento Pró-Aventureiro” (2006) e a “Declaração de Apoio à Criação de uma RDS no Aventureiro, Ilha Grande.” (2010). Catão, Costa e Prado (2009) tratam especificamente da questão no trabalho intitulado “Praia do Aventureiro: um caso *sui generis* de gestão local do turismo”. O encaminhamento de recategorização em favor da RDS está em andamento (cf. HAGINO, 2009).

Dessa maneira, quando houve a interdição em 2006, a situação dos moradores era precária e instável, e por esse motivo acataram a determinação da justiça que suspendia a atividade de camping, mesmo tendo que passar por momentos difíceis, pois sem o turismo perderam sua principal fonte de renda, como podemos ver no trabalho acima referido de Catão, Costa e Prado (2009): “Os moradores resolveram respeitar totalmente a proibição, com medo inclusive de multas ou de perder seus direitos sobre a terra e passaram, ao longo do ano de 2006, a negociar seus direitos exclusivamente no campo jurídico.” (2006, p. 9) Eles não concordaram com o modo como foi feita a operação de retirada dos turistas e sofreram por cerca de um ano com batalhas judiciais junto ao Ministério Público até conseguirem reabrir seus campings. No entanto, parte dos próprios donos de camping já estava insatisfeita com um fluxo tão grande de pessoas em feriados e durante o verão. Luis (46), que trabalha com camping desde 1995 relata:

Chegou a vir aqui umas 3.000 pessoas, não dava mais para agüentar, apesar de que tinha gente que gostava daquilo, mas pra mim não tava dando mais para agüentar, por mais que você quisesse montar uma estrutura durante o ano, quando chegava no verão você não tinha como dar conta mais. Tinha muito roubo naquela época, vinha gente acampar só para roubar, muita droga, tráfico, essas coisas todas no meio da galera, tinha noite que era terror, ninguém dormia, amanhecia o dia com gente gritando na praia. Hoje em dia é tranqüilo, vem os surfistas, mas é mais família, os próprios surfistas trazem as famílias, vem muita criança também, até recém nascido vem acampar.

Esse período um tanto conturbado se estendeu desde o processo movido por Gerhard, em 2000, até 2006, segundo os moradores locais. Mesmo entre os jovens a impressão que ficou dessa época recente é de desordem; Paula e Édna, 19 e 20 anos, filhas do Nézinho, dono de camping desde 1997, contam que:

“Antes era uma bagunça, tudo descontrolado, era tudo ‘à rola’, os banheiros não tinham capacidade. Aqui em casa o meu pai é que não deixava ficar tudo descontrolado. Naquela época o pessoal era mais bagunceiro, tinha gente querendo roubar, agora são mais tranqüilos. Continuam vindo jovens, pessoal de faculdade, estudantes, mas eu gosto mais agora.”

Contudo, nem todos estavam descontentes com o turismo como era nessa época. Daniel, dono de um pequeno camping, surfista, morador do Aventureiro há cerca de 6 anos, disse gostar das pessoas que vinham e do clima descontraído:

Antes era a galera do surf, mais alternativa, mais jovem, foi a época que eu gostei mais daqui, foi quando eu vim morar aqui. Era bem legal o público, eu me identificava bem. Agora mudou bastante, é mais família... As restrições influenciaram bastante, essa taxa, tem uma galera que não tem tanto poder aquisitivo, mas também não são mochileiros, vagabundos, como o pessoal fala, são classe média, mas está mudando, agora ficaram mais caras as coisas, o camping, o transporte. Eu preferia antes, perdeu um pouco a *vibe* pra mim. Tinha mais vida, a galera fazia mais festa, era mais animada, surfavam, sempre tinha um agito na praia, um luau. Há quanto tempo que não tem um luau, que não tem essas paradas? Mas pode ser que você pergunte para outro que fale: “Nossa, agora está muito melhor.”

Na visão de Daniel não são apenas os preços que dificultam a vinda de parte dos turistas para o Aventureiro, mas também todo o procedimento de cadastramento, de controle dos visitantes que assusta as pessoas:

O pessoal vem e: ‘Ah, tem que pegar uma pulseirinha, tem que preencher um cadastro, tem que passar na cabine! Ah não, vou para outro lugar mais relax, menos controlado.’ A maioria da galera que vem pra cá é uma galera malucona, fica até com medo de vir. Aí o cara que tem grana ele não quer vir pra cá porque aqui não tem energia, não tem suporte, não tem o prato requintado que ele quer. Então está assim, a gente não sabe quem é que vem pra cá. Quiseram cortar o pessoal mais humilde porque ‘poluía’ muito, quiseram cobrar mais caro e trazer os caras mais bacanas, aí os caras bacanas não gostam de vir pra cá porque não tem ventilador, não tem ar condicionado, aí vem uma vez só, não voltam mais e ainda saem falando mal. Ou seja, ou elitiza de vez logo, ou... Eu acho que antigamente era mais gostoso, antigamente, era há 3 anos atrás, parece que eu estou falando de tanto tempo. Foi muito rápido esse processo.

Nesta fala fica expressa uma outra questão a considerar: a estrutura atual atende a um público com maiores recursos financeiros? No Aventureiro não existe rede elétrica, a luz é de gerador movido a óleo diesel e funciona entre 19h e 23h, aproximadamente, o que impossibilita a instalação de ventiladores e aparelhos de ar-condicionado. Apenas um camping serve refeições diferenciadas como frutos do mar, filé mignon, pastéis com sabores variados, como queijo gorgonzola; os demais bares e campings servem o “tradicional” PF de frango, carne ou peixe. É preciso pensar também que o atrativo diferencial desta praia pode ser exatamente essa rusticidade voltada para um certo tipo de turista que queira esse isolamento e essa limitação de consumo.

Com exceção de Daniel, e de mais dois entrevistados, é quase uma unanimidade entre os moradores o fato de que para eles agora o turista que vem é mais “tranquilo”. Segundo Fábio (23), morador já citado como atual presidente da Associação de Moradores:

Quem vinha aqui não vem mais, faz um tempão que eu não vejo mais aquelas pessoas que vinham pra cá direto. O preço aumentou, o barco tá 50 reais, o público agora é de pessoas mais tranquilas, melhorou muito. As pessoas não respeitavam, gritavam na praia a noite toda, ficavam pelados na frente de todo mundo. Agora o público está ótimo.

Grande parte dos moradores acha que os preços praticados melhoram suas possibilidades de lucro; Neneca (39), dona de camping e restaurante, diz sobre isso:

Eu acho que agora se ganha bem porque antigamente era mais barato e a gente nem cobrava por pessoa, era por barraca, era 5 reais por barraca, 10 reais por barraca, e agora é por pessoa. Antes tinha muito calote, agora tem o controle da cabine da Associação de Moradores.

Nesta fala fica claro que ter lucro não se refere apenas a praticar preços maiores, mas também a receber pelos serviços prestados. É comum o relato de donos de camping que contam que muitos visitantes arrumavam suas bagagens de madrugada e iam embora pela trilha de Provetá sem pagar pelas diárias devidas.

Porém, se a maioria está satisfeita com a mudança de perfil de seus visitantes, essa mesma maioria também reclama do número estipulado de turistas, 560; acham pouco e que não dá para todos ganharem com este número reduzido; nesse sentido, Luciano (28), dono de camping, argumenta:

O público agora está ótimo, mas vem menos gente e tem muito camping, tinha que ter um pouco mais de gente pra ficar legal pra todo mundo, eu achava que tinha que ser mil e poucas pessoas. Tinha que ter um limite, mas eu acho que colocaram um limite pequeno, agora é menos gente, podia ser mais.

No caso de Luciano a situação é mais difícil, porque seu camping é um dos últimos da praia e fica no alto do morro; sendo assim, apenas pessoas que vêm com indicação ficam em seu camping, ou, quando os da praia já estão lotados é que os turistas vão para lá. Atualmente morar na praia e estabelecer seu negócio ali é uma condição privilegiada, pois a proximidade com o mar e a possibilidade de deslocamento sem ter que subir o morro é um atrativo para grande parte dos turistas. No entanto nem sempre morar na praia teve esse significado, muito pelo contrário, na época em que funcionava o presídio em Dois Rios morar na praia representava um fator de risco e era pouco valorizado por seus moradores, pois quem morava no “alto” além de estar mais protegido de presos em fuga também estava mais próximo de suas roças e dos locais de caça. Segundo Vovô (59), morador do Aventureiro, filho de Dona Angelina e funcionário do INEA, havia sempre uma pessoa que ficava vigiando da “Pedra da Espia” se algum possível fugitivo se aproximava pelas praias do Sul e do Leste. Em geral os moradores que ficavam vigiando eram os que moravam na praia, o que gerava conflitos entre eles e os moradores do morro, que em maior segurança muitas vezes se recusavam a ficar na vigia. Após a decretação de leis ambientais a partir da década de 70, que proibiram, entre outras coisas, a caça e a roça; a implosão do IPCM em Dois Rios e a chegada do turismo na década de 90; essa situação se inverteu e hoje as queixas passaram a ser dos moradores do morro em relação aos da praia, que segundo os primeiros, lucraram muito mais do que eles com o turismo.

Na verdade, como colocado por Daniel citado acima, essas mudanças todas aconteceram muito rapidamente, tanto os moradores do Aventureiro como seus visitantes ainda não se acostumaram com a nova realidade do turismo nesta praia. Em períodos de trabalho de campo no Abraão e conversando com amigos, é comum que as pessoas achem que o turismo no Aventureiro ainda está interdito, ou que é muito difícil ir para lá agora, ou ainda, alguns acham que vai estar muito cheio e nem sabem das novas regras quanto ao número de pessoas. Foi muito enfatizado pelos moradores locais o fato de no momento da interdição do turismo de camping a mídia ter noticiado amplamente, mas que após a re-

abertura não houve nenhum tipo de divulgação, que a notícia não foi dada nos mesmos meios de comunicação que noticiaram a interdição.

Contudo, em minha avaliação, a passagem de uma modalidade de turismo que inicialmente nem era percebida como turismo pelos seus moradores para um cenário de superlotação, seguido de uma proibição e agora com limites, vai na direção do modelo de “turismo de qualidade” que originalmente encontrei no Abraão e que agora passa a ser referido também no Aventureiro, mesmo que com nuances distintas. A fala de Laís (62), demonstra como o perfil dos visitantes está mais heterogêneo, com possibilidade de venda de produtos voltados para um público com maior poder aquisitivo:

O público mudou para casais mais velhos, famílias, pessoas com um poder aquisitivo maior, antes era só garotada, vinham uns grupões de Niterói. Antes aqui você pagava 3 reais, trazia um miojo e um atum e ficava um mês. Agora é um outro tipo de turismo, eu tenho público para robalo, filé mignon.

De uma perspectiva processual, é possível pensar essa mudança de perfil dos freqüentadores, analisando a comunidade em períodos diferentes. Sven Wunder pesquisou e produziu seu trabalho sobre a comunidade da Praia do Aventureiro entre os anos de 1999 e 2001, o que dá um intervalo de praticamente 10 anos para os dias atuais. Essa diferença abre para mim a possibilidade de comparar determinados aspectos por ele analisados que tomaram outras dimensões com o passar do tempo ou que se mantiveram da mesma forma.

Algumas observações de Wunder já chamavam a atenção para o fato de que o turismo de camping era uma atividade rentável, mesmo que alguns dos próprios moradores da Ilha ainda achassem que não:

A hipótese conhecida de que ‘os mochileiros não deixam dinheiro algum na Ilha’ é claramente rejeitada por nossos resultados para a vila do Aventureiro. Os campistas gastam pouco per capta, mas seu grande número indica que a renda líquida é de tamanho considerável, particularmente em uma comunidade pequena. [...] O elemento principal de geração dessa renda é o aluguel de espaços de camping, o que implica apenas custos locais insignificantes e, portanto, na prática se torna uma transferência financeira dos turistas para os residentes. A venda de comida e bebida, assim como o transporte por barco, são elementos complementares, adicionais. (WUNDER, 2006, p. 179)

O autor aponta que os mochileiros fazem pequenos gastos, mas que devido ao seu grande número acabam gerando renda para a população local. Hoje a visão predominante é a contrária: menos gente e mais gasto per capta. Ele também aponta a prática do camping como simples aluguel de terrenos, com resultados em produtos para os donos mas sem investimentos em melhorias de infra-estrutura para os turistas. Hoje é fácil observar que a maioria dos donos de campings e bares se preocupa com o conforto dos seus visitantes e investe na construção de mais banheiros, na melhoria das benfeitorias já existentes, mas não chegam a fazer as obras que desejariam por conta das restrições da Reserva Biológica que

inclui o território no qual se encontra a comunidade do Aventureiro. Vale lembrar que, de acordo com as leis ambientais vigentes, o número de visitantes no Aventureiro e de vagas de hospedagem por camping é estabelecido em função do número de instalações sanitárias (1 banheiro para cada 15 pessoas), e a construção de novos banheiros depende da autorização dos órgãos responsáveis.

Wunder também observa que o percentual de ganhos com comida, bebida e transporte de barco dos visitantes era secundário. Hoje, os percentuais parecem ser bem maiores. Nos períodos em que estive no Aventureiro entre novembro de 2008 e abril de 2010 pude notar uma relativa variedade de produtos como refeições, café da manhã, almoço e jantar, doces, sorvetes, salgadinhos, biscoitos industrializados, bebidas variadas, desde cerveja até energéticos e vodka. Essa oferta era maior nos períodos de grande movimento, como Ano Novo, Carnaval e Semana Santa, já em outros momentos as opções eram menos fartas. Contudo, parece ter havido um grande aumento de oferta e demanda de tais produtos, e seu papel, já não é mais secundário, tendo passado a render lucros consideráveis para os moradores do Aventureiro que trabalham com o turismo.

Atualmente a diária em um camping por pessoa varia entre 10 e 20 reais de acordo com a época do ano. Em média, a pessoa que optar por fazer suas refeições nos bares e campings locais, gastará aproximadamente: 15 reais por cada refeição principal (almoço e janta); de 10 a 20 reais pelo café da manhã; além de sucos ou bebidas consumidos ao longo do dia. Assim, o visitante pode chegar a gastar com alimentação cerca de 50 reais por dia, ou seja, mais do que o valor da diária do camping. Não se pode esquecer que muitas vezes o hóspede faz suas refeições no próprio camping no qual está hospedado, o que resulta em um acréscimo considerável na receita de seu dono.

Percebe-se que na época em que Wunder fez sua pesquisa não havia tantas opções de consumo, além dos valores praticados serem bem inferiores aos de hoje. Mas o que quero destacar com este exemplo bem como neste capítulo não são apenas os dados relativos ao turismo de camping resultantes das comparações entre diferentes períodos na Ilha Grande, mas também a noção de que estamos lidando com um processo em aberto, e sempre sujeito a novas configurações.

No capítulo anterior, a perspectiva de Sahlins (1990, 1991) – aplicada ao que vi como o encontro entre os eventos da implosão do presídio e da explosão do turismo (instaurando uma *estrutura de conjuntura*) com os esquemas culturais (correspondentes a *estruturas de longa duração*) de cada uma das comunidades – nos ajudou a entender o modo e o formato

como em cada uma delas o turismo de camping se instituiu. Neste capítulo, foi a perspectiva sugerida por Steil (2004) que nos ajudou a ver como, em relação à ocorrência desse turismo, estamos num campo de negociações entre todos os atores envolvidos no plano simbólico e prático. Tem sido ainda a visão de Barth (2000) que vem alimentando a idéia de processo referida acima e levada em consideração ao longo das avaliações que faço nesta dissertação:

As pessoas participam de universos de discurso múltiplos, mais ou menos discrepantes; constroem mundos diferentes, parciais e simultâneos, nos quais se movimentam. A construção cultural que fazem da realidade não surge de uma única fonte e não é monolítica. (BARTH, 2000, p. 123)

Neste capítulo foi demonstrado como o turismo de camping, tanto no Abraão como no Aventureiro, passou por um momento inicial no qual não havia ainda uma organização em relação à estrutura básica, como banheiros e cozinhas, e nem uma preocupação efetiva com a condição de legalidade junto à prefeitura e aos órgãos ambientais; o que muitos moradores chamam de turismo “à rola”, de qualquer jeito. Em ambas as comunidades os envolvidos com os campings passaram por dificuldades ao longo dos anos, tendo problemas com a prefeitura e com a antiga FEEMA, até conseguirem se organizar e “melhorar” tanto a qualidade dos serviços oferecidos como também receber um público que entendem como “qualificado”, o que resultou em melhores ganhos financeiros e em mais “tranquilidade” para os turistas e donos de camping. O termo “turismo de qualidade” é utilizado por comerciantes e donos de camping no Abraão e simboliza “o que se quer” para a Ilha Grande. No Aventureiro, mesmo não sendo mencionado de forma corrente por seus moradores, seu significado também é compartilhado, pois quando dizem: “Ah, as pessoas agora são mais tranquilas...”, ou “Agora dá pra ganhar um dinheirinho, antes tinha muito calote...”, ou ainda “Não tinha mais como se planejar pra receber as pessoas, porque sempre vinha muito mais gente do que a gente podia imaginar...”, as pessoas também estão se referindo, a um turismo que se percebe que igualmente veem como mais “qualificado”. Resta agora analisar o turismo de camping nas duas praias pela ótica de seus visitantes.

4 TURISMO DE CAMPING – UMA QUESTÃO DE ESTILO?



Camping Cantinho da Ilha - Abraão – abr. 2010



Camping do Rubem - Aventureiro – mar. 2010

Início este capítulo, que aborda visões pertinentes à clientela de camping, com um texto extraído de uma página da internet direcionada a campistas:

Somos um casal de Santos (SP) que acampa há mais de 30 anos, no início sempre com os três filhos - que começaram com dois, seis e nove anos - e atualmente, já avós e com os filhos independentes, geralmente apenas os dois. Sem interesse comercial ou patrocínio e com o objetivo de motivar os iniciantes, criamos este site pessoal - na web desde 1999 - para divulgar esse estilo de vida saudável, prazeroso e econômico e ao mesmo tempo para repassar informações baseadas em nossa vivência em viagens acampando.

São duas as formas de acampar: uma em praias desertas, beira-rios, campos, montanhas, etc., sem recursos como energia e banheiros (o chamado camping selvagem) e o camping organizado, onde se encontra no mínimo área cercada, banheiros e energia elétrica. Praticamos esta última opção e asseguramos que existem áreas de camping com boa estrutura, em condições de se passar dias e até férias com a família, com toda a segurança (relativa, nos dias de hoje) e condições básicas de conforto e higiene.

Utilizando apenas áreas de campings temos feito viagens inesquecíveis, conhecendo nosso litoral, do Nordeste até o Sul - veja as vantagens, roteiros, lugares conhecidos e álbum de fotos -, de forma simples, convivendo com a natureza, conhecendo pessoas e costumes das mais variadas regiões e isso tudo de forma econômica.

Há muito ouvíamos falar sobre as belezas de Ilha Grande. Finalmente fomos conhecê-la e voltamos deslumbrados pelo que vimos e desfrutamos. Praias belíssimas, um mar de cores lindas em tons de verde ou azul profundo, Mata Atlântica preservada com direito a se encontrar micos, esquilos e muitos pássaros, muitas trilhas para percorrer e tudo isso com a sorte de termos tido dias de muito sol e temperatura amena. Não é a toa que encontramos muitos estrangeiros por lá. Em Ilha Grande tem várias áreas de camping, a maioria rústica. Acampamos no Camping do Bicão, [...] situado na Vila do Abraão, principal porto da ilha. A área é pequena mas tem banheiros decentes, cozinha comunitária com refrigerador e fogão, atendimento atencioso, módulos com cobertura de lona plástica e pontos de energia, ficando a barraca devidamente abrigada. (<http://www.ocampista.com.br/index.html>, acessado em: 17/07/2010)

A fala desse casal traduz uma visão referente aos possíveis significados de se exercer a prática do camping e ressalta algumas das características e vantagens do que, segundo eles e grande parte dos campistas entrevistados na pesquisa para a elaboração desta dissertação, é um “estilo de vida”: saudável; prazeroso; econômico; organizado; com estrutura; segurança; conforto; higiene; inesquecível; simples; em contato com a natureza; que possibilita conhecer diferentes pessoas e costumes. “O turismo”, bem como as práticas e valores correlatos, tem sido visto da perspectiva sociológica/ antropológica de muitas maneiras e muitos ângulos, e associado a questões e significados diversos (cf. BANDUCCI, 2001; BARRETO, 2003; NASH, 1981; STRONZA, 2001), incluindo a visão que o equaciona a uma ruptura com o cotidiano, como é o caso do autor referencial nos estudos de turismo, que é John Urry (1996). É esta a perspectiva que privilegio aqui, também considerando as viagens turísticas como possibilidade de ruptura com o cotidiano, como a perspectiva, mesmo que temporária, de mudar de lugar, de roupa, de papel social, um escape. Segundo Urry (1996, p. 21) o turismo vem crescendo em todo o mundo, principalmente a partir da década de 60; a popularização dos meios de transporte, a abertura de estradas e a construção de pontes viabilizaram um deslocamento mais rápido, barato e seguro, o que em grande parte, impulsionou as pessoas a conhecerem diferentes lugares em seus períodos livres, geralmente em suas férias. Embora não pretenda dialogar com as diferentes correntes de estudos nesse campo temático, não posso deixar de recorrer ao trabalho desse autor *O olhar do turista*, na medida em que acompanho a sua argumentação para entender as motivações e escolhas de quem faz este tipo de viagem que:

[...] se refere ao consumo de bens e de serviços que, em certo sentido, são desnecessários. São consumidos porque geram supostamente experiências prazerosas, diferentes daquelas

com as quais nos deparamos na vida cotidiana. E, no entanto, pelo menos parte dessas experiências consiste em lançar um olhar ou encarar um conjunto de diferentes cenários, paisagens, ou vistas de cidades que se situam fora daquilo que, para nós, é comum. (URRY, 1996, p. 15)

A princípio, parece um tema corriqueiro o porquê das pessoas fazerem viagens turísticas, mas se pensarmos que, para além da provável resposta – por prazer –, existe uma série de expectativas, de encontros entre populações e culturas que de outra maneira não aconteceriam, o tema torna-se complexo. Quando se fala nestes encontros não se quer apontar apenas para grandes viagens entre continentes, conhecer povos com costumes e idiomas completamente diferentes dos do visitante, mas pensar que, mesmo dentro do próprio país, estado ou cidade, esses encontros podem causar uma certa sensação de estranheza, pois contrastam com o próprio modo de vida do viajante. Neste caso o exemplo da Ilha Grande ilustra bem o que se quer dizer: A Ilha Grande fica dentro do estado do Rio de Janeiro, de onde, para se chegar até lá, entre o percurso de carro e barco, se gasta em média 4h de viagem; ao desembarcar na Ilha é possível encontrar comunidades como Provetá e Longa, que ainda têm a pesca como atividade econômica predominantemente. Mesmo nas comunidades com um grande número de estabelecimentos comerciais e pousadas, como Abraão e Araçatiba, o visitante encontra a possibilidade de passar alguns dias sem a presença de carros, escutando constantemente o som dos pássaros e do mar. É todo um estilo de vida que difere do cotidiano do visitante, que, neste caso, em geral vem de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, ou outras, seja do exterior seja do país; é interessante notar também que para cada pessoa, em cada circunstância, esse encontro vai se dar de maneira diversa dependendo da expectativa depositada na viagem, dos gostos e hábitos de cada um. Ainda segundo Urry:

Não existe um único lugar do turista enquanto tal. Ele varia de acordo com a sociedade, o grupo social e o período histórico. Tais olhares são construídos por meio da diferença. Com isso quero dizer que não existe apenas uma experiência universal verdadeira para todos os turistas, em todas as épocas. Na verdade, o olhar do turista, em qualquer período histórico, é construído em relação com o seu oposto, com formas não-turísticas de experiência e de consciência social: o que faz com que um determinado olhar do turista dependa daquilo com que ele contrasta; quais são as formas de uma experiência não turística. (1996, p. 16)

A viagem turística em princípio possibilita ver “o outro” em seu cotidiano de trabalho e moradia, observar a paisagem sem preocupações, não ter hora para acordar ou dormir, comer e beber à vontade, *sair da rotina*. “O olhar do turismo é direcionado para aspectos da paisagem do campo e da cidade que os separam da experiência de todos os dias. Tais aspectos são encarados porque, de certo modo, são considerados como algo que se situa fora daquilo que nos é habitual.” (URRY, 1996, p. 18) Dessa perspectiva, para que se possa compreender melhor o perfil dos turistas que buscam o “não habitual” acampando nas duas praias aqui

focalizadas da Ilha Grande, Abraão e Aventureiro, faço uma breve caracterização de seus gostos e opiniões.

Tanto no Abraão como no Aventureiro, a idade dos visitantes entrevistados variou entre 18 e 62 anos, mas a maior parte em ambas as praias tinha entre 18 e 36 anos. Em geral, todos se enquadravam dentro de um perfil “classe média”, estudantes universitários, vendedores, dentistas, advogados, arquitetos, psicólogos e biólogos, entre outras ocupações; a maioria soube da Ilha Grande por meio de amigos e parentes que a conheciam, e posteriormente buscaram mais informações na internet. No Abraão pude notar que cada camping tem um certo perfil de turistas aos quais atende: o Camping do Lúcio e o Sossego só recebem casais, e de preferência com reservas; outros campings, como Bicão e Sombra dos Coqueirais, atendem mais a paulistas e mineiros do que a cariocas. Alguns campings trabalham com agências de viagens como a Eco Trips e a 100 Destinos, ambas de São Paulo e que realizam viagens “alternativas”, o grupo mínimo nestes casos sendo de 50 pessoas, ou seja, o camping fica praticamente por conta da excursão. As excursões atendem a públicos variados, como: jovens, brasileiros e estrangeiros; grupos da terceira idade. Os grupos costumam retornar anualmente e se hospedar no mesmo camping.

No Aventureiro o público é mais homogêneo, surfistas e amantes da natureza, que gostam de fazer trilhas e caminhadas; o que faz com que os campings não sejam tão segmentados quanto no Abraão. Os turistas que freqüentam o Aventureiro chegam até lá de maneira independente, pois as referidas excursões que vão para o Abraão não vão para lá por motivos tais como: não ser um destino turístico de fácil acesso; o tempo de deslocamento; e a falta de bares, restaurantes e passeios de barco diários em profusão e que agradam seu público. Quem acampa no Aventureiro pela primeira vez, em geral, não têm preferência por um camping específico, a menos que tenha a indicação de amigos ou familiares; os que retornam, geralmente, repetem o mesmo camping da vez anterior, caso o camping tenha vagas. O Camping do Luis é o mais procurado e o primeiro a lotar em feriados e durante o verão; mesmo os funcionários da cabine de informações turísticas o indicam aos turistas que pedem uma opinião sobre onde se hospedar. Entre os motivos indicados pelos turistas para tanta procura estão alguns diferenciais como: água quente; sombra em quase todo o terreno; mercearia e restaurante próprio. Muitos turistas alegam querer um contato mais íntimo com a natureza, mas gostam de algum conforto.

Foi percebido na pesquisa, que um número significativo dos entrevistados acampou a primeira vez na Ilha Grande ou só acampa na Ilha. Eles alegaram que: em outros lugares não precisavam acampar, pois tinham casas para ficar; ou, que a economia que fazem acampando

os motivou; ou ainda, que a excursão da qual fazem parte incluía camping e não pousada. No entanto, restam dúvidas na medida em que os próprios campistas ficavam pensativos ao responder e muitos não sabiam explicar ao certo o porquê desta escolha, mas alguns dados ajudam a entender essa questão. O percentual de retorno de visitantes à Ilha Grande é muito superior à média de outros lugares. Segundo Nelson Palma, membro da Associação dos Meios de Hospedagem do Abraão (AMHA): “Eu tinha um retorno de 50% de visitantes, no Abraão a média é de 30%, em toda Ilha Grande o retorno é enorme! O normal em outros lugares é de 3%.” Muitos donos de camping também relataram que as mesmas pessoas geralmente retornam nos mesmos feriados, como Semana Santa, Ano Novo e Carnaval. O ambiente da Ilha, mar, montanhas e mata, também favorece as modalidades de ecoturismo que têm muitos adeptos que viajam acampando. Outra possibilidade para se entender por que tantas pessoas acampam pela primeira vez na Ilha Grande ou só acampam lá é a alternativa financeira que se hospedar em um camping representa em relação aos custos de se hospedar em uma pousada, o que atrai um público jovem e excursões, que para “baratear” os custos da viagem ficam em campings. A proximidade com grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, também favorece uma certa “fidelização” de parte dos turistas, que, pela proximidade e comodidade de visitarem um lugar que já conhecem e gostam, acabam voltando.

Em minha pesquisa, segui um roteiro de perguntas que orientava as entrevistas com moradores e visitantes, e nele repeti a pergunta que Sven Wunder, em sua pesquisa na Ilha Grande entre 1999 e 2000, fez aos seus entrevistados sobre o possível pagamento de uma taxa ambiental de permanência na Ilha Grande. Na pesquisa de Wunder:

Foi feita aos turistas a pergunta hipotética de quanto eles estariam dispostos a pagar como uma taxa obrigatória de entrada para a Ilha Grande, contanto que todo dinheiro fosse gasto num projeto de conservação da floresta. Apesar da baixa renda dos estudantes, a ‘disposição a pagar’ encontrada nessa análise de valoração contingente da floresta foi de 5,21 US\$, apenas marginalmente mais baixa que a de todos os turistas entrevistados na Ilha Grande (5,61 US\$). Uma característica interessante é que a cota de entrevistados que não deseja pagar nada era cerca de um terço para toda a Ilha Grande, mas apenas de 20% para o Aventureiro. Apesar da predominância dos estudantes de baixa renda, a ‘mentalidade de não pagante’ foi, assim, menos pronunciada que em outras partes da Ilha, com turistas mais abastados. (WUNDER, 2006, p. 164)

A partir desta análise de Wunder, considerando que se passaram 10 anos desde então, coloquei essa pergunta. Para minha surpresa, a grande maioria das pessoas questionou se essa taxa realmente seria revertida para a preservação da natureza. Eduardo (27), que está acampado no Abraão pela segunda vez, e que costuma acampar em outros lugares como Trindade e Sana, ambos no estado do Rio de Janeiro, sempre como membro de excursões promovidas pela agência “Eco-Trips”, diz: “Se essa taxa for para a preservação mesmo até

posso concordar, mas tem muita coisa que falam que vão fazer e não fazem nada.” Existe uma desconfiança quase geral em relação ao “uso correto” do dinheiro; praticamente todos os entrevistados também perguntaram quem administraria essa taxa e quais seriam as prioridades de uso, sugerindo: coleta de lixo; manutenção das trilhas; construção e manutenção de banheiros públicos; construção e manutenção de um centro cultural no Abraão. O grande número de respostas que foram contra a cobrança da taxa também me chamou a atenção.

No Aventureiro já vem sendo cobrada uma taxa diária de 5 reais por pessoa em feriados como Ano Novo, Carnaval e Semana Santa, e durante o verão, como já foi mencionado no capítulo anterior. No entanto, eu mesma, durante algum tempo não soube dessa taxa, e os turistas em geral também não sabem que a estão pagando; por esse motivo não pude questioná-los sobre sua cobrança, e não me senti à vontade de explicitar algo que considero que deveria ser informado pela própria comunidade.

Outro motivo de desaprovação da cobrança de uma taxa ambiental foi a alegação de que já se paga impostos para tudo, inclusive sobre o que é consumido na Ilha, então é com esse dinheiro que o governo deveria cuidar de suas questões ambientais. Adriana (30), de naturalidade colombiana, estudante de pós-graduação em arquitetura, acampada pela terceira vez no Aventureiro, respondeu: “Não sou a favor de uma taxa, a Reserva Ambiental é da humanidade e é o governo que tem que garantir a conservação do meio ambiente com o dinheiro dos impostos e não com taxas para turistas.” Na fala de Adriana fica claro seu posicionamento, de que é o governo que tem que se responsabilizar pela preservação das áreas protegidas com o que arrecada em impostos.

Outros entrevistados argumentaram que uma taxa poderia dificultar o acesso de pessoas com menores recursos financeiros, como Carolina (28), fotógrafa, moradora da cidade de Porto Alegre, que já acampou em lugares como Guarda do Embaú (SC), Morro de São Paulo (BA) e Al Garve, em Portugal; ela diz: “Sou contra a taxa, aqui é de todos nós. Não é justo tirar o direito de alguém vir aqui por causa de dinheiro.” Em sua fala fica expressa a preocupação de que o acesso à natureza seja condicionado ao fator financeiro.

A pergunta que Wunder fez há 10 anos atrás: “Quanto as pessoas estariam dispostas a pagar como uma taxa obrigatória de entrada na Ilha Grande [...]”, quando repetida nesta pesquisa suscitou um questionamento: É certo pensar em uma taxa ambiental obrigatória? Nestes 10 anos a mentalidade de parte das pessoas mudou, os escândalos políticos e casos de corrupção pelo Brasil e pelo mundo fazem com que se pense melhor no uso que está sendo dado ao dinheiro público. Entendo que as pessoas querem dizer com estas respostas negativas, que não é uma taxa que vai resolver os problemas ambientais da Ilha, mas sim uma

administração coerente dos recursos públicos e uma maior fiscalização sobre a arrecadação financeira na Ilha Grande. Alexandre (36), formado em oceanografia e frequentador da Ilha Grande desde criança, resume bem a questão: “Eu aceitaria pagar essa taxa com muitas ressalvas, e sabendo que ela não é a solução de nada, é só uma ajuda.”

Foi muito difícil conseguir que os entrevistados dissessem um valor o qual estivessem “dispostos a pagar”, eles diziam o tempo todo: “Mas vai ser usada para quê mesmo?”, “Como seria feita essa cobrança?”, “Mas já não são arrecadados impostos?” As pessoas muito mais me inquiriam sobre a taxa do que respondiam. Apesar da polêmica gerada por essa pergunta, e após vários “se” de minha parte, se fosse usada só para a manutenção da Ilha, se fosse bem administrada, se fosse apenas para... Consegui que respondessem, mesmo relutantes, e os valores médios não foram diferentes nas duas praias; oscilaram entre 2 e 5 reais, para uma taxa diária; e de 10 a 30 reais, para uma taxa única. O que aumentou muito em relação à época em que Wunder fez essa pergunta, pois o valor médio encontrado por ele, fazendo o câmbio de dólares para reais em valores atuais²⁸, foi de 10 reais, como taxa única, aproximadamente.

A maior parte dos campistas não pratica esportes no seu dia a dia, mas na Ilha fazem trilhas e caminhadas. Entre os esportes citados, pelos que disseram praticar, estão: surf, futebol, musculação, skate, dança de salão e cooper. considerando o que foi dito no início deste capítulo, no sentido de ver a viagem turística como uma possibilidade de ruptura com o cotidiano, explica-se aqui que a prática de esportes, não sendo parte do dia a dia do viajante, neste momento faz sentido para ele, que se sente motivado a realizá-la.

As pessoas que acampam no Aventureiro em geral fazem trilhas e caminhadas e existe apenas um roteiro de passeio de barco que é para a Parnaióca, mas muitas pessoas também chegam a esta praia caminhando. O esporte “oficial” do Aventureiro é o surf, a principal atração do lugar são as praias e passeios, em geral feitos a pé; assim, praticamente todos se exercitam de alguma forma. Já no Abraão os passeios de barco são quase que um roteiro obrigatório tanto para os turistas que se hospedam em pousadas quanto para aqueles que acampam. Todos os entrevistados no Abraão já tinham feito pelo menos um passeio de barco. Os roteiros mais citados são: Lagoa Verde, Lagoa Azul, Saco do Céu, Feiticeira e Pouso. Algumas trilhas, como Abraão-Palmas e Abraão-Lopes Mendes, também foram bastante citadas, mas em geral os visitantes do Abraão parecem se exercitar menos do que os do Aventureiro.

²⁸ Em junho de 2010, 1 dólar vale cerca de 1 real e 80 centavos.

Sobre a legislação ambiental vigente na Ilha Grande, sempre me chamou a atenção, nestes 10 anos em que freqüente e pesquisei a Ilha Grande, a falta de clareza e informação sobre tal legislação, tanto para moradores quanto para visitantes. Em nenhuma de minhas idas para a Ilha Grande recebi informações básicas no trajeto de barco do continente para lá, como: “Você está entrando em uma área de proteção ambiental...”. Sendo assim, é de se esperar que a grande maioria dos visitantes não saiba nada ou saiba muito pouco sobre as leis ambientais; e que os moradores de ambas as praias aqui estudadas tenham muito mais clareza sobre o que eles não podem fazer em função das leis, como caçar, roçar e pescar com determinadas espessuras de redes, do que sobre sua importância “do ponto de vista sócio-ambiental”, até mesmo para que pudessem informá-las aos visitantes.

Considerando que o campista é um público que faz seus passeios em trilhas e que está muito próximo à natureza que ele alega que o atrai para a Ilha, do ponto de vista da observância da legislação ambiental na Ilha Grande seria recomendável que ele, assim como os demais turistas, fossem informados sobre essa legislação. Da perspectiva da “proteção à natureza”, o campista pode ser um importante aliado, avisando sobre possíveis pontos de desmatamento ou queimada, armadilhas para animais, denunciando a existência de lixo em certos pontos da mata, por exemplo; já que ele faz freqüentemente as trilhas de toda a Ilha Grande. No entanto, sem a devida orientação, ele também pode se tornar um vilão; acampando em áreas não permitidas, deixando dejetos por onde passa, ou fazendo fogueiras, que podem se tornar focos de incêndio. Quando questionados se sabiam que a Ilha Grande está abrangida em várias áreas de proteção ambiental, os campistas, em geral, disseram não saber; ou, que ficaram sabendo através de amigos, ou pela internet, mas todos relataram não ter recebido orientações sobre isso. Benjamin (27), estudante de intercâmbio de música, de origem francesa, disse que: “Eu já sabia que aqui é uma Área de Proteção Ambiental porque amigos me falaram e eu vi na internet, mas aqui ninguém falou nada.” As pessoas acabam agindo como agiriam em outros lugares, como relatou Eduardo (27): “Que não pode desmatar, jogar lixo e acampar em qualquer lugar acho que o pessoal já sabe, não precisa ser aqui e ter leis ambientais pra isso, em qualquer lugar é assim.”

Os visitantes e os moradores acham bom que existam leis de preservação ambiental, mas o modo como são aplicadas é o que incomoda a ambos. No caso do Aventureiro, os turistas não entendem por que não podem passar caminhando pela Praia de Sul, mesmo sabendo que lá é uma Reserva Biológica:

Não poder acampar, fazer fogueira, jogar lixo, a gente entende porque é o certo, mas não poder passar andando não dá pra entender. Ainda mais quando a gente pergunta pro fiscal

por que não pode passar e ele diz que é para não matar os tatuís, ai realmente fica difícil!
(Pedro, 22, estudante)

Pedro, assim como grande parte dos visitantes entrevistados, reconhece a importância das leis de proteção ambiental, mas questiona o fato de não receber uma orientação que o convença do fato de que sua simples presença pode trazer algum dano para a Praia do Sul. A falta de informação adequada gera a revolta das pessoas, o não entendimento e conseqüente repúdio da lei, estimulando dessa forma que ela seja burlada sempre que possível por parte dos visitantes.

A Ilha Grande, como muitos brincam, é grande mesmo, e possui muitas histórias, como as dos povos pré-históricos e posteriormente índios que lá habitaram, do tempo dos piratas, das fazendas, do tráfico de escravos, da passagem de Dom Pedro II pela Ilha e sua aquisição de terras, e mais recentemente o passado ligado às instituições carcerárias. O que mais ficou marcado desses períodos, e que foi citado por todos os entrevistados quando indagados se conheciam a história do lugar, foi a existência dos presídios, o Instituto Penal Candido Mendes, em Vila Dois Rios, e o Lazareto, no Abraão. Muitos visitantes alegaram não haver muita informação disponível sobre o passado da Ilha e a maioria se mostrou interessada em saber mais; novamente, quanto a esse aspecto, muitos me responderam com mais perguntas. Foi possível perceber que a oralidade ainda é a maior responsável pela divulgação dessas histórias, que geralmente se referem aos tempos do presídio, até porque as pessoas que as contam viveram esse período.

No Aventureiro e no Abraão pude perceber que existe um certo segmento de turistas que se interessa em conversar com as pessoas do lugar e saber mais sobre a Ilha. Algumas figuras são referenciais para contar essas histórias, entre eles, no Abraão: Professor Renato, filho de preso político e de filha de guarda do presídio, nasceu na Ilha e mesmo tendo morado fora por um período retornou para lá, escreve contos sobre as histórias do presídio; Sérgio, veio para a Ilha ainda criança, pois seu pai foi trabalhar lá, é um colecionador de livros e fotos referentes à Ilha Grande; Seu Constantino, ex-funcionário do presídio, cuida da embarcação Tenente Loreti, mencionada anteriormente; e Seu Roberto, filho do falecido Meu Santo, um grande dançarino de forró da Ilha Grande, sua família veio do Aventureiro e estabeleceu residência há muitos anos no Abraão. No Aventureiro: Vovô, Nézinho e Purunga são antigos moradores do lugar, conhecidos por suas histórias que vão desde o tempo do presídio, com relatos de fugas de presos, até histórias de assombração, demônios, feitiçaria e mula sem cabeça, entre outras. Fábio (23), morador do Aventureiro e filho de Vovô, conta que:

Os turistas se amarram nas histórias, às vezes meu pai senta aí e começa a contar história, vai chegando um, vai chegando outro, quando vai ver tem uma galera. E o meu pai se amarra também. Tem história que o meu pai conta que eu fico todo arrepiado.

Vale ressaltar que, mesmo havendo turistas interessados nas histórias referentes ao passado da Ilha Grande em ambas as praias, no Aventureiro esse público se destaca. Atribuo isso à proximidade entre “visitantes” e “visitados”, que nessa praia é maior do que no Abraão, e entre os motivos estão: a própria diferença de espaço físico entre elas, o Aventureiro é bem menor; e a variedade de opções de lazer, que é maior no Abraão. Além do que, o turista que frequenta o Aventureiro se caracteriza por buscar atividades mais voltadas para a natureza, como o surf e a caminhada em trilhas; longe do “agito” da vida noturna que existe no Abraão, esse turista tem mais disponibilidade e disposição para interagir com a comunidade mostrando-se mais interessado em saber sobre ela. Esse interesse pelas histórias da Ilha contadas por pessoas do próprio lugar, pode ser visto, na sua proporção, como um diferencial entre os campistas que frequentam as duas praias. Mas julgo que este seja também um aspecto importante no que diz respeito ao turista de camping aqui considerado, na medida em que essa busca de aproximação com os nativos remete à questão bastante referida nos estudos de turismo que é a da “busca de autenticidade”, à qual voltaremos adiante a propósito de alguns desses turistas quererem “fazer como os nativos fazem”.

Um dos principais atrativos da Ilha é a sua beleza natural, os turistas querem ir à praia, fazer trilhas, passeios de barco, mas quando chove as opções de lazer ficam reduzidas. Algumas pessoas entrevistadas no Abraão mencionaram a falta de um centro cultural, de um espaço no qual o turista pudesse conhecer mais sobre a Ilha e uma opção para dias frios e chuvosos. Thiago (29), morador do Abraão, diz:

Eu brinco que ninguém conhece a Ilha toda, porque a Ilha também é suas histórias. O turista daqui é muito carente porque ele só passeia de barco e vai à praia, se chove não tem o que ele fazer. Aqui tem muita história de presos, piratas, quando eu converso com um turista eu falo que tudo que aconteceu no Brasil Colônia aconteceu na Ilha Grande, fazendas, café, escravos, índios... Se tivesse mais informação haveria mais interesse com certeza.

Quanto à estrutura oferecida pelos campings, os turistas se mostraram satisfeitos e até mesmo surpreendidos, como Tatiana (30), bióloga, moradora do bairro de Madureira (RJ), que acampa pela primeira vez no Aventureiro: “Estou muito satisfeita, dentro de uma Reserva, de uma praia quase deserta como o Aventureiro, tem uma estrutura muito boa.” Na fala de Tatiana fica perceptível que o grau de exigência em relação à estrutura encontrada no Aventureiro está condicionado, para ela, ao grau de dificuldade de se chegar ao lugar e ao nível de “urbanização” encontrado. No Aventureiro existe uma demanda menor de serviços do que no Abraão, mas em ambas as praias, o que se entende, por parte dos turistas, como

estrutura básica, é um camping que ofereça condições de limpeza e higiene adequadas, áreas cobertas, banheiros, água quente, preferencialmente, e cozinha com utensílios disponíveis para uso do campista. Os campings que não atendem a esses quesitos, em muitos casos, acabam perdendo clientes; como Rafael (25), comerciário, acampado no Abraão pela segunda vez:

Já fiquei em outro camping aqui, mas não gostei porque não tinha cozinha, o banheiro era sujo, não cuidavam. Aí, da segunda vez, eu vim nesse e gostei, aqui é tudo limpo, o atendimento é bom, a cozinha é bem estruturada, eu volto sempre pra cá.

O “bom atendimento” também é muito valorizado pelos campistas, um atendente que esteja disposto a ajudar cedendo uma lona, um martelo, ou indicando o que se pode fazer ou não no camping é, em geral, determinante para que o turista volte para o mesmo camping em outra oportunidade. O fato dos campings geralmente oferecerem cozinhas, banheiros com água quente, e alguns, espaços de convivência, também influencia na escolha do tipo de hospedagem que o turista vai escolher. Jaceguai (32), comerciário, morador do bairro de Campo Grande (RJ), já veio à Ilha diversas vezes, no princípio se hospedando sempre em pousadas; a propósito, ele comenta:

Já fiquei em pousada várias vezes, mas prefiro o camping porque o contato com as pessoas é bem maior, se faz mais amizade e na pousada você fica mais isolado. E prefiro também por uma questão diretamente ligada à economia, em 3 dias economizamos quase 500 reais, e a pousada não oferece estrutura de cozinha. Os campings hoje estão muito organizados, banheiro limpo, água quente, cozinha estruturada, sombra para a barraca.

É de se notar que, assim como muitos viajantes querem subverter a ordem normal de seu cotidiano em seus períodos fora de casa, outros querem reafirmá-la, pelo menos em parte, e não abrem mão de certas comodidades do seu dia a dia, como água quente. Muitas pessoas, principalmente mulheres, disseram que passaram a acampar depois de saber que os banheiros teriam água quente. “Nunca tinha acampado antes, eu achava que era muito difícil, mas depois vi que é legal. O banheiro é bom, tem água quente.” (Elaine, 22, estudante) O conforto é um item de consumo valorizado, vários campings alugam colchonetes, travesseiros, se preocupam em ter um piso plano e valas que canalizem a água em caso de chuva, para as barracas não alagarem. As lonas também são cedidas com frequência pelos donos de camping aos campistas para proteção contra sol e chuva. Ou seja, se quer o contato com a natureza, a experiência de acampar, mas também se quer um ambiente que reproduza algumas condições encontradas em sua residência de origem. Rafael (25), ilustra isso bem: “Eu acampo para sair do stress, do trânsito do Rio, mas quero ter água quente, luz, uma estrutura.”

Bem, se existem aqueles que querem um meio termo entre a rusticidade e o conforto, existem também aqueles que desejam se despojar de grande parte das comodidades que têm

na cidade. Viver seus dias de férias sem grande conforto, apreciando o que a natureza tem a oferecer sem pedir muito em troca, tentando encontrar uma simplicidade que dificilmente seria possível em seu dia a dia. Ricardo (22), e seu amigo Marcos (19) vieram de Vitória, ES, passar férias no Aventureiro pela segunda vez, e Ricardo diz:

Estou muito satisfeito porque aqui tem tudo o que eu preciso: um fogão de lenha, banheiro e abrigo para a barraca, o que mais me falta? Hoje até pescamos uns peixinhos e fizemos na folha de bananeira assados no fogão de lenha, é maravilhoso.

É o caso típico do turista que não quer ser turista, que quer viver uma experiência o mais próxima possível do que ele idealiza que deve ser viver em uma ilha separada do continente e de seu próprio cotidiano; ele procura uma experiência “autêntica”. Freire-Medeiros (2009) faz referência a essa autenticidade buscada na experiência turística ao citar MacCannell, um autor que introduz o tema nos debates antropológicos:

MacCannell propõe o turista como chave interpretativa do mundo contemporâneo uma vez que as viagens representam um esforço coletivo por unificar e dar sentido a um mundo contraditório e fragmentado. Essa explosão de diferenças – própria da sociabilidade ocidental – leva os indivíduos a viajar para lugares idealizados como lócus de elementos autênticos pertencentes a outras culturas ou a um passado mitificado, ‘encenações’ das quais participam também os próprios nativos que se beneficiam das oportunidades de trabalho e renda geradas pelo turismo. (FREIRE-MEDEIROS, 2009, p. 87)

Um certo seguimento de turistas segue em busca de “paraísos” nos quais possam se “isolar” dos fatores urbanos que o incomodam no dia a dia, como: poluição, trânsito, aglomerações de pessoas, filas e tempo cronometrado, por exemplo. Alguns buscam a rusticidade e simplicidade “perdida”; outros querem lazer, conforto e desfrutar de belas paisagens naturais; mas ambos anseiam se afastar de seu cotidiano e se aproximar de um outro estilo de vida que não o seu.

Como nem todos os turistas estão dispostos a “viver como nativos” pescando seu próprio peixe, foi perguntado também aos campistas se traziam alimentos e bebidas. A maioria disse que traz lanches rápidos, pão, salame, salgadinhos, biscoitos, chocolate, macarrão instantâneo e bebidas, como vodka e whisky. Em geral, consomem bebidas alcoólicas e não alcoólicas e fazem pelo menos uma refeição ao dia em estabelecimentos locais. Os motivos apontados para que as pessoas tragam parte de seus alimentos quando acampam são: economia; ter alimentos disponíveis em horários que os estabelecimentos comerciais locais já estão fechados; ausência de mercadorias à venda no local; e pelo prazer de cozinhar como parte da atividade de camping. Esta última motivação está presente na fala de Tatiana (29), estudante, moradora de Santa Cruz da Serra (RJ):

Eu gosto de acampar, desse clima de camping, de contato com a natureza. Quando eu acampo sozinha não trago comida, mas quando vou com mais pessoas, de carro, eu levo, não

todas as refeições, mas eu gosto de brincar, de acender o fogareiro, fazer tudo ali como se estivesse no meio do mato mesmo.

Por fim, em relação à campanha Camping Legal, que atinge em especial o Abraão, a maior parte dos campistas reparou nas faixas com os dizeres “Camping Legal”, expostas nas fachadas dos mesmos, ou viu na internet no anúncio do camping o mesmo *slogan*, mas não procuraram saber por iniciativa própria se o camping no qual pretendiam acampar era legalizado ou não. Em geral, os campistas supõem que campings localizados em áreas centrais, ou anunciados na internet, são legalizados. “Acho que é legalizado porque está anunciado no site. Mas na primeira vez eu não me preocupei com isso, mas acho difícil um camping tão central ser clandestino.” (Eric, 21, estudante) Já as pessoas que vêm com excursões, em geral, deixam todos os detalhes da viagem por conta dos organizadores, como conta Edgar (30), funcionário de uma transportadora, morador da bairro de Osasco (SP): “Eu sempre viajei com excursões da *100 Destinos*. Eu não me preocupo em saber se o camping é legalizado porque eu sei que a Priscila, que organiza tudo, se preocupa.” A campanha Camping Legal trouxe muitas implicações para os donos de camping, como foi visto no capítulo anterior, e mesmo que muitos turistas não saibam, trouxe melhorias significativas para as condições de estrutura dos campings, mas o fato dos campings serem legalizados ou não é um debate que acabou ficando bem mais na esfera de seus donos e de moradores locais.

Neste capítulo, pudemos ver de que modo o turismo, visto da perspectiva da busca por uma “ruptura” em relação ao cotidiano, conforme sugerido por Urry (1996), pode se dar em diferentes contextos de viagem, aqui sob a forma do turismo de camping: “As pessoas precisam vivenciar prazeres particularmente distintos, que envolvam diferentes sentidos, ou que se situem em uma escala diferente daquela com que se deparam em sua vida cotidiana”. (URRY, 1996, p. 28) As motivações e visões dos visitantes foram colocadas em evidência para que se possa saber quem é o público de campistas que frequenta praias da Ilha Grande. Passo em seguida para as considerações finais desta dissertação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- O “destino” dos campings no Abraão e no Aventureiro

Muitas vezes ao longo da pesquisa fiquei me perguntando sobre qual será o desdobramento da atividade do turismo de camping, que foi, senão a primeira, uma das primeiras maneiras de visitação turística na Ilha Grande. Além de ser também uma das mais acessíveis formas de hospedagem em função de seu custo relativamente baixo.

Acredito que no Abraão os campings continuarão a existir; tanto nos moldes do já citado “turismo de qualidade”, que deve seguir predominando, como também os clandestinos. No Abraão a tendência à massificação do turismo de camping promovido por excursões das já referidas “agências alternativas” parece se configurar como uma possibilidade concreta, mas voltada para grandes feriados como Ano Novo, Carnaval e Semana Santa. Como o Abraão é a “porta de entrada da Ilha Grande”, os campistas provavelmente sempre chegarão até lá, ou através de lá, na Ilha, de forma independente ou em grupos. A facilidade de acesso físico e a comodidade de escolher o camping no qual se hospedar pela internet é um fator de atração dos turistas. Além do que, a estrutura de comércio e serviços, passeios de barco disponíveis diariamente, em diversos horários de chegada e partida rumo ao continente, dão segurança e comodidade a seus frequentadores. É comum ouvir: “Ah, o tempo virou, começou a chover, aí eu peguei um barco e fui embora [...]”. Acredito que é justamente esse fluxo de chegadas e partidas, de pessoas de todas as proveniências indo e vindo pelas ruas do Abraão, que mais caracteriza essa praia.

Já no Aventureiro, em um primeiro momento imaginei que viriam a proliferar ali também as pousadas, e que a especulação imobiliária viria a tomar conta do lugar, como já ocorreu em outras praias da Ilha Grande, tirando a atmosfera que é o atrativo que caracteriza o lugar. Apesar de não descartar essa possibilidade, hoje, que conheço melhor e acompanho mais de perto o cotidiano da comunidade, vejo o quanto as condições climáticas adversas nesta parte oceânica da Ilha Grande podem afastar essa perspectiva. Muitas vezes fiquei pensando em seus moradores, que, sem poder receber um número regular de visitantes, não têm uma garantia de renda. Ao mesmo tempo, lembro que segundo relatos deles próprios e de Costa (2008), sempre houve ali uma mentalidade de poupança, ou seja, nos meses de temporada e feriados as pessoas acumulam o dinheiro que ganham para as despesas do ano.

O passado recente de baixos salários da pesca, além do conhecimento adquirido, ao longo dos anos, de lidar com a sazonalidade dos salários, com a incerteza relativa à captura do pescado forneceu um capital simbólico importante para os moradores no que se refere à poupança e a uma racionalidade econômica no reinvestimento dos ganhos, como percebemos no processo de compra dos barcos, da compra de uma segunda casa para as famílias em Angra dos Reis, assim como nas melhorias nos campings e no atendimento aos turistas. (COSTA, 2008, p. 118)

No entanto, observo que outros fatores passaram a interferir na economia local. Com a autorização do turismo sujeita a regras e normas, um novo perfil de visitantes passou a ir ao Aventureiro. O fluxo de turistas diminuiu bastante, os preços subiram e seu público, que era predominantemente de jovens e estudantes, hoje dá lugar a uma maior presença de famílias e de pessoas mais velhas. É um público com maior poder aquisitivo, que procura serviços e produtos mais sofisticados, a maioria dos moradores diz não ter como acompanhar essa demanda, como foi visto no capítulo 3; segundo Luis: “Do jeito que está tá bom, a gente ainda consegue se virar, mas um público com mais demandas já não dá pra gente.” Ele se refere sobretudo ao atendimento deficiente a estrangeiros, por não falarem inglês; mas ao contrário do que muitos diriam (“Que pena que eles não têm condições, estão perdendo dinheiro.”), Luis parece satisfeito e não reclama por não poderem explorar ao máximo a capacidade turística de sua praia; quem pensa em “crescimento do potencial turístico”, muitas vezes, não são os empreendedores locais, ou, pelo menos, não pela mesma lógica de certos empresários do turismo que visam extrair o máximo lucro possível.

O formato da economia local encontrado no Aventureiro, baseado na estrutura familiar e na divisão de tarefas através dela, se encaixou muito bem à demanda turística – um feliz encontro no qual essa estrutura foi transposta para o turismo. O que nos remete a autores nos quais me apoiei: de um lado, Sahlins (1990), a propósito da prevalência do “esquema cultural local” após a reconfiguração do modo de vida desta comunidade em função do turismo; e de outro lado, a Tim Ingold e Terhi Kurtilla (2000), referidos em Catão e Prado (2008), que lembram que o “conhecimento tradicional local” não é algo herdado e cristalizado – mas sim o vivido e nesse sentido mencionam especificamente o turismo: “[...] se trata de saberes, práticas, vivências e direitos do – assim auto-designado – ‘povo do Aventureiro.’ Entre as marcas locais está o formato do turismo que ali ocorre e que atualmente representa entre outras coisas a base da economia local.” (Catão e Prado, 2008, p. 20)

- Condições climáticas e outras a considerar

Com o agravamento do efeito estufa e conseqüente aquecimento global, o clima fica a cada dia mais descontrolado no Brasil e no mundo, e na Ilha não poderia ser diferente. Todos os que freqüentam a Ilha Grande, ou que moram lá, sabem da fama do mar no seu lado oceânico e a respeitam. Nos meses de inverno, às vezes durante semanas, não se consegue atravessar de barco do continente para o Aventureiro. Além do mar revolto, com suas ondas potentes que se chocam com violência contra as pedras na temida Ponta do Drago, existe também toda uma configuração geográfica que tende a isolar o Aventureiro; ao contrário do Abraão, que raramente tem restrições à navegação em seu trajeto para o continente. Vale lembrar que outro fator de isolamento do Aventureiro é a consolidação da proibição de pessoas transitarem na Reserva Biológica da Praia do Sul, sua ligação por terra com a praia da Parnaióca, que também faz parte do circuito de trilhas da Ilha. Dessa forma, o acesso ao Aventureiro só pode se dar de barco, o que muitas vezes não é possível, ou por trilha, via Provetá, que, sendo uma trilha íngreme, e com bagagem pesada, como mochilões e barracas de camping, se torna muito desgastante e penosa, o que faz com que muitos turistas rejeitem essa possibilidade.

Às questões climáticas, geográficas, leis ambientais e falta de recursos, que já há algum tempo marcam a vida na Ilha, acrescenta-se agora o agravamento das chuvas; mesmo em épocas antes consideradas “boas” para ir ao Aventureiro, está cada vez mais difícil prever o fluxo de hospedagens para se fazer a referida “poupança”. As chuvas ao longo do ano de 2009 e início de 2010 foram tão intensas que afetaram o turismo até mesmo no Abraão, a praia da Ilha menos suscetível a eventos climáticos. As chuvas foram implacáveis e culminaram, na virada de 2009 para 2010, em desastres que ocorreram nas praias do Bananal e Vermelha, e em Angra dos Reis. No Abraão e no Aventureiro nada grave aconteceu mas, segundo relatos de pessoas que lá estavam acampadas, a chuva foi tanta que alagou tudo, muitas barracas não resistiram, tudo ficou molhado; a diferença foi que no Aventureiro o mar “virou” e os turistas não tiveram como ir embora por cerca de 3 dias. A expectativa é de que este trágico evento seja um fato isolado e não se repita, mas em outra ocasião anterior, no feriado de 02 de novembro de 2009, estive no Aventureiro e vi que o total de turistas não devia passar de 100. Fiquei muito impressionada e, ao perguntar o porquê de tão pouca gente em um feriado prolongado, me disseram que, como choveu muito nos feriados anteriores, neste as pessoas devem ter ficado com medo de ir e pegar chuva. Com a chuva, as opções de lazer se reduzem muito, tanto no Abraão como no Aventureiro, pois o principal atrativo de

ambas é a praia e quem acampa está mais suscetível às variações climáticas, correndo riscos, como alagar ou quebrar a barraca; no entanto tudo isso pesa muito mais no caso do Aventureiro.

Se este aspecto físico nos indica a vulnerabilidade dos campings na Ilha Grande mediante as condições climáticas, ele nos remete igualmente às muitas possibilidades de “interferência” e mudança também no plano social/cultural desse sistema de turismo que ali se estabeleceu, tratando-se de um processo em aberto, como nos leva a pensar a perspectiva que adoto e com a qual finalizo a seguir esta reflexão.

- “O” turismo de camping não existe

Ao chegar ao final desta dissertação devo dizer que não cabe “enquadrar” nas tantas classificações encontradas nos estudos de turismo o turismo de camping praticado nas localidades estudadas, pois ele quebra essas classificações: no Aventureiro, se associa com o ecoturismo, mas no Abraão não necessariamente; ele pode ser praticado em grupo ou individualmente; pode ter um apelo ecológico ou uma restrição financeira; aproxima-se de outras classificações como “voluntário” ou “solidário”, que se referem a turistas que buscam experienciar a vida como as pessoas do lugar a vivem, prestando atenção a seus hábitos e valorizando as histórias de seus moradores, no intuito de ajudá-las de alguma forma; como pode também se distanciar disso tudo e ser somente visto e vivido como uma forma de hospedagem. Assim, acredito que o mais acertado é pensar que “o turismo de camping”, com características homogêneas, não existe, pois cada caso é um caso – como, aliás, cabe igualmente pensar sobre “o turismo” ou qualquer de seus “tipos”; sempre no plural e como possibilidades abertas, conforme sugerem os autores nos quais me apoiei. Este trabalho ao mesmo tempo se inspira e vem reforçar essa perspectiva. Como vimos, o turismo de camping na Ilha Grande é nuançado para quem o pratica e para quem o recebe/promove; não se espera ter chegado a um significado único que dê conta “do turismo de camping” exercido na Ilha Grande e sim ter mostrado como sua característica justamente essa diversidade, da mesma forma que se deve reconhecer em relação ao “turismo” de um modo geral.

Entre outros aspectos, viu-se que o turismo de camping ocorre de modos diversos em cada uma das localidades estudadas, podendo se equacionar, da perspectiva de quem o recebe, com: possibilidade de ganhos sem grandes investimentos financeiros; conhecer pessoas e fazer amizade; conhecer sua prática e adotá-la como estilo de vida, praticando-a também; preservar seu próprio modo de vida mantendo-se em sua praia de origem; “ganhar um

dinheirinho”; uma forma de inserção no mercado turístico possível ao nativo sem grande capital. Enfim, são muitas as possibilidades de interpretação dessa atividade turística por parte de seus receptores. Também vimos a partir dos casos estudados que, da perspectiva de quem acampa, essa prática pode representar muitas coisas: conhecer lugares e pessoas; economia nos gastos; possibilidade de viajar; contato com a natureza; despojar-se de parte dos bens materiais do dia a dia; quebra da rotina; fuga da cidade; “brincar” de acampar; aproximar-se por algum período do modo de vida das pessoas do lugar; “aprender” a viver em meio à natureza. Mesmo a escolha de um dos dois destinos turísticos focalizados aqui é parte de processos de recepção e decodificação de informações que vão determinar para onde seguir, conforme coloca Freire-Medeiros (2009), a propósito das idéias expostas por Urry (1995):

[...] é preciso lembrar que a escolha de um determinado destino por parte do turista está baseada em uma ‘antecipação da experiência’, que se constitui um diálogo com as imagens do local veiculadas em diversos produtos midiáticos, imagens que criam uma moldura interpretativa e comportamental para o turista. (FREIRE-MEDEIROS, 2009, p. 20)

É importante pensar que, com tantas possibilidades interpretativas para a compreensão do turismo de camping na Ilha Grande, da perspectiva de “visitantes e visitados”, ambos os lugares aqui focalizados, cada um com uma forma própria, podem atender a variados públicos, com expectativas diferentes por parte de pessoas com objetivos e motivações igualmente diferentes. Em última análise “o” turismo de camping, assim como “o” turismo, não podem ser considerados como categorias fechadas; está se falando de escolhas condicionadas por diferentes lógicas e motivações, reconhecendo certas marcas comuns, mas sobretudo reconhecendo suas nuances, como mostram justamente os casos aqui estudados.

REFERÊNCIAS

- BARRETTO, Margarida. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos – Turismo*, Porto Alegre, 20, p. 141-59. 2003.
- BANDUCCI, Álvaro. Turismo e antropologia no Brasil: estudo preliminar. In: BANDUCCI, A. ; BARRETTO, M. (Org.). *Turismo e identidade cultural: uma visão antropológica*. Campinas: Papirus, 2001.
- BARTH, F. LASK, Tomke (Org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BASTOS, Marcos ; CALLADO, Cátia Henriques (Org). *O Ambiente da Ilha Grande*. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.
- BOORSTIN, Daniel. *The image: a guide to pseudo-events in America*. Nova York: First Vintage Books Edition, 1992.
- CATÃO, Helena. *Redefinindo territórios: preservação e transformação no Aventureiro - Ilha Grande-RJ*. Dissertação – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- _____; COSTA, Gustavo Villela; PRADO, Rosane. *Praia do Aventureiro: um caso sui generis de gestão local do turismo*. Rio de Janeiro, 2009.
- CATÃO, Helena e PRADO, Rosane. *Fronteiras do Manejo: embates entre concepções num universo de Unidade de Conservação*. 26 .ed. Porto Seguro: RBA, 2008.
- COELHO, Ingrid Assis. *Entre preços e praias: quem é barqueiro na Ilha Grande*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.
- COSTA, Gustavo Villela Lima da. *A população do Aventureiro e a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul: Conflitos e disputas sob a tutela ambiental*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ, 2004.
- _____. *O Aventureiro, Ilha Grande-RJ: uma análise de mudança social*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ, 2008.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: GONÇALVES, J. Reginaldo (Org.). *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1998.
- CHAMBERS, Erve (Ed.). *Tourism and culture: an applied perspective*. Albany: State University of New York, 1997.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- GEERTZ, Clifford. ‘Do ponto de vista dos nativos’: a natureza do conhecimento antropológico. In: _____. *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____ . *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMES, Marcus Machado. A natureza sob vigilância - Ethos penitenciário e etnoecologia na Ilha Grande. In: PRADO, R. (Org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GRABURN, Nelson. Secular ritual: a general theory of tourism. In SMITH, Valene L; BRENT, Maryann (Org.). *Hosts and guests revisited: tourism issues of the 21st century*. Nova York: Cognizant Com. Corporation, 2001.

GRÜNEWALD, Rodrigo. Turismo e o resgate da cultura Pataxó. In: BANDUCCI, A; BARRETO, M. (orgs.). *Turismo e identidade cultural – uma visão antropológica*. Campinas: Papiros, 2001.

_____. Turismo e etnicidade. *Horizontes Antropológicos – Turismo*. Porto Alegre, 20: p. 141-59, 2003.

HAGINO, Cora Hisae da Silva. *O conflito sócio-ambiental no processo de recategorização da Reserva Biológica da Praia do Sul, Ilha Grande, Angra dos Reis-RJ: a Praia do Aventureiro em disputa*. Dissertação - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

INGOLD, Tim. Jornada ao longo de um caminho de vida – Mapas, descobridor-caminho e navegação. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n.1, v.25, p. 76–110, 2000.

_____; KURTTILA, Terhi. Perceiving the environment in Finnish Lapland. *Body and Society*. Londres, 2000; 6: p. 183.

MACCANNELL, Dean. *The tourist: a new theory of the leisure class*. New York: Shoken, 1992.

MALBOUISSON, Augusto Brandão. *Construções do Paraíso: arquitetura e questões sociais no Abraão - Ilha Grande (RJ)*. 2004. Trabalho de conclusão de curso, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MELLO, Karl Vieira de. *Apontamentos para servir à História Fluminense, Ilha Grande – Angra dos Reis*. Angra dos Reis: Edição do Conselho Municipal de Cultura, 1987.

MENDONÇA, Teresa. et al. *O Povo do Aventureiro: fortalecimento do turismo de base comunitária. Estudo da demanda turística na Vila do Aventureiro 2009*. UFRRJ. No prelo.

NASH, Dennison. Tourism as an anthropological subject. *Current Anthropology*. Cidade, 22 (5), p. 461-81, 1981.

PRADO, Rosane. De praias que viram morros: deslocamento de população na Ilha Grande. In: CARNEIRO, Sandra M. S; SANT'ANNA, Ma. Josefina. *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

PRADO, Rosane. Depois que entrou o “Imbamba”: percepção de questões ambientais na Ilha Grande. In: _____ (Org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. As espécies exóticas somos nós: Reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. In *Horizontes Antropológicos – Turismo*, Porto Alegre, 20, p. 57-106, 2003.

SAHLINS, Marshall. *O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I)*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1997.

_____. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

_____. *Historical Metaphors and Mythical Realities: structure in the Early History of the Sandwich Islands Kingdom*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1981.

SANTOS, Myrian Sepulveda. A construção da violência: o caso da Ilha Grande. In: PRADO, R. (Org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. *Os Porões da República: a barbárie nas prisões da Ilha Grande (1894-1945)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SMITH, Valene (org.). *Hosts and guests: the anthropology of tourism*. 2 ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989.

STEIL, Carlos A. *Antropologia do turismo: Comunidade e desterritorialização*. Recife: 22ª RBA, 2004. Mimeografado.

STRONZA, Amanda. Anthropology of tourism: forging new ground for ecotourism and other alternatives. *Annual Review of Anthropology*, California, n. 30, p. 261-83, 2001.

TENÓRIO, M. Cristina. Povoamento pré-histórico da Ilha Grande. In: PRADO, R. M. (Org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

TURNER, Louis ; ASH, John. *The Golden Hordes: international Tourism and the Pleasure Periphery*. London: Constable, 1975.

URRY, John. *O Olhar do Turista*. São Paulo: Livros Studio Nobel Ltda, 1996.

VILAÇA, Maria Aparecida & MAIA, Ângela de Azevedo. O povo do Aventureiro. In: PRADO, R. M. (Org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

WUNDER, Sven. Modelos de turismo, florestas e rendas locais. In: PRADO, R. M. (Org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao Turismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ZANATTA, Roberta Mociaro. *A morte dos Guapuruvus: uma reflexão sobre identidade local e turismo na Ilha Grande*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

APÊNDICE A – Lista de entrevistas realizadas

A.1 – Visitantes Abrão

Angélica (28 anos). Vendedora da loja de produtos naturais *Mundo Verde* ; moradora do bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro (RJ). Hospedou-se no Camping Raio de Sol.

Átila (53). Funcionário público; morador do bairro de Vila Valqueire, Rio de Janeiro (RJ). Hospedou-se no Camping Sossego.

Edgar (30). Funcionário de transportadora; morador de Osasco (SP). Hospedou-se no Camping Cantinho da Ilha.

Eduardo (27). Trabalha com faturamento em escritório; morador do bairro Freguesia do Ó, São Paulo (SP). Hospedou-se no Camping Sombra dos Coqueirais

Elaine (27). Estatística; moradora do bairro Engenho de Dentro, Rio de Janeiro (RJ). Hospedou-se no Camping do Lúcio e no Santana's.

Eric (21). Estudante de Biologia – Unigranrio; morador da Ilha do Governador, Rio de Janeiro (RJ). Hospedou-se no Camping do Bicão e no Camping das Palmeiras.

Gustavo (30). Psicólogo; morador do bairro de Vila Mariana, São Paulo (SP). Hospedou-se no Camping Sombra dos Coqueirais e no Santana's.

Jaceguai (32). Comerciante de serviços automotivos; morador do bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro (RJ). Hospedou-se no Camping do Lúcio, no Sossego e, por duas vezes, no Santanas.

Magno (20). Estudante de Odontologia; morador de Teresópolis (RJ). Hospedou-se no Camping das Palmeiras.

Marlon (18). Estudante do 1º ano do Ensino Médio; morador da Ilha do Governador, Rio de Janeiro (RJ). Hospedou-se no Camping Santana's.

Pedro Leal (36). Antropólogo, morador do bairro do Flamengo, Rio de Janeiro (RJ). Na época em que acampou, ficou no quintal de um morador, devido à ausência de campings.

Priscila (32). Analista de faturamento e dona da agência de turismo “alternativo” *100 Destinos*; moradora de Osasco (SP). Hospedou-se no Camping Cantinho da Ilha.

Rafael (25). Estudante de Direito; morador da cidade do Rio de Janeiro. Hospedou-se no Camping Santana's.

Regina (53). Contadora, moradora do bairro de Vila Valqueire, Rio de Janeiro (RJ). Hospedou-se no Camping Sossego.

Tatiana (28). Estudante de Estética; mora em Santa Cruz da Serra, próximo a Petrópolis. Hospedou-se no Camping das Palmeiras.

Valma (37). Gerente de loja; moradora do bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro (RJ).
Hospedou-se no Camping Raio de Sol.

A.2 – Visitantes Aventureiro

Adriana (30 anos). Arquiteta; de origem colombiana, mora no bairro da Glória, Rio de Janeiro (RJ). Hospedou-se no Camping do Luiz.

Benjamin (23). Estudante de Música; de origem francesa, mora no bairro da Glória, Rio de Janeiro (RJ). Hospedou-se no Camping do Luiz.

Carolina (19). Estudante do Ensino Médio; mora na cidade de Itaguaí (RJ). Hospedou-se no camping da Zuleika.

Carolina (28). Fotógrafa; mora na cidade de Porto Alegre (RS). Hospedou-se no camping do Nezinho.

Caroline (28). Arquiteta; moradora do bairro de Jacarepaguá, Rio de Janeiro (RJ). Hospedou-se no camping do Seu Mário.

Edgard (24). Engenheiro; mora na cidade de Itaguaí (RJ). Hospedou-se no camping do Luciano.

Francisco (25). Advogado; mora na cidade de Belo Horizonte (MG). Hospedou-se no camping do Purunga.

Leandro (30). Advogado; morador do bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro (RJ). Hospedou-se no camping do Purunga.

Marcelo (31). Engenheiro; morador do bairro de Copacabana, Rio de Janeiro (RJ). Hospedou-se no camping do Seu Mário.

Marcelo (34). Professor do Ensino Médio; morador do bairro de Jacarepaguá, Rio de Janeiro (RJ). Hospedou-se no camping do Bidi.

Marcos (27). Garçon de sushi bar; mora na cidade de São Matheus (ES). Hospedou-se no camping perto da igreja (sem nome).

Ricardo (22). Estudante de Biologia; mora na cidade de Vitória (ES). Hospedou-se no camping perto da igreja (sem nome).

Tatiana (30). Bióloga, trabalha na Fiocruz; mora no bairro de Madureira, Rio de Janeiro (RJ). Hospedou-se no camping do Ferreira.

A.3 – Moradores, donos de camping e/ ou funcionários de campings Abraão

Alexandre - Dico - (36 anos). Guia de turismo, geólogo. Morou a maior parte da vida no Rio de Janeiro. Vai à Ilha desde criança e mora no Abraão há 10 anos, onde trabalha com turismo há 12 anos. Filho de Alexandre, membro fundador do CODIG.

Creusa (54). Dona da Pousada Guapuruvu, nasceu no Espírito Santo. Morou, por algum tempo, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Jacarepaguá. Trabalhava no setor de relações internacionais da UERJ e da UENF. Veio à Ilha pela primeira vez em 1978. Em 1994, comprou um terreno, no qual construiu sua atual pousada, onde vive desde então.

Deise (54). Dona do Camping do Bicão, professora de formação. Nasceu em Vitória (ES). Comprou um terreno no Abraão em 1982, no qual mora desde 1997. Seu camping começou em 1998.

Douglas (22). Barqueiro, morador da Vila do Abraão há 2 anos, morava anteriormente no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro (RJ).

Elias (61). Proprietário do antigo restaurante e pousada Mar da Tranquilidade, no Abraão. Frequentava a Ilha Grande desde o final da década de 50; em 1968, comprou a casa que viria a ser sua pousada e restaurante, onde também reside desde a década de 70.

Gerard (57). Dono da Pousada Tropicana, de origem francesa (Paris). Na França, trabalhava com planejamento de obras. Veio pela primeira vez à Ilha Grande em 1983. Em 1984, comprou um terreno no Abraão, para onde se mudou em 1990, quando abriu sua pousada.

Gilson - Maluco - (56). Dono do restaurante Casarão da Ilha. Nasceu no Abraão, ficou fora da Ilha por 13 anos e retornou para a mesma vila há 28. Durante o período em que esteve fora, estudou Administração de Empresas e trabalhou em multinacionais, em construções de pontes.

Lúcio (62). Dono do Camping do Lúcio, aposentado do INSS. Nasceu em Dois Rios, na Ilha Grande. O pai é natural da cidade de Angra dos Reis e a mãe, da Vila do Abraão. O pai foi funcionário da Colônia Agrícola Federal, em Dois Rios, mas pediu transferência para o continente, para que Lúcio continuasse a estudar.

Nelson Palma (72). Morador do Abraão há cerca de 10 anos. Foi proprietário de um camping que levava seu nome, na mesma vila, por 8 anos.

Norma (38). Administra o camping Raio de Sol. Nasceu em Pernambuco. Mora há 12 anos na Ilha Grande, trabalhou durante 7 anos na Praia do Pouso e mora há 5 no Abraão.

Núbia (40). Gerente de pousada, contadora. É natural da cidade de São Luiz (MA), há 10 anos, mora no Abraão. Antes, morou no Rio de Janeiro (RJ). Trabalhou por cerca de 8 anos no Camping do Palma.

Renato (53). Guia de turismo local. Natural da cidade do Rio de Janeiro, veio pela primeira vez à Ilha em 1978. Mora na Ilha há cerca de 10 anos.

Renato (69). Estatístico e professor. Nasceu na Ilha Grande, morou por anos na cidade do Rio de Janeiro, retornou para o Abraão há 18 anos. O pai foi revolucionário em 1922 e ficou preso na Ilha Grande de 1924 até 1927. A mãe era filha de um guarda do presídio.

Renato (81). Aposentado como funcionário público federal, técnico de comunicação. Seu camping foi indicado pelos demais entrevistados como o primeiro do Abraão, que, inicialmente, era conhecido como Camping do Renato, tendo, posteriormente, passado a se chamar Camping do Abraão. Nasceu no bairro de Madureira, Rio de Janeiro (RJ), mas mora na Ilha há mais de 70 anos. Foi seu pai que montou a primeira estação de rádio da vila, na época em que ainda funcionava o Lazareto. Seu camping não existe mais e deu lugar a suítes que ele aluga para pessoas que moram temporariamente no Abraão.

Robson (31). Dono do Camping Cantinho da Ilha, antigo Camping da Jussara, também trabalha com passeios de lancha. Sempre morou no Abraão, só saiu dos 16 aos 20 anos para completar os estudos; é neto de Renato (81).

Sérgio (72). Aposentado, dono do Camping das Palmeiras. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro e veio, com 4 anos, para o Abraão, onde morou, até os 15 anos, quando voltou ao Rio para estudar. Retornou, posteriormente, ao Abraão. O pai era funcionário do correio. No ano de 1964, adquiriu um terreno na vila e, em 1992, abriu seu camping.

Sildo (52). Dono do Camping Sombra dos Coqueirais, neto de Renato (81) e primo de Robson (31). O camping foi um dos primeiros e começou com sua mãe, Dona Esmeralda, ao final da década de 70.

Suzana (34). Bióloga, morava no Bairro do Humaitá, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Mora há 5 anos no Abraão e frequenta a Ilha Grande desde 1985.

Thiago (29). Atual dono do camping Santana's. Nasceu em Volta Redonda (RJ). Em 1989, veio morar no Abraão com a mãe, Ana, que começou a vender roupas em 1990 e, posteriormente, abriu uma loja que funciona até os dias atuais.

A.4 – Moradores, donos de camping e/ ou funcionários de campings Aventureiro

Daniel - Bidi - (28) dono de um pequeno camping. Nasceu em Ribeirão Preto, morou em Campinas e Ubatuba. Mora há 6 anos no Aventureiro.

Eduardo (23). Filho de Luís (46), trabalha no bar e camping do pai.

Fábio (23). Filho de Vovô (59), atual presidente da Associação de Moradores do Aventureiro. Já trabalhou em barco de turismo e na cabine de informações turísticas da TurisAngra.

Joana (44). Irmã de Luís (46). Mora no alto, subindo o morro. Tem um pequeno camping em sua casa e faz refeição para os campistas por encomenda.

Laís (62) e Hamilton (61). Administram o camping de Seu Rubens e servem refeições. Laís é psicóloga e professora aposentada da UFRJ; Hamilton é arquiteto e paisagista aposentado. Moravam na cidade do Rio de Janeiro. Frequentam o Aventureiro há 20 anos, onde vieram morar em 2005 e administram o camping há 1 ano e meio.

Luciano (28). Filho de Vovô (59) e primo de Luís (46), possui um pequeno camping e trabalha na limpeza da praia.

Luís (46). Filho de Dona Santinha. Dono de camping, restaurante e bar. Desde 1995 trabalha nessa atividade, sendo seu camping um dos maiores e mais procurados do Aventureiro.

Neneça (39). Nora da falecida Dona Angelina, administra bar /restaurante, aluguel de casa, camping e ainda tem um roçado próprio.

Paula (19) e Edna (20). Filhas de Nezinho, antigo proprietário de camping. Ajudam no camping do pai e, aos feriados, trabalham na cabine de informações turísticas. A mãe serve refeições por encomenda para os hóspedes do camping, que começou em 97. Antes disso, o pai trabalhava com pesca.

Vovô (59). Ex-pescador, atual funcionário Público do INEA, atua na fiscalização da Reserva Biológica da Praia de Sul há 28 anos. Filho de Dona Angelina.

Zuleika (49). Irmã de Vovô (59). Administra o camping, cuida da roça e o marido, do barco. Tem seu bar há 25 anos, mas atende aos visitantes há cerca de 30.

APÊNDICE B – Roteiro para entrevista

B.1 – Visitantes

1 – Nome:

2 – Idade:

3 – Atividade:

4 – Cidade e bairro de residência:

5 – Em que camping está ou ficou acampado?

6 – Quando veio pela primeira vez na Ilha Grande? Em que praias da Ilha já esteve?

7 – Costuma acampar sempre que vem à Ilha Grande? Acampa em outros lugares?

8 – É a favor do pagamento de uma taxa ambiental de permanência na Ilha Grande? Essa taxa deveria ser cobrada pelo número de dias de permanência, ou como uma taxa única? Quanto estaria disposto a pagar nos dois casos? → Estou re-fazendo a pergunta que Wunder (2006) fez 10 anos atrás.

9 – Pratica algum tipo de esporte?

10 – Quando acampa costuma fazer trilhas ou caminhadas? Que trilhas da Ilha Grande já fez?

11 – O que sabe sobre a legislação ambiental da Ilha Grande?

12 – Sabe alguma coisa sobre a história da praia onde está acampando? Tem interesse em saber?

13 – Sabe como começou o turismo de camping aqui? → Pergunta feita somente a antigos frequentadores das praias em questão.

14 – Está satisfeito com o camping onde está ou ficou hospedado? Por quê?

15 – Costuma trazer alimentos e bebidas quando acampa? Quais?

B.2 – Moradores, donos de camping e/ ou funcionários de campings

1 – Nome:

2 – Idade:

3 – Atividade:

4 – Origem:

5 – Mora há quantos anos na Ilha? Pode contar um pouco da sua trajetória na Ilha Grande?

6 – Há quanto tempo trabalha com o turismo de camping?

7 – Em que praias da Ilha já esteve?

8 – É a favor do pagamento de uma taxa ambiental de permanência na Ilha Grande? Essa taxa deveria ser cobrada pelo número de dias de permanência, ou como uma taxa única? Quanto estaria disposto a pagar nos dois casos? → Estou re-fazendo a pergunta que Wunder (2006) fez há 10 anos atrás.

9 – Que trilhas da Ilha Grande já fez?

10 – O que sabe sobre a legislação ambiental da Ilha Grande?

11 – Sabe alguma coisa sobre a história da praia onde mora? Tem interesse em saber?

12 – Sabe como começou o turismo de camping aqui?

13 – O que acha dos turistas que acampam?

14 – Conhece o Abraão / Aventureiro? O que acha dessa praia? Acampou quando foi lá?

15 – Já foi entrevistado antes? O quê achou?

ANEXO A – Mapa da Ilha Grande²⁹

²⁹ <http://www.ilhagrandeon.com.br/m-praias.htm>

ANEXO B – Recortes de jornal da série: “Que paraíso é esse?”, produzida pelo jornal *O Globo*, 12-18/03/2006³⁰

“A Enseada do Sítio Forte, na Ilha Grande, exhibe os sinais do início de um processo de favelização.” (12/03/2006)

“Acampamento fica proibido e turista tem que voltar para casa no carnaval.” (13/03/2006)

“Ministério Público quer resguardar caiçaras do Aventureiro.” (13/03/2006)

“Durante décadas, área esteve na rota de prisioneiros em fuga.” (13/03/2006)

“Ilha Grande tem 13 praias com línguas negras.” (14/03/2006)

“Turista vai pagar taxa para entrar na Ilha Grande.” (15/03/2006)

“Bananal e Provetá terão saneamento.” (15/03/2006)

“Ilha Grande já tem três praias privatizadas.” (16/03/2006)

“Ilha Grande tem passado de contrastes.” (17/03/2006)

“O paraíso dos helicópteros.” (18/03/2006)

³⁰ Foram reproduzidos apenas as matérias por mim consideradas relevantes ao tema da presente dissertação.

QUE PARAÍSO É ESSE?

MP quer resguardar caiçaras do Aventureiro

Inquérito vai averiguar qual será o destino dos nativos da praia da Ilha Grande. Lei proíbe atividades de subsistência no local

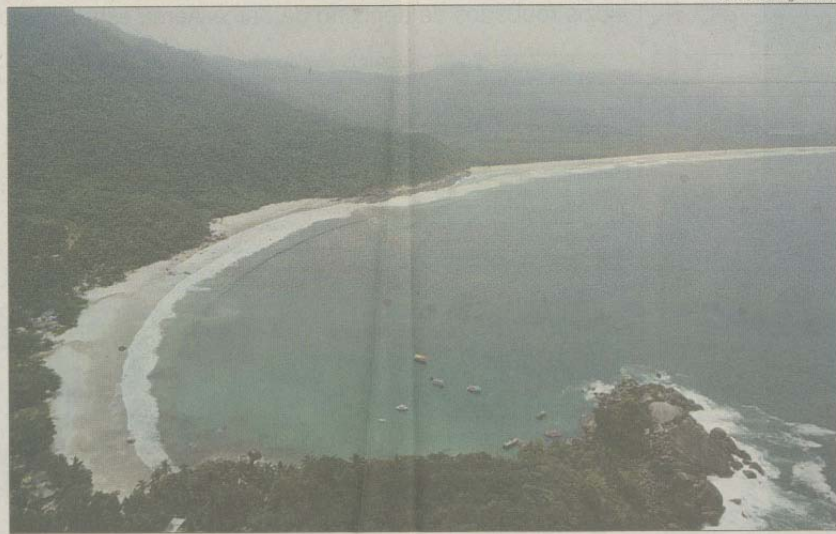
Túlio Brandão

Os caiçaras do Aventureiro, na Ilha Grande, se acostumaram a defender a terra nos tempos do presídio, quando eram freqüentes as fugas de detentos para aquela praia. Hoje, livres dos criminosos, eles estão presos à legislação ambiental, que impede qualquer atividade de subsistência no local. Diante do futuro incerto, o Ministério Público (MP) estadual decidiu instaurar um inquérito sobre o caso de Aventureiro. A promotora Patrícia Gabai, de Angra dos Reis, quer garantir que os interesses daquela comunidade tradicional sejam observados.

A Praia do Aventureiro faz parte da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, onde a presença do homem só seria permitida para fins científicos ou de educação ambiental. O problema é que, segundo o MP, os caiçaras habitam o local há pelo menos três séculos e a unidade de proteção ambiental foi criada em 1981.

Exploração de camping é reprimida por força-tarefa

Com a reserva, eles foram impedidos de trabalhar na roça e, diante de uma oferta cada vez menor de peixes, muitos nativos optaram pela exploração do camping em seus quintais. A atividade fugiu do controle dos nativos e, em feriados recentes, a praia chegou a receber seis mil pessoas. No último carnaval, o camping, que é irregular no local, passou a ser reprimido por uma força-tarefa formada pela prefeitura e por outros órgãos.



Fotos de Domingos Peixoto

A PRAIA DO Aventureiro faz parte da Reserva Biológica da Praia do Sul, criada em 1981: local é habitado por caiçaras há pelo menos três séculos

Patrícia Gabai chegou a conseguir uma liminar para que eles pudessem explorar o camping durante o carnaval, mas a autorização foi cassada no dia seguinte. Agora, ela quer resguardar o futuro da comunidade:

— Vou abrir o inquérito ainda este mês. Pretendo, observando os interesses da comunidade, saber qual será o destino dos caiçaras de Aventureiro. A preocupação é que o projeto de lei atenda às necessidades da comunidade. A lei prevê como possibilidade a retirada da população, mas essa é de longe a pior solução.

A Feema, que administra a unidade de conservação no local, abriu em 2004 um processo interno para a exclusão da área de Aventureiro da reserva biológica. Assim, a comunidade poderia regularizar e criar infra-estrutura para atividades como o camping. Fora da reserva, a área ficaria regida apenas pela APA de Tamoiós, unidade pouco restritiva que, por outro lado, deixaria um valioso ecossistema exposto à degradação.

Para o presidente do Comitê de Defesa da Ilha Grande (Codig), Alexandre Guilherme, a saída seria, no lugar da restritiva reserva biológica, criar no local uma unidade de desenvolvimento sustentável:

— Seria uma reserva mais restritiva que a APA mas que, ao mesmo tempo, possibilitaria a subsistência dos caiçaras. Se for protegida apenas pela APA, o Aventureiro pode acabar se tornando um resort.

Já o Instituto Estadual de Florestas (IEF), que pode assumir a administração da atual área

da reserva, tem a possibilidade de incluir Aventureiro no Parque Estadual da Ilha Grande. O presidente Maurício Lobo diz que, num primeiro momento, é preciso definir normas para a subsistência da comunidade:

— O processo da Feema está paralisado, aguardando a definição dos novos limites do parque e do plano de manejo. Se a Praia do Aventureiro for incluída no Parque da Ilha Grande, os caiçaras terão a possibilidade de permanência, desde que seja sustentável para o local.

Longe das mesas de nego-

ciação, o nativo Jorge da Cruz, de 70 anos, tentava sobreviver às restrições impostas pela lei em Aventureiro. Como a atividade de camping é proibida, turistas montaram três barracas dentro de sua varanda:

— Preciso sobreviver de algum modo. Vou botar os garotos aqui. São todos meus amigos. Estou recebendo em casa. Eles não vão me prejudicar assim mesmo, vão?

Assustada com a repressão ao turismo na praia, a estudante mato-grossense Bruna Medeiros, de 20 anos, montou a barraca na varanda:

— Sou a favor do controle do acesso à praia, mas proibir tudo é demais.

Morador teme a vida na cidade grande

Nos feriados anteriores ao carnaval, Aventureiro sofreu com a superlotação. No último réveillon, segundo a associação local de moradores, foram vendidos seis mil bilhetes num posto montado no cais da praia.

— A questão da reserva é a seguinte: onde nada pode, tudo pode. Aí, vira o caos. Mas a solução terá que sair com a colaboração da comunidade, pois não acredito em projeto algum que não tenha a participação do ilhéu — comenta o prefeito de Angra dos Reis, Fernando Jordão.

É o que espera também o nativo Roberto Coelho de Souza, um dos poucos que ainda pesca no local:

— Se a gente sair daqui, vai ser para aumentar as favelas da cidade e deixar nossos filhos à mercê da violência e das drogas. Não queremos isso. ■

O Globo, 13/03/2006

QUE PARAÍSO É ESSE?

Acampamento fica proibido e turista tem que voltar para casa no carnaval

Marta Paes

• O carnaval perdido, a humilhação e os transtornos na volta para casa ainda indignam o estudante de direito Yuri Fonseca Mutz, de 18 anos, que foi retirado da Praia do Aventureiro, na Ilha Grande, na operação Angra Legal, dia 25 de fevereiro. Ele e outros turistas tiveram que deixar o local depois que a liminar que permitia o acampamento foi cassada. Para o universitário, a ação foi constrangedora e faltou bom senso às autoridades:

— Acho certo preservar a ilha, mas poderiam ter proibido o turismo depois do carnaval. Afinal, o lugar não seria destruído naquela semana.

O estudante diz que ficou

surpreso com o fato, pois não sabia que a liminar havia sido cassada.

— Não esperava acordar sábado de manhã com um policial fardado na entrada da minha barraca, mandando que eu recolhesse as minhas coisas porque a liminar tinha sido cassada. Depois, foi só humilhação, com helicópteros da polícia sobrevoando a ilha como se fossemos prisioneiros prestes a fazer uma rebelião.

Ocupação desordenada não será permitida, diz prefeito

Mutz conta que só conseguiu chegar ao porto de Angra dos Reis por volta das 22h30m e embarcar num ônibus de volta para o Rio à meia-noite:

— Não havia iluminação no cais, os táxis estavam lotados e ainda tive carteira e celular roubados por dois pivetes. Meu carnaval acabou no sábado e, infelizmente, vai ficar por isso mesmo.

O prefeito de Angra dos Reis, Fernando Jordão, diz que lamenta os casos como o ocorrido com Mutz, mas explica que a prefeitura não vai medir esforços para manter a operação. Segundo ele, os turistas são vítimas de pessoas que lucram com acampamentos ilegais:

— Os turistas serão sempre bem-vindos, mas não podemos permitir a ocupação desordenada. Prefiro ouvir reclamações hoje e ter o patrimônio preservado daqui a dez anos. ■

O Globo, 13/03/2006



BARRACAS DE turistas montadas na varanda da casa de um nativo: opção à proibição do camping

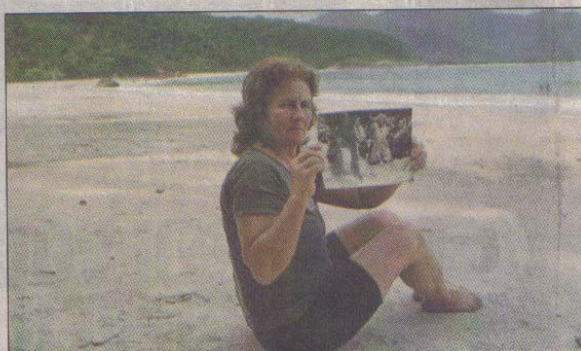
Durante décadas, área esteve na rota de prisioneiros em fuga

Pescador foi feito refém por bandidos que queriam chegar ao continente

• Aventureiro é uma das praias mais distantes da Ilha Grande. O isolamento ajudou na preservação ambiental da região, mas também fez com que o local servisse durante décadas como ponto de fuga de criminosos do extinto Instituto Penal Candido Mendes. Foi assim que, numa manhã de 1986, cinco bandidos vestidos com fardas da polícia chegaram à enseada armados com facas, dispostos a fugir para o continente. No caminho, tomaram como refém o caíçara Manoel da Silva, o Nezinho, hoje com 58 anos:

— Achei que fossem guardas. Quando chegaram perto, me deram uma gravata e me espetaram com um estoque. Estavam drogados e queriam a todo custo passar para o continente. Quando chegamos à praia, a surpresa: a areia estava lotada de nativos e turistas. O sujeito que me dominava teve medo ao ver a multidão. Foi nesse momento que consegui escapar.

O pescador Roberto Coelho de Souza, de 55 anos, acompanhou o caso de perto. Ele conta



A CAIÇARA Zuleica Correa com uma foto antiga: testemunha do caso

que a população soube que Nezinho tinha sido pego como refém e se reuniu, com todas as armas da comunidade, na praia:

— Os bandidos falavam que matariam os homens do Aventureiro e estuprariam as mulheres. Quando Nezinho se desvencilhou deles, a população partiu para cima, com golpes de faca, machado, remo e o que mais tivesse a mão. Foi um massacre em legítima defesa.

Três criminosos morreram. Dois conseguiram fugir mata

adentro. A caíçara Zuleica Cardoso Correa, de 45 anos, conta que a polícia esteve em Aventureiro para recolher os corpos, mas não encontrou culpados.

Nezinho diz ter traumas do episódio, mas, hoje, seus pesadelos são outros:

— Naquela época, tínhamos problemas com os presos. Hoje, temos com os políticos — comenta ele, referindo-se à repressão ao camping em Aventureiro, atual subsistência da maioria dos caíçaras. ■

Quarta-feira, 15 de março de 2006

O GLOBO

RIO • 19

QUE PARAÍSO É ESSE?

Turista vai pagar taxa para entrar na Ilha Grande

Prefeitura de Angra dos Reis limitará entrada de visitantes para evitar superlotação e contagem será feita por leitores óticos

Tulio Brandão

• A Ilha Grande vai seguir o caminho dos paraísos preservados de Fernando de Noronha e de Galápagos. A Prefeitura de Angra dos Reis anunciou que, já no próximo verão, vai limitar a entrada de turistas e cobrar taxa de preservação ambiental no desembarque em portos mais importantes. O presidente da Turisangra, Manoel Francisco de Oliveira, diz que o primeiro passo para a criação das restrições de acesso é a definição do plano de carga de visitantes:

— Agendamos uma reunião com todos os órgãos envolvidos na preservação da ilha, como Feema, IEF e até o Ibm. O plano de carga de turistas sai no segundo semestre. Daí, partiremos para a limitação de visitantes e para a cobrança de uma taxa única, revertida para a preservação ambiental daquela região.

Visitantes que ficarem em pousadas terão preferência

A prefeitura espera montar uma estrutura no desembarque de Abraão e de outras praias frequentadas por turistas para controlar e taxar o acesso à ilha. Segundo Manoel, já está em andamento uma licitação para comprar leitores óticos que facilitarão a contagem de visitantes no desembarque da ilha.

Hoje, antes da conclusão do estudo, Manoel Francisco estima que a carga máxima da ilha gire em torno de 20 mil pessoas, em todas as praias por turistas. Ele diz que a preferência será dada aos visitantes que dormi-



PRAIA DO ABRAÃO: em fevereiro passado, milhares de turistas chegaram à Ilha Grande, que sofre com os problemas de superlotação

rem nos quatro mil leitos disponíveis em todas as pousadas. As demais vagas na ilha seriam preenchidas por visitantes chamados "day users", que não se hospedam.

— Realizaremos obras de infraestrutura em praias que poderão receber mais turistas de todas as classes, sem discriminação. Não vamos con-

trolar a carga da Ilha Grande apenas no Abraão, e sim monitorar e cobrar taxa em todas as praias — explica o presidente da Turisangra.

Um estudo do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Uerj, apresentado recentemente num encontro de ecoturismo em unidades de conservação, revela

que 78,3% dos turistas que chegam à Ilha Grande são favoráveis à cobrança de uma taxa de preservação ambiental. Desses, 58% optaram pela cobrança de uma taxa única e surpreendentes 33%, a cobrança por número de dias de permanência na ilha, a exemplo de Fernando de Noronha.

Os autores do estudo sobre

a cobrança de taxa — Márcia Marques, Paulo Motta, Giselle Smocking Rosa, Christiane Chafim e Leonardo Moraes — concluem que o benefício do visitante ao ter contato com o meio ambiente na Ilha Grande tem relação com a proteção do ecossistema local. Mas ressaltam que a cobrança só atingirá seus objetivos se tiver o

apoio da comunidade local.

A população local, de acordo com um trabalho realizado para o Departamento de Geografia da Uerj pela geógrafa Najara Proença Marques, apóia a limitação de visitantes na ilha. O levantamento, feito a partir de entrevistas em campo, revela que 63% dos nativos querem o controle da carga de turistas para evitar a degradação causada pela superlotação.

— Quem não trabalha com o turismo, quase sempre concorda porque pensa que o visitante traz degradação. É, quem trabalha, muitas vezes acredita que a restrição elevaria o nível do turismo e, por isso, os recursos aumentariam. O desafio é evitar que a limitação de turistas e a taxa sejam um corte elitista no perfil dos visitantes. Essas medidas são necessárias. Sem controle não tem como continuar — avalia a geógrafa.

Número de pousadas aumento de 67 para 110

Enquanto não há restrição, os leitos se multiplicam na ilha. Há três anos, havia 67 pousadas na Vila do Abraão; hoje, entre regulares e irregulares, o número chega a 110. O Ilhéu Luiz Fernando Quelroz presidente da Associação de Meios de Hospedagem da Ilha Grande, reconhece que deve haver um limite para a ilha.

— Eu vou ficar aqui, não quero que a ilha se transforme num inferno. Os donos de pousadas acham a limitação razoável, mas não feita de forma atabalhoada, às vésperas de grandes feriados — disse ele, se referindo às limitações de acesso impostas no carnaval. ■

Domingos Pivotal/26-02-2006

QUE PARAÍSO É ESSE?

Ilha Grande tem passado de contrastes

Dois mundos antagônicos conviviam no século passado: o inferno do presídio cercado pelo éden da vida marinha

Tullio Brandão

• Paraíso e inferno viveram lado a lado na ilha Grande. Até o fim do século passado, a região era o éden ainda pouco habitado, com uma impressionante exuberância marinha, e ao mesmo tempo um "caldeirão do diabo" no extinto Instituto Penal Candido Mendes. As lembranças dos dois mundos estão guardadas no acervo da família de Silvío Mostardeiro, que dirigiu a prisão na década de 30 e se dedicou a fotografar a ilha e seus personagens importantes.

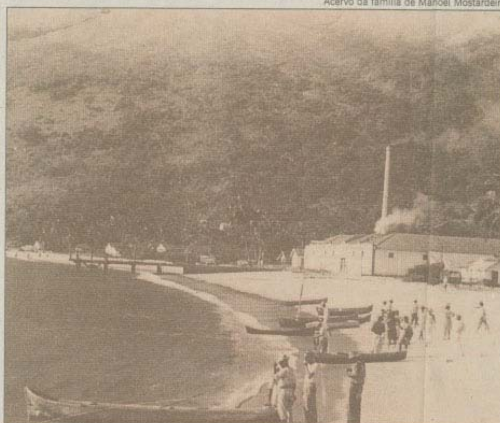
Pesca farta abastecia indústrias de enlatados

O GLOBO teve acesso a uma parte desse material fotográfico inédito, que será apresentado este ano. O artista plástico Silvío Cavalheiro, neto de Mostardeiro, vai reunir o material num documentário que está sendo produzido pelo cinegrafista Marcovani Porto e vai ser exibido durante a Semana Santa num projeto na Enseada de Abraão, chamado Cinema na Praia. Ele tem um ateliê e uma galeria na ilha e lembra das histórias contadas pelos avós:

— Na Vila do Abraão, só havia uma ponte e um cais em frente à fábrica de sardinhas em lata. Meu avô pegou a fase em que o novo presídio foi construído em Dois Rios. Antes, só havia o Lazareto em Abraão.

Não havia poluição. Mas as fotos mostram que a ilha no início do século passado com menos florestas que hoje. A Mata Atlântica ressurgiu com o fim do cultivo de café na região.

A fartura estava dentro



A VILA DO ABRAÃO quando ainda era preservada: hoje existem mais de cem pousadas

d'água. Era tanto peixe que, até a década de 60, segundo o pesquisador Renato Buis, havia 32 indústrias de processamento de pescado na ilha — três delas na Enseada do Abraão. As fotos mostram que um dia de pesca podia render a captura de uma arraia-jamanta de mais de dois metros de altura, ou espécies de tubarão e outros peixes.

— O pescado processado era embalado em latas de mais de um quilo. Os funcionários fechavam até três mil latas por dia. Ou seja: mais de três toneladas eram pescadas — afirmou o pesquisador Buis.

Cavalheiro conta que até na prisão havia uma forte cooperativa de pesca:

QUE PARAÍSO É ESSE?

- **DOMINGO:** A Ilha Grande já sofre processo de favelização
- **SEGUNDA:** MP quer resguardar caixas do Aventureiro
- **TERÇA:** Ilha Grande tem 13 praias com línguas negras
- **QUARTA:** Turista vai pagar taxa para entrar na Ilha Grande
- **QUINTA:** Ilha Grande já tem três praias privatizadas

— Muito preso aprendeu a pescar na ilha. Eles pescavam espécies grandes e, sobretudo, muito tubarão. Aliás, eles viam tanta fartura desse bicho que isto se tornou motivo para, durante algum tempo, não haver tentativas de fuga da prisão.

Em terra, a ilha girava em torno da prisão. O pesquisador Buis é um exemplo: seu pai foi

preso por ser um dos revolucionários de 1922 e sua mãe era filha de um guarda do presídio.

Passaram pelo presídio ilustres como Graciliano Ramos. A prisão o inspirou a escrever "Memórias do cárcere". O pesquisador Renato Buis lembra de uma referência sobre a natureza da ilha no livro: "Há um desperdício de cores no ar".



OS PESCADORES exibem seus peixes, a maioria cações



O TROFÉU: uma arraia-jamanta pescada na Ilha Grande

Outro famoso atrás das grades da ilha foi o malandro da Lapa Madame Satã. Na ilha, conta Cavalheiro, ele era conhecido pela delicadeza e educação.

— Ele tinha muitas qualidades e, por isto, foi trabalhar na casa do meu avô. Cuidava dos serviços do lar. O Madame Satã ficou tão amigo da família que visitava a minha avó até pouco antes de morrer. Tanto que ela terminou de criar a filha adotiva dele — contou Cavalheiro. ■

► NO GLOBO ONLINE:

O que você acha da criação de uma taxa de preservação na ilha Grande?
<http://oglobo.globo.com/boviagamonline/conhecaobrasil/>

Ministro apóia taxa de preservação

• O ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, apoiou ontem a decisão da prefeitura de Angra dos Reis de cobrar dos visitantes, a partir do próximo verão, uma taxa de preservação da Ilha Grande. Segundo ele, a decisão não ameaça "o contingente turístico da região e garante a sustentabilidade do arquipélago". Ele evitou comparar o modelo que está sendo estudado com outros:

— Em Fernando de Noronha só se chega de avião. O acesso é mais fácil na Ilha Grande, dona de uma natureza muito terna e sensível. É preciso deixar que as pessoas tenham acesso, mas de forma sustentável.

A promotora Patrícia Gabai Venancio, da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Angra, instaurou inquérito civil para garantir os direitos dos caixas que vivem na Praia do Aventureiro e exigir do Poder Público a criação de uma unidade de conservação, para assegurar a permanência deles e garantir os meios de sua subsistência.